

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2012 à 31/12/2012	27
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2011 à 31/12/2011	28
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2010 à 31/12/2010	29
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
Notas Explicativas	85

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	234
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	236
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	237

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

238

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	372.837
Preferenciais	479.818
Total	852.655
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	363
Total	363

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Dividendo	15/01/2013	Ordinária		1,87649
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Dividendo	15/01/2013	Preferencial		1,87649
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/01/2013	Ordinária		1,99377
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/01/2013	Preferencial		1,99377

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
1	Ativo Total	17.056.346	14.465.005	13.469.052
1.01	Ativo Circulante	4.092.494	683.277	552.339
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.057.122	226.695	302.741
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.363	180.000	55
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.363	180.000	55
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	27.363	180.000	55
1.01.03	Contas a Receber	2.933.142	195.196	230.405
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.933.142	195.196	230.405
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	511.043	195.196	230.405
1.01.03.02.02	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	0	0
1.01.04	Estoques	12	15	16
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.100	72.570	5.233
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.100	72.570	5.233
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	62.100	72.570	5.233
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.755	8.801	13.889
1.01.08.03	Outros	12.755	8.801	13.889
1.01.08.03.02	Fundos Vinculados	233	99	190
1.01.08.03.20	Outros	12.522	8.702	13.699
1.02	Ativo Não Circulante	12.963.852	13.781.728	12.916.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	708.139	1.784.825	1.599.840
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.627	0	0
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	7.627	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.010.079	946.571
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.010.079	946.571
1.02.01.06	Tributos Diferidos	357.354	424.449	345.472
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	357.354	424.449	345.472
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	343.158	350.297	307.797
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	270.702	275.720	195.517
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	4.757	4.334	426

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
1.02.01.09.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	27.911	19.548	80.117
1.02.01.09.20	Outros Créditos	39.788	50.695	31.737
1.02.02	Investimentos	12.253.148	11.994.523	11.313.969
1.02.02.01	Participações Societárias	12.253.148	11.994.523	11.313.969
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.883.424	8.619.579	8.370.246
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.369.724	3.374.944	2.943.723
1.02.03	Imobilizado	1.584	1.723	2.066
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.584	1.723	2.066
1.02.04	Intangível	981	657	838
1.02.04.01	Intangíveis	981	657	838

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2	Passivo Total	17.056.346	14.465.005	13.469.052
2.01	Passivo Circulante	4.701.732	2.352.548	1.604.669
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.169	12.987	12.478
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.169	12.987	12.478
2.01.02	Fornecedores	12.338	12.059	1.687
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.338	12.059	1.687
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.119	35.740	32.836
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.524	17.139	14.230
2.01.03.01.02	COFINS	31.907	11.636	9.947
2.01.03.01.03	PASEP	6.927	2.526	2.159
2.01.03.01.04	INSS	1.761	2.130	1.887
2.01.03.01.05	Outros	929	847	237
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.091	18.091	18.095
2.01.03.02.01	ICMS	18.091	18.091	18.095
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	504	510	511
2.01.03.03.01	ISSQN	504	510	511
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.102.721	1.011.830	373.599
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.102.721	1.011.830	373.599
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.102.721	1.011.830	373.599
2.01.05	Outras Obrigações	3.515.385	1.279.932	1.184.069
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.132	8.646	6.687
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	11.132	8.646	6.687
2.01.05.02	Outros	3.504.253	1.271.286	1.177.382
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.478.810	1.243.086	1.153.895
2.01.05.02.04	Participações no Lucro	7.776	9.357	5.129
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	2.520	3.706	3.703
2.01.05.02.06	Outros	15.147	15.137	14.655
2.02	Passivo Não Circulante	310.552	367.509	388.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	18.397	36.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	18.397	36.794
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	18.397	36.794
2.02.02	Outras Obrigações	164.463	163.160	163.903
2.02.02.02	Outros	164.463	163.160	163.903
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	101.965	96.245	92.349
2.02.02.02.04	Outros	62.498	66.915	71.554
2.02.04	Provisões	146.089	185.952	187.553
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	117.476	143.835	142.129
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	30.555	33.342	27.845
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	50.004	58.902	57.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	36.917	51.591	56.388
2.02.04.02	Outras Provisões	28.613	42.117	45.424
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	984	207	180
2.02.04.02.04	Regulatórios	25.073	38.210	40.831
2.02.04.02.05	Outros	2.556	3.700	4.413
2.03	Patrimônio Líquido	12.044.062	11.744.948	11.476.133
2.03.01	Capital Social Realizado	4.265.091	3.412.073	3.412.073
2.03.02	Reservas de Capital	3.953.850	3.953.850	3.980.974
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.132	-1.132	-1.132
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	27.124
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso-(Cap.Próprio)	1.313.220	1.313.220	1.313.220
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.572.526	2.572.526
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	6	6	6
2.03.04	Reservas de Lucros	2.856.176	3.292.871	2.873.253
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	682.415	573.205
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.932.036	1.141.178	1.433.549
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	71.122	1.382.962	799.413
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	86.316	67.086

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	1.086.154	1.209.833

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	334	347	432
3.03	Resultado Bruto	334	347	432
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.119.377	2.374.300	2.125.661
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-496.475	-68.915	30.618
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22.771	-23.423	-9.339
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.638.623	2.466.638	2.104.382
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.119.711	2.374.647	2.126.093
3.06	Resultado Financeiro	2.339.328	59.578	-2.719
3.06.01	Receitas Financeiras	2.476.610	173.469	63.494
3.06.02	Despesas Financeiras	-137.282	-113.891	-66.213
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.459.039	2.434.225	2.123.374
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-187.354	-18.775	134.602
3.08.01	Corrente	-119.019	-143.287	-118.746
3.08.02	Diferido	-68.335	124.512	253.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.271.685	2.415.450	2.257.976
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.271.685	2.415.450	2.257.976
3.99.01.01	ON	5,37	3,53805	3,41
3.99.01.02	PN	5,37	3,53805	3,41

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	4.271.685	2.415.450	2.257.976
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.721	5.300	471
4.02.01	Diferenças Cambiais de Conversão de Operação no Exterior	0	0	-922
4.02.02	Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	2.111
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	-718
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	3.721	5.300	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.275.406	2.420.750	2.258.447

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.831.488	1.933.003	2.068.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-166.228	-183.494	-263.148
6.01.01.01	Resultado do Exercício	4.271.685	2.415.450	2.257.976
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	187.354	18.775	-253.348
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	330	370	222
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	0	183	823
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.638.623	-2.466.638	-2.104.382
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	-2.364.983	-99.876	-40.596
6.01.01.07	Provisões para Perdas Operacionais	363.299	-1.892	-138.479
6.01.01.09	Obrigações Pós-Emprego	14.710	13.671	0
6.01.01.10	Outros	0	-29	14.636
6.01.01.11	Variação Monetária do FIDC	0	-63.508	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.098.516	2.190.766	2.331.968
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	10.047	34.859	34.327
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	45.588	-196.865	0
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	5.018	54.643	-100.056
6.01.02.07	Dividendos recebidos de controladas	2.133.748	2.285.883	2.266.708
6.01.02.08	Fornecedores	279	10.372	-12.588
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	-94.640	44.508	40.690
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-3.399	509	-5.945
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	0	0	241
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-10.176	-9.772	-10.125
6.01.02.15	Outros	12.051	-33.371	118.716
6.01.03	Outros	-100.800	-74.269	0
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos Pagos	-100.800	-32.665	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-41.604	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	683.815	-590.957	-892.169
6.02.01	Em Investimentos	-65.876	-411.012	-891.415
6.02.02	Em Títulos e Valores mobiliários - Aplicação Financeira	145.010	-179.945	-55

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.04	Em Imobilizado	-31	0	-699
6.02.05	Em Intangível	-484	0	0
6.02.06	Resgate do CRC	1.355.715	0	0
6.02.08	Aporte em FIDC	-750.519	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.684.876	-1.418.092	-1.530.614
6.03.01	Financiamentos e Debêntures Obtidos	1.081.105	1.000.000	350.000
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-1.018.397	-368.397	-18.396
6.03.03	Aporte em FIDC	0	-14.075	-33.336
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-1.747.584	-2.035.620	-1.828.882
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	830.427	-76.046	-353.963
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	226.695	302.741	656.704
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.057.122	226.695	302.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948
5.04	Transações de Capital com os Sócios	853.018	0	-2.539.334	-2.289.976	0	-3.976.292
5.04.01	Aumentos de Capital	853.018	0	-853.018	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.700.000	0	-1.700.000
5.04.08	Dividendos Ordinários	0	0	0	-589.976	0	-589.976
5.04.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-1.600.000	0	0	-1.600.000
5.04.10	Dividendo Adicional Proposto de 2011	0	0	-86.316	0	0	-86.316
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.271.685	3.721	4.275.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.271.685	0	4.271.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.721	3.721
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.671	4.671
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-950	-950
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.102.639	-1.981.709	-120.930	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	170.603	-170.603	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	1.932.036	-1.932.036	0	0
5.06.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	120.930	-120.930	0
5.07	Saldos Finais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	968.945	12.044.062

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-830.770	-1.294.041	0	-2.124.811
5.04.08	Dividendos Ordinários	0	0	0	-1.207.725	0	-1.207.725
5.04.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-850.000	0	0	-850.000
5.04.10	Dividendo Adicional Proposto de 2010 pago em 2011	0	0	-67.086	0	0	-67.086
5.04.11	Dividendo Adicional Proposto de 2011	0	0	86.316	-86.316	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.450	5.300	2.420.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.450	0	2.415.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.300	5.300
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.126	6.126
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	426	426
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.252	-1.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-27.124	1.250.388	-1.121.409	-128.979	-27.124
5.06.04	Devolução de Recursos Destinados a Aumento de Capital	0	-27.124	0	0	0	-27.124
5.06.05	Reserva Legal	0	0	109.210	-109.210	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	1.141.178	-1.141.178	0	0
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	128.979	-128.979	0
5.07	Saldos Finais	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.101.884	3.996.223	3.177.248	-453.387	1.343.533	11.165.501
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.101.884	3.996.223	3.177.248	-453.387	1.343.533	11.165.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	310.189	-15.249	-1.127.854	-1.114.901	0	-1.947.815
5.04.01	Aumentos de Capital	310.189	-15.249	-294.940	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.128.988	0	-1.128.988
5.04.08	Dividendos extraordinários	0	0	-900.000	0	0	-900.000
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	67.086	-67.086	0	0
5.04.10	Aquisição Cont conj - efeito novas normas contábeis	0	0	0	81.173	0	81.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.257.976	471	2.258.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.257.976	0	2.257.976
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	471	471
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-922	-922
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-718	-718
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	2.111	2.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	823.859	-689.688	-134.171	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	134.171	-134.171	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	112.899	-112.899	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	710.960	-710.960	0	0
5.07	Saldos Finais	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	334	347	432
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	334	347	432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-461.177	-30.445	83.737
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.633	-13.184	-15.339
7.02.04	Outros	-438.544	-17.261	99.076
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-37.931	-19.153	0
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-400.613	1.892	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-460.843	-30.098	84.169
7.04	Retenções	-330	-370	-222
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-330	-370	-222
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-461.173	-30.468	83.947
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.156.899	2.682.063	2.206.420
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.638.623	2.466.638	2.104.382
7.06.02	Receitas Financeiras	2.518.276	215.425	102.038
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.695.726	2.651.595	2.290.367
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.695.726	2.651.595	2.290.367
7.08.01	Pessoal	45.110	51.274	52.815
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.855	26.173	20.916
7.08.01.02	Benefícios	19.067	18.069	18.945
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.318	3.251	3.108
7.08.01.04	Outros	870	3.781	9.846
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	240.668	70.005	-87.520
7.08.02.01	Federais	240.459	69.892	-87.726
7.08.02.02	Estaduais	174	58	189
7.08.02.03	Municipais	35	55	17
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	138.263	114.867	67.096
7.08.03.01	Juros	137.281	113.891	66.213
7.08.03.02	Aluguéis	982	976	883
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.271.685	2.415.449	2.257.976

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.700.000	0	1.128.988
7.08.04.02	Dividendos	589.976	2.294.677	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.981.709	120.772	1.128.988

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
1	Ativo Total	40.772.961	37.008.883	33.473.963
1.01	Ativo Circulante	11.990.079	8.531.649	8.085.576
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.485.810	2.862.490	2.979.693
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.557.804	358.987	321.858
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.557.804	358.987	321.858
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.557.804	358.987	321.858
1.01.03	Contas a Receber	5.294.830	2.998.686	2.693.100
1.01.03.01	Clientes	2.872.731	2.998.686	2.693.100
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	2.346.520	2.549.546	2.262.585
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	505.456	427.060	400.556
1.01.03.01.03	Revendedores - Transações com Energia Livre	20.755	22.080	29.959
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.422.099	0	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	0	0
1.01.04	Estoques	68.092	54.430	41.080
1.01.06	Tributos a Recuperar	623.456	574.886	864.243
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	623.456	574.886	864.243
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	263.392	220.760	489.813
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	360.064	354.126	374.430
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.960.087	1.682.170	1.185.602
1.01.08.03	Outros	1.960.087	1.682.170	1.185.602
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	1.040.720	1.120.035	625.332
1.01.08.03.03	Fundos Vinculados	132.495	3.386	14.241
1.01.08.03.04	Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	31.734	0	0
1.01.08.03.20	Outros Créditos	755.138	558.749	546.029
1.02	Ativo Não Circulante	28.782.882	28.477.234	25.388.387
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.273.273	14.234.597	12.211.697
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	161.750	0	0
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	161.750	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	325.728	2.000.776	1.932.795

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
1.02.01.03.01	Clientes	325.728	170.701	95.707
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.830.075	1.837.088
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.451.794	1.235.869	1.218.126
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	1.235.869	1.218.126
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.334.001	10.997.952	9.060.776
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	445.293	327.949	139.883
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.420.275	1.387.711	1.027.206
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	11.166.495	9.086.251	7.671.836
1.02.01.09.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	34.348	23.605	83.438
1.02.01.09.20	Outros Créditos	267.590	172.436	138.413
1.02.02	Investimentos	225.599	176.740	0
1.02.02.01	Participações Societárias	225.599	176.740	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	225.599	176.740	0
1.02.03	Imobilizado	8.810.529	8.661.791	8.228.513
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.616.163	7.029.688	7.057.596
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.194.366	1.632.103	1.170.917
1.02.04	Intangível	4.473.481	5.404.106	4.948.177
1.02.04.01	Intangíveis	4.473.481	5.404.106	4.948.177
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.473.481	5.404.106	4.948.177

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2	Passivo Total	40.772.961	37.008.883	33.473.963
2.01	Passivo Circulante	14.307.372	12.169.346	6.403.358
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	260.047	271.891	243.258
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	260.047	271.891	243.258
2.01.02	Fornecedores	1.735.462	1.189.848	1.121.009
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.735.462	1.189.848	1.121.009
2.01.03	Obrigações Fiscais	696.195	645.937	540.568
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	294.671	269.429	236.843
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	127.187	129.384	137.035
2.01.03.01.02	COFINS	117.931	94.662	65.803
2.01.03.01.03	PASEP	25.748	20.742	10.738
2.01.03.01.04	INSS	23.805	24.641	23.267
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	370.794	329.696	277.202
2.01.03.02.01	ICMS	370.794	329.696	277.202
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30.730	46.812	26.523
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.106.306	7.821.060	2.202.566
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.158.989	4.354.518	1.546.228
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.093.225	4.296.992	1.499.573
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	65.764	57.526	46.655
2.01.04.02	Debêntures	1.947.317	3.466.542	656.338
2.01.05	Outras Obrigações	4.509.362	2.215.467	2.226.686
2.01.05.02	Outros	4.509.362	2.215.467	2.226.686
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.478.810	1.243.086	1.153.895
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	412.840	368.229	384.415
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	86.256	89.512	116.183
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	88.932	100.591	99.220
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	424.522	406.059	472.973
2.01.05.02.08	Concessões a Pagar	18.002	7.990	0
2.01.06	Provisões	0	25.143	69.271

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2.01.06.02	Outras Provisões	0	25.143	69.271
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	0	25.143	69.271
2.02	Passivo Não Circulante	14.421.527	13.094.589	15.594.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.064.004	7.958.009	11.023.924
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.125.587	5.254.776	6.113.759
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.663.359	4.953.395	5.969.147
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	462.228	301.381	144.612
2.02.01.02	Debêntures	4.938.417	2.703.233	4.910.165
2.02.02	Outras Obrigações	3.941.467	3.701.981	3.216.113
2.02.02.02	Outros	3.941.467	3.701.981	3.216.113
2.02.02.02.03	Concessões a Pagar	191.815	129.696	117.802
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	2.229.081	2.186.568	2.061.608
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	169.632	262.202	142.481
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	346.319	226.428	201.419
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições Diferidos	1.003.301	897.087	692.803
2.02.02.02.08	Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	1.319	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	947.870	885.160	983.528
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	947.870	885.160	983.528
2.02.04	Provisões	468.186	549.439	370.907
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	409.018	402.663	329.929
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	123.133	117.637	88.474
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	125.496	135.121	115.301
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	160.389	149.905	126.154
2.02.04.02	Outras Provisões	59.168	146.776	40.978
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.441	56.635	3.596
2.02.04.02.04	Regulatórios	40.939	78.137	27.280
2.02.04.02.05	Outras Provisões	12.788	12.004	10.102
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.044.062	11.744.948	11.476.133
2.03.01	Capital Social Realizado	4.265.091	3.412.073	3.412.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	3.953.850	3.953.850	3.980.974
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.132	-1.132	-1.132
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	27.124
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.313.220	1.313.220	1.313.220
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.572.526	2.572.526
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	6	6	6
2.03.04	Reservas de Lucros	2.856.176	3.292.871	2.873.253
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	682.415	573.205
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.932.036	1.141.178	1.433.549
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	71.122	1.382.962	799.413
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	86.316	67.086
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	1.086.154	1.209.833
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	968.945	1.086.154	1.209.833

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.460.375	15.748.716	13.846.934
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.383.533	-10.000.166	-8.968.394
3.02.01	Energia Eletrica Comprada para Revenda	-5.951.272	-4.277.980	-3.721.585
3.02.02	Encargos de uso da Rede Basica de Trasmissoão	-1.010.596	-830.024	-728.839
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-495.114	-329.105	-225.398
3.02.04	Pessoal e Administradores	-1.025.703	-933.954	-967.117
3.02.05	Materiais	-67.522	-72.801	-125.613
3.02.06	Serviços de Terceiros	-831.760	-739.674	-804.921
3.02.07	Depreciação e Amortização	-948.546	-910.319	-866.709
3.02.08	Provisões Operacionais	-36.064	-70.598	-14.202
3.02.09	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-186.384	-153.979	-140.404
3.02.10	Custo de Construção	-1.630.194	-1.529.269	-1.327.693
3.02.11	Outras	-200.378	-152.463	-45.913
3.03	Resultado Bruto	6.076.842	5.748.550	4.878.540
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.994.240	-1.445.238	-1.231.745
3.04.01	Despesas com Vendas	-348.071	-189.820	-283.180
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.280.470	-840.961	-367.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-626.920	-413.713	-581.424
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	261.221	-744	0
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.272	-744	0
3.04.06.02	Ganho na Diluição de Particip. em Controladas em Conjunto	264.493	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.082.602	4.303.312	3.646.795
3.06	Resultado Financeiro	1.252.324	-970.271	-824.509
3.06.01	Receitas Financeiras	3.210.239	994.995	841.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.957.915	-1.965.266	-1.665.925
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.334.926	3.333.041	2.822.286
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.063.241	-917.591	-564.310
3.08.01	Corrente	-1.504.093	-1.111.451	-871.930
3.08.02	Diferido	440.852	193.860	307.620

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.271.685	2.415.450	2.257.976
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.271.685	2.415.450	2.257.976
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.271.685	2.415.450	2.257.976
3.99.01.01	ON	5,37	3,53805	3,41
3.99.01.02	PN	5,37	3,53805	3,41

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.271.685	2.415.450	2.257.976
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.721	5.300	471
4.02.01	Diferenças Cambiais de Conversão de Operações no Exterior	4.671	6.126	-922
4.02.02	Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	-1.439	-1.252	2.111
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489	426	-718
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.275.406	2.420.750	2.258.447
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.275.406	2.420.750	2.258.447

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.114.458	3.898.189	3.376.073
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.030.426	5.597.747	2.532.817
6.01.01.01	Resultado do Exercício	4.271.685	2.415.450	2.257.976
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.063.241	917.591	-307.620
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.000.556	982.669	895.581
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	128.084	21.434	502
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	-2.074.790	545.600	-515.615
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	638.840	342.161	-77.801
6.01.01.08	Obrigações Pós-Emprego	264.031	286.578	208.048
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.272	744	0
6.01.01.10	Ganho na Diluição de Participação em controladas em conjunto	-264.493	0	0
6.01.01.11	Outros	0	85.520	71.746
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	660.750	268.268	843.256
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-354.457	-540.157	-65.815
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-131.639	-167.761	107.526
6.01.02.05	Depósitos Vinculados a Litígio	-34.265	-225.658	-399.639
6.01.02.06	Fornecedores	548.622	68.839	268.814
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	195.987	402.459	1.516
6.01.02.08	Encargos Regulatórios	-41.511	103.535	60.181
6.01.02.09	Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	0	0	285.747
6.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	-233.177	-160.247	-56.247
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-13.359	28.633	-110.033
6.01.02.13	Outros	-221.426	-2.353	324.594
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	133.929	101.276	-74.806
6.01.02.15	Ativo Financeiro	812.046	659.702	501.418
6.01.03	Outros	-2.576.718	-1.967.826	0
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimo e Financiamentos Pagos	-1.208.844	-1.082.453	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.367.874	-885.373	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.100.484	-4.016.723	-4.444.310

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.01	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-1.360.567	-37.129	-321.858
6.02.02	Em Ativos Financeiros	-160.256	-1.025.894	-1.477.201
6.02.03	Em Imobilizado	-598.123	-924.223	-347.479
6.02.04	Em Intangível	-1.670.219	-1.851.993	-2.297.772
6.02.05	Em Investimentos	-115.633	-177.484	0
6.02.06	Amortização do Contas a Receber do Governo do estado de Minas Gerais	1.497.570	0	0
6.02.07	Caixa Líquido recebido na diluição de controlada e m conjunto	667.891	0	0
6.02.08	Aquisição de Controlada em Conjunto Liquida do Caixa Adquirido	-361.147	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.390.654	1.331	-377.029
6.03.01	Obtenção de Financiamentos e Debêntures	7.195.242	4.255.451	6.227.342
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-6.838.312	-2.218.500	-4.775.489
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-1.747.584	-2.035.620	-1.828.882
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-376.680	-117.203	-1.445.266
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.862.490	2.979.693	4.424.959
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.485.810	2.862.490	2.979.693

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948	0	11.744.948
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948	0	11.744.948
5.04	Transações de Capital com os Sócios	853.018	0	-2.539.334	-2.289.976	0	-3.976.292	0	-3.976.292
5.04.01	Aumentos de Capital	853.018	0	-853.018	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.700.000	0	-1.700.000	0	-1.700.000
5.04.08	Dividendos Ordinários	0	0	0	-589.976	0	-589.976	0	-589.976
5.04.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-1.600.000	0	0	-1.600.000	0	-1.600.000
5.04.10	Dividendo Adicional Proposto de 2011	0	0	-86.316	0	0	-86.316	0	-86.316
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.271.685	3.721	4.275.406	0	4.275.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.271.685	0	4.271.685	0	4.271.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.721	3.721	0	3.721
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.671	4.671	0	4.671
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-950	-950	0	-950
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.102.639	-1.981.709	-120.930	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	170.603	-170.603	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	1.932.036	-1.932.036	0	0	0	0
5.06.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo atribuído de imobilizado	0	0	0	120.930	-120.930	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	968.945	12.044.062	0	12.044.062

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133	0	11.476.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133	0	11.476.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-830.770	-1.294.041	0	-2.124.811	0	-2.124.811
5.04.08	Dividendos Ordinários	0	0	0	-1.207.725	0	-1.207.725	0	-1.207.725
5.04.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-850.000	0	0	-850.000	0	-850.000
5.04.10	Dividendo Adicional Proposto de 2010 pago em 2011	0	0	-67.086	0	0	-67.086	0	-67.086
5.04.11	Dividendo Adicional Proposto de 2011	0	0	86.316	-86.316	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.450	5.300	2.420.750	0	2.420.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.450	0	2.415.450	0	2.415.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.300	5.300	0	5.300
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.126	6.126	0	6.126
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	426	426	0	426
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.252	-1.252	0	-1.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-27.124	1.250.388	-1.121.409	-128.979	-27.124	0	-27.124
5.06.04	Devolução de Recursos Destinados a Aumento de Capital	0	-27.124	0	0	0	-27.124	0	-27.124
5.06.05	Reserva Legal	0	0	109.210	-109.210	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	1.141.178	-1.141.178	0	0	0	0
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial-Custo atribuído de imobilizado	0	0	0	128.979	-128.979	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.412.073	3.953.850	3.292.871	0	1.086.154	11.744.948	0	11.744.948

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.101.884	3.996.223	3.177.248	-453.387	1.343.533	11.165.501	0	11.165.501
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.101.884	3.996.223	3.177.248	-453.387	1.343.533	11.165.501	0	11.165.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	310.189	-15.249	-1.127.854	-1.114.901	0	-1.947.815	0	-1.947.815
5.04.01	Aumentos de Capital	310.189	-15.249	-294.940	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.128.988	0	-1.128.988	0	-1.128.988
5.04.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-900.000	0	0	-900.000	0	-900.000
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	67.086	-67.086	0	0	0	0
5.04.10	Aquisição Cont conj - efeito novas normas contábeis	0	0	0	81.173	0	81.173	0	81.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.257.976	471	2.258.447	0	2.258.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.257.976	0	2.257.976	0	2.257.976
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	471	471	0	471
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-922	-922	0	-922
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-718	-718	0	-718
5.05.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	2.111	2.111	0	2.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	823.859	-689.688	-134.171	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	134.171	-134.171	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	112.899	-112.899	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	710.960	-710.960	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.412.073	3.980.974	2.873.253	0	1.209.833	11.476.133	0	11.476.133

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	26.194.500	23.141.410	19.836.678
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.472.225	21.233.589	19.941.661
7.01.02	Outras Receitas	431.379	538.873	0
7.01.02.01	Investimento em Imobilizado	431.379	538.873	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.606.097	1.532.577	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-315.201	-163.629	-104.983
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.017.079	-9.142.297	-7.267.039
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.971.894	-5.852.943	-4.675.822
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.989.431	-2.892.966	-1.056.975
7.02.04	Outros	-1.055.754	-396.388	-1.534.242
7.02.04.01	Custo de Construção	0	0	-1.327.693
7.02.04.02	Outros Custos operacionais	-589.149	-302.406	-206.549
7.02.04.03	Provisões Operacionais	-466.605	-93.982	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.177.421	13.999.113	12.569.639
7.04	Retenções	-1.000.556	-973.732	-895.581
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000.556	-973.732	-895.581
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.176.865	13.025.381	11.674.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.513.085	1.036.599	880.758
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.272	-744	0
7.06.02	Receitas Financeiras	3.251.864	1.037.343	880.758
7.06.03	Outros	264.493	0	0
7.06.03.01	Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	264.493	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.689.950	14.061.980	12.554.816
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.689.950	14.061.980	12.554.816
7.08.01	Pessoal	1.656.256	1.540.085	1.499.676
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.206.615	1.109.400	1.041.447
7.08.01.02	Benefícios	352.280	349.791	339.538
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.197	60.620	78.439
7.08.01.04	Outros	33.164	20.274	40.252

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.666.467	7.976.286	7.073.605
7.08.02.01	Federais	4.699.287	4.358.802	3.885.486
7.08.02.02	Estaduais	3.956.598	3.609.622	3.174.390
7.08.02.03	Municipais	10.582	7.862	13.729
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.095.542	2.130.160	1.723.559
7.08.03.01	Juros	1.983.939	2.035.702	1.665.925
7.08.03.02	Aluguéis	111.603	94.458	57.634
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.271.685	2.415.449	2.257.976
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.700.000	0	1.128.988
7.08.04.02	Dividendos	1.218.107	2.294.677	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.353.578	120.772	1.128.988



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V.Sas. as o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um ano de grandes mudanças, complexidade e desafios.

Gostaríamos de, mais uma vez, manifestar o compromisso da Diretoria Executiva de entregar os compromissos assumidos com os acionistas da empresa de agregação de valor e crescimento.

Neste ano, tivemos inequívocas provas do acerto de nossas decisões refletidas não só nos resultados do ano, como também em diversas manifestações de acionistas e investidores por ocasião de captação de recursos, com integral apoio, ou mesmo de declarações positivas em eventos dos quais participamos.

Estamos confiantes que nossa visão estratégica, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos viabilizando, proporcionará aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

Nossa estratégia de buscar a eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor, certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais temos participação significativa no capital e na gestão.

Hoje, a Cemig, através de suas controladas e coligadas, atende a mais de 11 milhões de consumidores com o foco em melhoria da qualidade dos serviços prestados tendo investido somente no setor de distribuição o montante de R\$2,5 bilhões o que representou um dos maiores investimentos em distribuição no Brasil, demonstrando inequívoca do compromisso com a comunidade em que atua.

Novas ligações superaram as expectativas e atingiram a mais de 200 mil novos clientes e nossa qualidade de serviço prestado foi mais uma vez reconhecida conforme a pesquisa realizada pelo regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL- colocando a Cemig D entre as melhores empresas de mais de 400.000 consumidores na região sudeste.



O resultado que obtivemos em 2012 é de grande repercussão devido à sua dimensão, pois, o lucro líquido alcança a R\$ 4,3 bilhões, ou seja R\$5,37 por ação o que se traduz em preço da ação por lucro de 4 vezes. Comparativamente ao ano anterior, o aumento do lucro foi de quase 80%.

O maior impacto adveio da liquidação antecipada do contrato de cessão de créditos da conta de resultados a compensar. O Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, decidiu antecipar o pagamento deste contrato, o que gerou um ganho financeiro superior a R\$2 bilhões.

Destaca-se a oferta de ações da TAESA, que obteve uma enorme receptividade por parte dos investidores e que resultou em um ganho significativo para a mesma e se refletiu de maneira positiva em nossos resultados com um ganho de R\$259 milhões para a Cemig GT. Esta bem sucedida oferta, executada em condições de mercado consideradas desfavoráveis é uma clara demonstração de confiança dos investidores em nossas estratégias. TAESA se constitui no veículo preferencial da Cemig para conduzir os investimentos na área de transmissão de energia elétrica.

O mercado brasileiro de capitais mais uma vez mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento de nossas atividades totalizando mais de R\$7 bilhões captados nas diversas empresas do Grupo.

Por outro lado, tivemos no dia 11 de setembro a edição da medida provisória 579 pelo Governo Federal que abordou o tema da renovação das concessões cuja data de expiração estava estabelecida nos respectivos contratos para o período de 2015 a 2017.

Propunha o Governo Federal a antecipação do vencimento das concessões para janeiro de 2013 e impunha um cronograma para a tomada de decisão sobre a adesão ou não que terminava no dia 4 de dezembro de 2012, prazo considerado exíguo pela maioria das empresas envolvidas. Também alterava o regime dos contratos de concessão uma vez que as concessionárias passariam à condição de prestadora de serviços de manutenção e operação diferentemente dos contratos atuais nos quais além dos serviços mencionados se incluía a comercialização dos produtos dos ativos. Como compensação, o Governo Federal reembolsaria as concessionárias cujos ativos não estivessem ainda depreciados pelo valor de reposição. O objetivo da proposta era transferir os produtos dos ativos a custos de operação e manutenção para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica com o intuito de reduzir de forma significativa a tarifa final dos consumidores tendo como benefício adicional o controle da inflação.

A Cemig, convencida dos benefícios para seus consumidores, decidiu aderir aos novos contratos de concessão de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica entendendo que, assim fazendo, protegeria também os interesses de seus acionistas. O ressarcimento do valor residual dos ativos de transmissão, a despeito de não estarem definidos todos os critérios para seu cálculo, atende minimamente o que consideramos justo frente aos investimentos feitos.



Entretanto, no que se refere aos ativos de geração, julgou-se que, para aquelas concessões de segunda renovação, a proposta de prestação de serviços de operação e manutenção não oferecia condições mínimas para a prestação de um serviço de qualidade e correspondente à responsabilidade de prestá-lo. Para as concessões de primeira renovação, entendemos que nosso contrato garante a renovação por adicionais vinte anos e, portanto, pelo benefício proporcionado aos acionistas e clientes, não deveríamos aderir. Desta forma, a decisão foi de não aderir para as primeiras, e para as segundas prosseguir conforme estabelece o rito contratual, solicitando sua renovação conforme o vencimento de cada uma. Nossa expectativa é de que nossos direitos serão respeitados e que possamos seguir prestando serviço de qualidade para nossos clientes.

Temos desafios a enfrentar no próximo ano e estamos confiantes de que nossa visão estratégica nos conduz às ações mais benéficas para os acionistas e clientes.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo incontestável apoio às nossas iniciativas de melhoria operacional e introdução de novas tecnologias. Nosso corpo de empregados se insere dentre os mais atuantes do setor elétrico e responsável pela excelente reputação de eficiência e competência técnica que desfrutamos.

Reafirmamos que a obtenção destes resultados só foi possível pelo apoio de todos os acionistas da empresa, em especial, o acionista majoritário, representado pelo Sr. Governador Antonio Anastasia a quem agradecemos a incontestável confiança demonstrada ao longo do ano.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Cemig é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado em 2012 foi de aproximadamente R\$19 bilhões. Suas ações constam há treze anos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2012, foi a única empresa do setor na América Latina escolhida pelo *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* por suas práticas de gestão sustentáveis, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte da seleta lista de empresas do DJSI desde a sua criação em 1999.

Em janeiro de 2013, a Cemig foi eleita a 43ª empresa mais sustentável do mundo, na nona edição do ranking *Annual Global 100*, da revista canadense *Corporate Knights*. No setor de *utilities*, que engloba as companhias de energia elétrica, gás e saneamento, a Cemig foi considerada a quarta empresa mais sustentável do mundo.

O Grupo Cemig é constituído por 116 empresas, 16 consórcios e é controlado por uma holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros, no distrito federal e também no Chile. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecom, e no provimento de soluções energéticas, por meio da Efficientia.

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

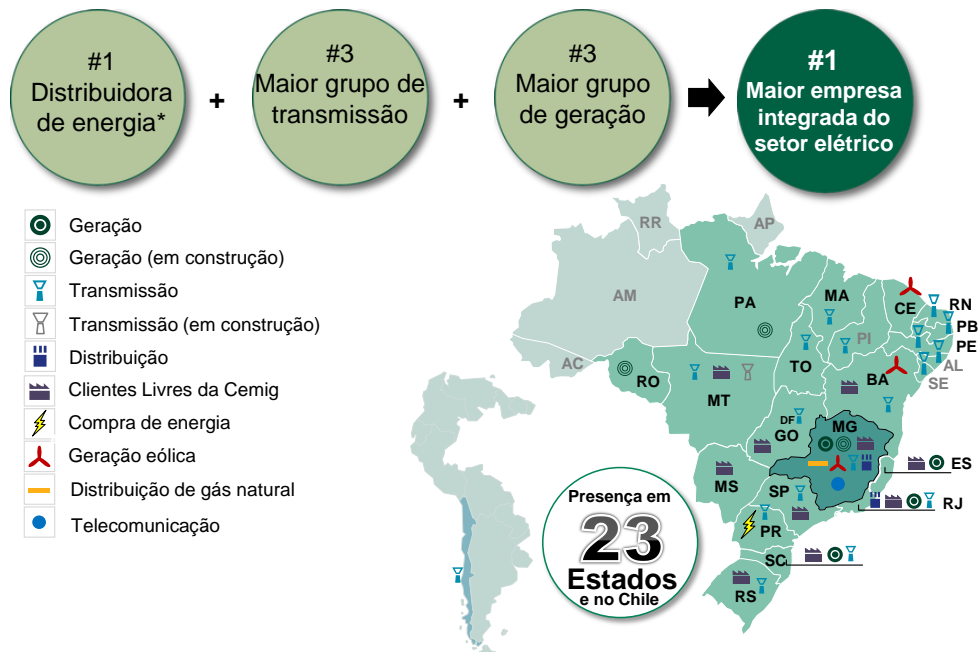
Visão: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, que começou a operar no ano de 2010.

Cemig – A maior empresa integrada do setor elétrico

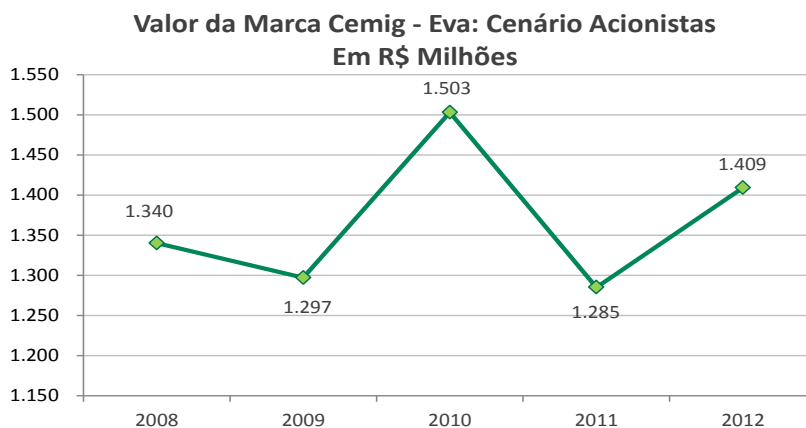


1

* Em números de consumidores e extensão de linhas de distribuição

A marca CEMIG

Em 2012, o valor da marca Cemig obteve uma alta de 9,6% em relação a 2011. O aumento se deve, especialmente, a um melhor desempenho financeiro da Companhia.



Comitê de Marca e Reputação

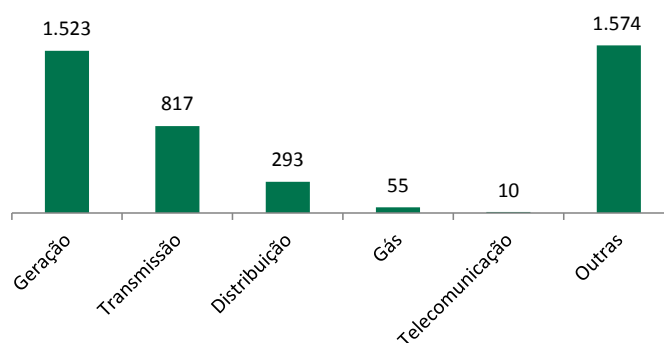
Os resultados apresentados pelas pesquisas de avaliação da marca e de sua reputação reforçam a necessidade, já percebida nas pesquisas anteriores, de a Cemig continuar a trabalhar em questões essenciais quando se trata de marca e reputação.

O Comitê de Marca e Reputação é que analisa as ações a serem implementadas para melhoria do desempenho da Companhia no que se refere a esses ativos intangíveis, sendo que entre as ações desenvolvidas pelo comitê em 2012, está a elaboração da Plataforma de Marca e Reputação da Cemig, que tem o objetivo de garantir um posicionamento coerente e consistente em todos os momentos em que a Companhia se apresenta para públicos internos e externos. Trata-se de um documento que é uma referência estratégica para toda a Cemig.

Outro documento criado pelo comitê diz respeito às diretrizes do Grupo Cemig para a gestão da marca e da reputação. Nesse documento, estão destacados os riscos, as oportunidades e as recomendações do comitê, bem como as questões relativas aos pontos de contato da Empresa com seus públicos. O objetivo é que a Cemig atente para as iniciativas internas e para o alinhamento das diversas empresas do Grupo, de forma a contribuir para o fortalecimento de sua plataforma de marca e reputação, para o aumento da favorabilidade em relação à Empresa e o grau de confiança em momentos de crise, que é base para as recomendações sugeridas.

NOSSOS NEGÓCIOS

Lucro gerado por atividade em 2012



Dentro do lucro alocado em outras atividades encontra-se reconhecida a receita financeira advinda da liquidação antecipada do contrato da CRC. Vide maiores explicações na Nota nº 12 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

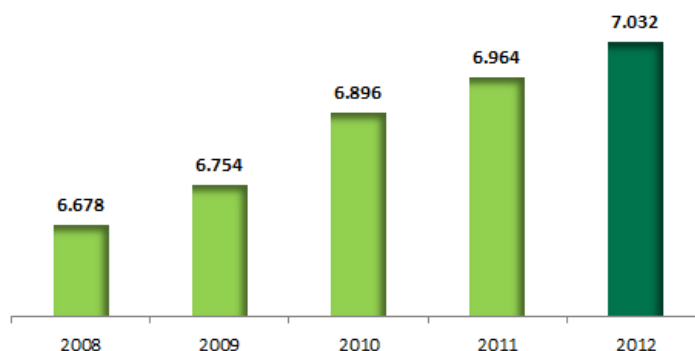
Geração hidráulica

Por meio de suas controladas e controladas em conjunto de geração, a Cemig possui, em operação, 70 usinas, sendo 63 hidrelétricas, 3 termelétricas e 4 eólicas. São 7.032 MW de capacidade instalada, que colocam o Grupo Cemig em terceiro lugar entre as maiores geradoras do País.

Usinas	Capacidade Instalada(MW)	Produção Efetiva (MW médio)
São Simão	1.710	1.281
Emborcação	1.192	497
Nova Ponte	510	276
Jaguara	424	336
Miranda	408	202
Três Marias	396	239
Volta Grande	380	229
Irapé	360	206
Aimorés	330	172
Outras	752	482
Geração Light	282	210
Eólicas	104	42
Termelétricas	184	123
Total	7.032	4.295

Em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, sua capacidade instalada apresenta crescimento constante nos últimos 5 anos.

Capacidade Instalada (MW)



A Cemig possui projetos de geração em andamento, dentre os quais destacamos:

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Participação Cemig	Em operação com capacidade total
Santo Antônio	3.150	10,0%	2016
Belo Monte	11.233	7,28%	2018

Geração eólica

A Cemig é uma das empresas pioneiras em termos de geração eólica no Brasil por meio de Usina Morro do Camelinho, que foi ligada à rede em 1992. O Brasil tem teoricamente um potencial de geração de energia de vento de 143.5 GW. Isso é mais do que o volume total de capacidade de geração instalada atualmente no país de 107 GW.

Em 2011 a Cemig passou a fazer parte do grupo de controle da Renova, por meio da Light. A Renova Energia é detentora do maior complexo eólico da América Latina, localizado na Região Central da Bahia.

Em 2012 a Renova contou com a chegada de um parceiro estratégico em sua base de acionistas, a BNDESPAR, que investiu R\$260,7 milhões, detendo atualmente 12,1% do capital social. Com a chegada da BNDESPAR na Companhia, a Renova fortaleceu ainda mais sua posição no setor de geração de energia renovável, trazendo para o seu lado uma das principais instituições financeiras do país, com expertise em projetos de infraestrutura e dedicação ao desenvolvimento de fontes renováveis.

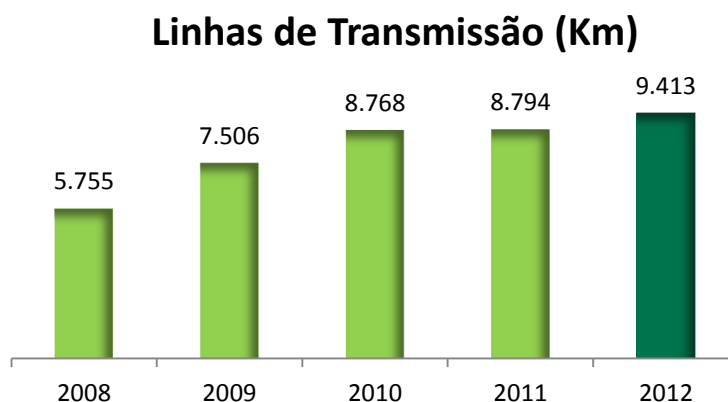
Além disso, a Companhia possui, em pleno funcionamento, 49% da participação societária em três parques eólicos localizados no Ceará, com potência total de cerca de 100 MW.

Transmissão

A Cemig opera, através de suas controladas e coligadas de transmissão de energia elétrica, uma rede de transmissão, em 2012 de 9.413 km (8.794 Km em 2011), sendo o 3º maior grupo de transmissão de energia do País, presente em 13 estados no Brasil e no Chile.



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de transmissão da Companhia nos últimos 5 anos.



Distribuição

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A (Cemig D) e Light S.A. (Light), atendendo a mais de 10 milhões de consumidores.

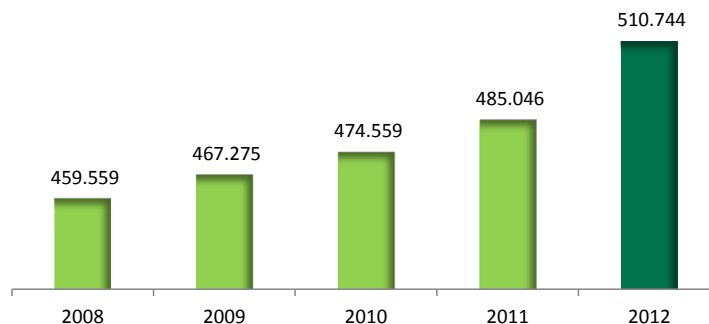
Cemig Distribuição

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 510.744 km de redes de distribuição (108.400 km em área urbana e 384.750 km de redes rurais) e 17.594 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,5 milhões de consumidores.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2012, 12% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 898 mil consumidores.

No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas de Subtransmissão e Distribuição (Km)



Light

Nossa controlada em conjunto Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light é uma empresa com mais de 4 milhões de consumidores atendidos em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Comercialização de Energia Elétrica

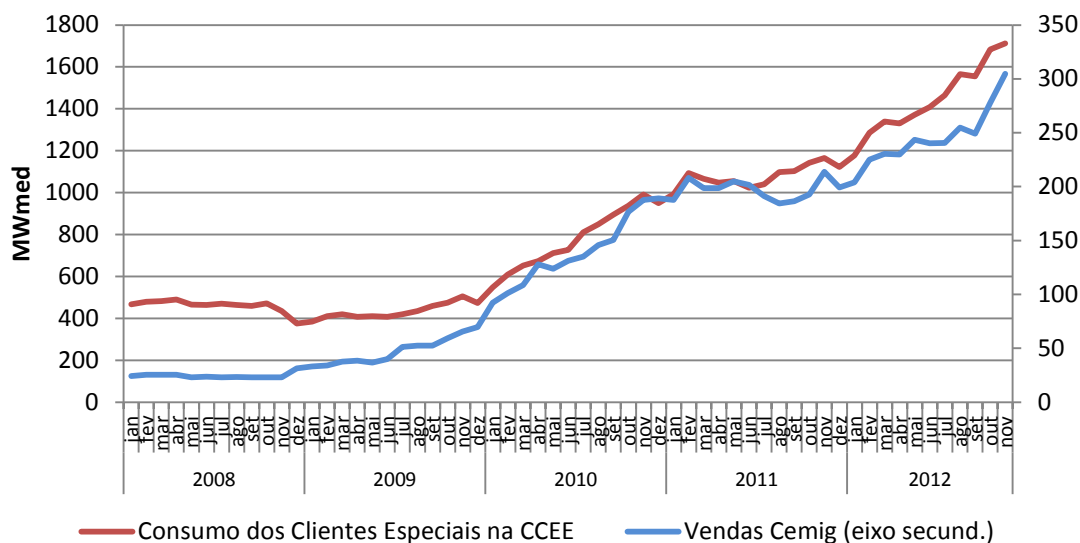
As empresas do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre. Expandimos nossa área de atuação para outros Estados da Federação, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos Estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente ao dobro do volume vendido pelo concorrente mais próximo.

No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, destacando-se o grande crescimento entre 2008 e 2012.



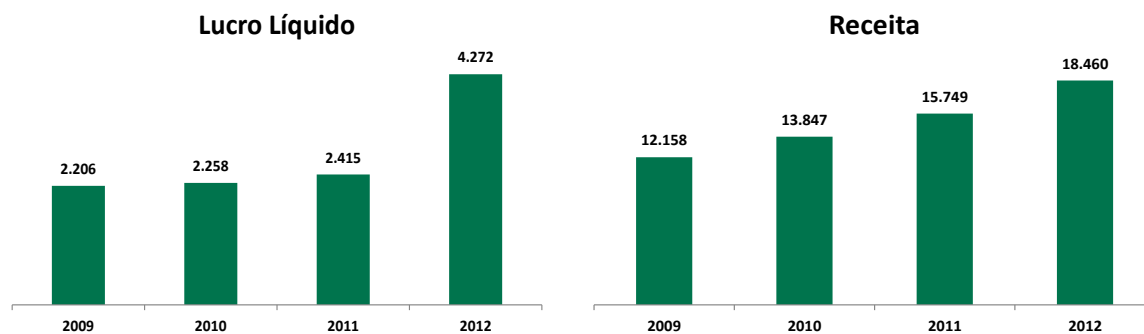
Evolução do mercado de clientes especiais na CCEE e na Cemig (MWmédios)



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Desempenho de nossos negócios no exercício de 2012.

O resultado da Companhia apresenta-se crescente, impulsionado principalmente pelo crescimento da receita.



Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$4.272 milhões em comparação ao resultado de R\$2.415 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 76,89%.

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2012	2011	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	18.614	16.568	12,35
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	2.215	1.978	11,98
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	1.675	1.407	19,05
Receita de Construção de Transmissão	160	120	33,33
Receita de indenização de transmissão	192	-	-
Receita de Construção de Distribuição	1.446	1.413	2,34
Receita de Construção de Gás	25	7	257,14
Transações com energia na CCEE	427	269	58,74
Outras Receitas Operacionais	1.324	984	34,55
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(7.618)	(6.997)	8,88
Receita Operacional Líquida	18.460	15.749	17,21

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$18.614 milhões em 2012 em comparação a R\$16.568 milhões em 2011, o que representa um aumento de 12,35%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$16.671 milhões em 2012 comparados a R\$14.955 milhões em 2011, uma variação de 11,47%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 4,49% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajustes tarifários na Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajustes tarifários na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,82% a partir de 7 de novembro de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário na Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- reajustes dos contratos de venda de energia a consumidores livres, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.



Evolução do Mercado

O mercado da Cemig corresponde às vendas de energia para os consumidores cativos e clientes livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, à comercialização de energia para outros agentes do setor elétrico no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e às vendas no Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no ano de 2012, comparativamente às de 2011.

	MWh (*)	
	2012	2011
Residencial	11.518.441	10.742.297
Industrial	25.969.189	26.028.775
Comércio, Serviços e Outros	7.949.909	6.984.941
Rural	2.874.259	2.646.475
Poder Público	1.343.999	1.191.280
Iluminação Pública	1.463.813	1.371.091
Serviço Público	1.549.311	1.439.200
Subtotal	52.668.921	50.404.059
Consumo Próprio	62.133	57.098
	52.731.054	50.461.157
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	13.867.837	14.457.890
Vendas no PROINFA	126.900	120.827
Total	66.725.791	65.039.874

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia. Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes. A energia comercializada pela Cemig, no ano de 2012, apresentou um acréscimo de 2,59% em relação ao ano de 2011.

As vendas de energia para consumidores finais tiveram um crescimento de 4,49%, devido à expansão do mercado interno e externo, a despeito da desaceleração da atividade econômica nacional no ano de em 2012.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou crescimento de 7,23% em relação a 2011. O aumento de consumo de energia desta classe está associado principalmente à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 0,23% em 2012, decorrente basicamente da redução da atividade econômica no ano, sendo os setores mais afetados de siderurgia, química e ferroligas.



Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 13,81%, associado ao nível aquecido de demanda interna, devendo se destacar o comércio varejista e de serviços de comunicação e alimentação.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 8,61%, relacionado a ligação de novas propriedades rurais e ao aumento da demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2012.

Demais classes: As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, cresceram 8,87% no ano de 2012.

Receita com suprimento

As vendas de energia para outros agentes do setor elétrico decresceu 4,08%. O decréscimo nas vendas a outros agentes do setor elétrico decorre da estratégia de comercialização de energia da Companhia, priorizando os atendimentos aos clientes usuários finais (consumidores livres e consumidores de energia incentivada) e a participação nos mercados de suprimento conforme a existência de lastro de energia, a agregação de valor e a minimização de riscos.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 4,08%, houve um aumento de 20,67% na receita com energia vendida, R\$1.903 milhões em 2012 comparados a R\$1.577 milhões em 2011, em função do aumento de 25,80% no preço médio de venda da energia, R\$137,23/MWh em 2012 em comparação a R\$109,08/MWh em 2011.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig D e Light, correspondeu a R\$2.215 milhões em 2012 comparados a R\$1.978 milhões em 2011, um aumento de 11,98%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência principalmente da migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

A Receita de Concessão de Transmissão foi de R\$1.675 milhões em 2012 comparados a R\$1.407 milhões em 2011, um aumento de 19,05%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$696 milhões em 2012 comparada a R\$564 milhões em 2011.



A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579, no valor de R\$192 milhões. Maiores detalhes na nota explicativa nº 4.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

	Consolidado	
	2012 R\$ milhões	2011 R\$ milhões
Fornecimento de Gás	755	579
Serviço Taxado	18	14
Serviço de Telecomunicações	162	158
Prestações de Serviços	117	98
Subvenções (*)	176	56
Aluguel e Arrendamento	86	77
Outras	10	2
	1.324	984

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$7.618 milhões em 2012 comparados a R\$6.997 milhões em 2011, representando um aumento de 8,88%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os gastos com a CCC foram de R\$565 milhões em 2012 comparados a R\$718 milhões em 2011, representando uma redução de 21,31%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas Térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de Energia Elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A variação neste custo decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com a CDE foram de R\$616 milhões em 2012, comparados a R\$516 milhões em 2011, representando um aumento de 19,38%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.



Este é um Custo não controlável, sendo que na atividade de distribuição a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Vide a composição dos impostos incidentes sobre a receita na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2012 o montante de R\$14.639 milhões comparados a R\$11.445 milhões em 2011, com aumento de 27,91%. Vide as principais despesas e custos na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.951 milhões em 2012 comparados a R\$4.278 milhões em 2011, representando um aumento de 39,11%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 164,09% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig D, que foi de R\$890 milhões em 2012 comparados a R\$337 milhões em 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos principais submercados de exposição sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012;
- aumento de 42,80% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.806 milhões em 2012, comparados a R\$1.965 milhões em 2011. Este aumento decorre substancialmente da ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento custo para as distribuidoras;



- aumento de 16,29% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional da Cemig D, indexada ao Dólar, que foi de R\$885 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$761 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,974, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 17,78%.

Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$1.011 milhões em 2012 comparados a R\$830 milhões em 2011, um aumento de 21,81%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 1,83%, na comparação entre os períodos: R\$1.001 milhões em 2012, comparada a R\$983 milhões em 2011. Este resultado decorre, substancialmente do aumento nos ativos da concessão em função do maior programa de investimentos, principalmente no negócio de distribuição, o que compensou o efeito da redução da taxa de depreciação e amortização a partir de 2012 em função da revisão da vida útil dos ativos.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$134 milhões em 2012 comparados a R\$124 milhões em 2011, representando um aumento de 8,06%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.



Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.361 milhões em 2012 comparados a R\$1.249 milhões em 2011, representando um aumento de 8,97%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2011 e 2012, com reajustes médio de 8,20% e 4,5%, respectivamente, compensado parcialmente pela redução de 3,84% no número de empregados.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$782 milhões em 2012 comparados a R\$258 milhões em 2011, um aumento de 203,10%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

- Provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 da Cemig D referentes à perda relativa ao ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD em decorrência da não expectativa de recebimento dos valores.
- Provisão de R\$403 milhões referente ao Termo de Conciliação firmado entre a Companhia e a União em ação relacionada à extinta Conta CRC, o que viabilizou a operação de liquidação antecipada do contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 25 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$495 milhões em 2012 comparados a R\$329 milhões em 2011, representando um aumento de 50,46%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$1.127 milhões em 2012 comparados a R\$1.031 milhões em 2011, representando um aumento de 9,31%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, manutenção e conservação e conservação e limpeza. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2012 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$1.252 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$970 milhões em 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de 27,80% nas rendas de aplicação financeira em função do menor volume de recursos aplicados no exercício de 2012;
- Receita com atualização monetária do contrato CRC de R\$2.383 milhões em decorrência de sua quitação antecipada, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 12;
- aumento de 18,54% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$179 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$151 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência de melhoria no processo de arrecadação e negociação de débitos;
- Receita com Variações Cambiais: R\$44 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, devido, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da Taesa.
- Aumento na Despesa de Variações Cambiais: R\$82 milhões em 2012 comparados a R\$40 milhões em 2011, devido, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela Taesa em decorrência da aquisição da Abengoa.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.063 milhões em relação ao Resultado de R\$5.335 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 19,93%. A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$918 milhões em relação ao Resultado de R\$3.333 milhões, representando um percentual de 27,54%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



LAJIDA

LAJIDA - R\$ milhões	2012	2011	Var%
Resultado do Exercício	4.272	2.415	76,89
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.063	918	15,80
+ Resultado Financeiro	(1.252)	970	-
+ Amortização e Depreciação	1.001	983	1,83
= LAJIDA	5.084	5.286	(3,82)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do Lajida em 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se basicamente ao aumento nos custos com compra de energia pela controladas do negócio de distribuição, sendo que esse gasto a maior será recebido nos próximos reajustes tarifários dessas empresas.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$2.486 milhões, em comparação com R\$2.862 milhões em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta redução são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2012 e 2011 totalizou R\$3.114 milhões e R\$3.898 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2012 em comparação com 2011 deveu-se, a maior saída de caixa para os pagamentos de energia comprada.



Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2012 e 2011 totalizou, respectivamente, R\$2.100 milhões e R\$4.017 milhões. A redução nos valores consumidos em atividades de investimento em 2012 comparado com 2011 deveu-se principalmente pelo caixa líquido recebido no resgate antecipado do contrato CRC de R\$1.901 milhões e pela diluição de controlada em conjunto no montante de R\$645 milhões.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido em atividades de financiamento durante 2012 totalizou R\$1.391 milhões, e foi composto pela amortização de R\$6.838 milhões de financiamentos, pagamento de R\$1.748 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$7.195 milhões.

O fluxo de caixa gerado em atividades de financiamento durante 2011 totalizou R\$1 milhão, e foi composto pela amortização de R\$2.218 milhões de financiamentos e o pagamento de R\$2.036 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$4.255 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig tem se dado de forma sustentável.

Ao final do ano, a Cemig contratou um empréstimo de curto prazo no valor de R\$1.088 milhões para o resgate da 4ª emissão de notas promissórias.

Em 2012, foram captados R\$1.470 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro e R\$34 milhões em financiamentos da Eletrobrás para os Programas Reluz, Cresce Minas e Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$175 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

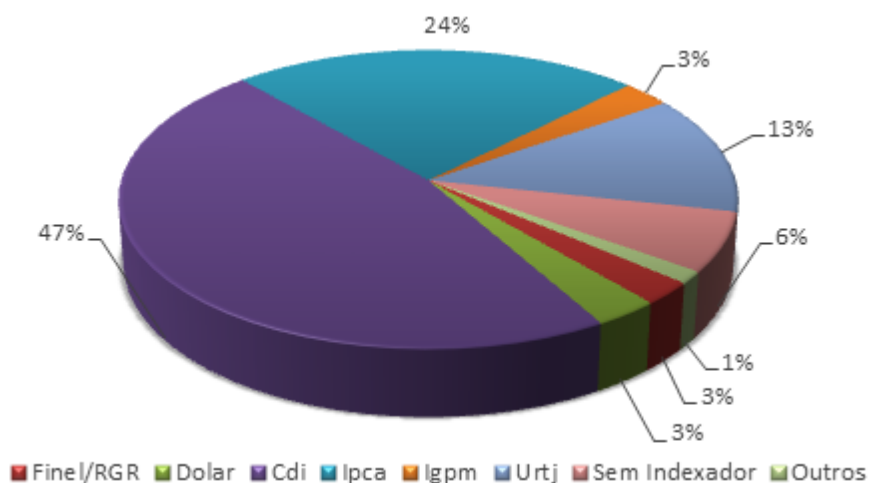


A Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil, conforme segue: i) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; ii) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a Cemig Holding manteve a coobrigação e a Cemig GT manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig, e foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Vale destacar que esse Novo Mercado é resultado de um esforço conjunto, implementado pela CVM, Banco Central, BNDES, Ministério da Fazenda e pelas empresas, no sentido de se fomentar um ambiente de negociação mais líquido no mercado secundário, capaz de ampliar a base de investidores (inclusive de investidores estrangeiros) e, mais importante, proporcionar a realização de operações de mais longo prazo e vinculadas a índices de preços, compatíveis com os investimentos em infraestrutura necessários para o crescimento do país, criando alternativas de financiamento complementares aos recursos do BNDES.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2012



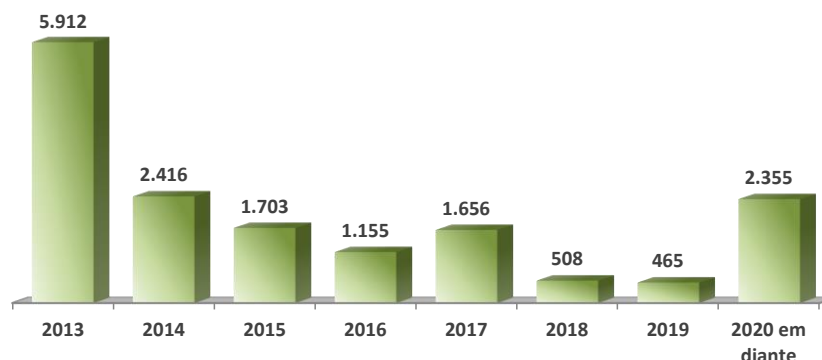
A composição da dívida da Cemig é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente de 3%). A concentração da dívida no CDI (47%), contribuiu, por um tempo, para a redução do custo da dívida considerando o histórico recente de redução das taxas de juros. O custo médio da dívida da Cemig é de 5,03%a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam indicar risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,9 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, que foi parcialmente refinanciada, em março de 2013, através da emissão de debêntures da Cemig Distribuição.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)



As avaliações de risco de crédito (“ratings”) da Cemig e de suas principais controladas não se alteraram ao longo de 2012, mesmo num cenário de expansão da Companhia, via projetos ou via aquisições, refletindo uma percepção positiva de rentabilidade saudável e de forte geração de caixa, assegurada por sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, conforme sustentam as principais agências de *rating*.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a Taesa passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial das ações e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$259.325, reconhecido no resultado da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os prazos dos contratos de concessão variam de acordo com a data da outorga.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 ("MP"), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançada pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

No que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações:

Distribuição de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação dos contratos de concessão de distribuição da Cemig D. O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Cemig D que serão objeto de renovação por mais 30 anos é fevereiro de 2016.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação de seu contrato de concessão. Como principais efeitos dessa renovação, a Companhia passará a auferir uma receita anual referente à operação e manutenção das linhas de transmissão no montante previsto de R\$148,5 milhões para 2013 em comparação a receita anual de R\$485,2 milhões que seria auferida em 2013 em conformidade aos critérios do contrato de concessão anterior, onde havia a remuneração pela operação e manutenção e a remuneração pelos investimentos ainda não amortizados pela Companhia. Os valores mencionados são líquidos de impostos.



Em decorrência da renovação das concessões, a Companhia registrou um ganho de R\$192 milhões em 2012 referente à diferença entre o valor contábil dos ativos a serem indenizados e o valor esperado a ser recebido do Governo Federal.

Mais detalhes na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as 18 concessões de geração de energia elétrica que já foram renovadas uma vez pelo Poder Concedente e, dessa forma, continuará a auferir receitas desses ativos em conformidade aos critérios previstos nos contratos de concessão.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto/2013, janeiro/2015 e dezembro/2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

As decisões tomadas pela Cemig em relação à MP, mencionadas acima, refletem o compromisso da Companhia para com os acionistas, empregados e demais partes interessadas na manutenção da sustentabilidade e do crescimento da empresa.

Revisão/Reajuste Tarifário

Revisão tarifária extraordinária

A MP, nos Artigos 21 e 24, estabeleceu que as concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam desobrigadas do recolhimento das quotas da Reserva Global de Reversão – RGR e do rateio dos custos de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados – CCC. Para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) haverá uma redução de 75%.

As determinações da MP implicam redução nos custos da transmissão e geração de energia elétrica no sistema interligado nacional.

As novas tarifas contemplando os efeitos da Revisão Tarifária Extraordinária foram homologadas e estão vigentes desde 24 de janeiro de 2013 para todas as concessionárias de distribuição do país. No caso da Cemig D, a redução nas tarifas foi de 18,14% e será aplicada até 07 de abril de 2013, quando ocorrerá o processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.



Revisão Tarifária ordinária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013 ocorrerá o 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. As revisões tarifárias promovidas pela ANEEL são precedidas de audiências públicas, onde a sociedade, os agentes do setor e os demais interessados no processo realizam suas contribuições. No dia 1º de março de 2013 a ANEEL realizou a sessão presencial da Audiência Pública para debater a proposta de reajuste preliminar de 9,06% para o consumidor residencial e uma redução média de 2,51% para os consumidores de alta tensão, como os industriais. Não é possível prever qual será o reajuste definitivo a ser aplicado nas contas de energia a partir de 8 de abril de 2013.

Reajuste tarifário anual

Cemig D

Em abril de 2012, foi autorizado um reajuste para a Cemig D de 3,88% para os consumidores residenciais e para os demais consumidores da média e alta tensão, o reajuste médio foi de 3,79%. Na média geral, o impacto médio para todas as classes consumidoras foi de 3,85%. Os principais fatores que impactaram positivamente o reajuste deste ano foram o IGP-M de 3,23%, aumento das despesas de transmissão em 11,7% e da energia comprada em 8,3%. Em sentido contrário, os encargos setoriais reduziram em 14,3%, principalmente a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), subsídio para geração térmica em sistemas isolados localizados na Região Norte do País, que caiu pela metade.

O ICMS, um tributo estadual, é cobrado diretamente na fatura do consumidor e repassado integralmente ao governo estadual. No caso de Minas Gerais, os consumidores residenciais com consumo inferior a 90 kWh/mês, cerca de 2,8 milhões, são isentos desse tributo.

Light

A ANEEL, em reunião pública de diretoria, ocorrida em 06 de novembro de 2012, aprovou o reajuste médio das tarifas da Light SESA de 10,77% para o período de 12 meses a partir de 07 de novembro de 2012.

O índice do reajuste tarifário é constituído por dois componentes: o Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 7,17%; e o Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 3,60%.

No reajuste tarifário anual deste ano da Light não está contemplado nenhum dos efeitos decorrentes da MP, pois a redução tarifária prevista foi aplicada a partir de 05 de fevereiro de 2013, quando a ANEEL procedeu à Revisão Tarifária Extraordinária.



Gestão das perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição atingiu o valor de 11,11% (dez/2012), sendo 9,03% referentes às Perdas Técnicas e 2,08% relativos às Perdas Não Técnicas. Esse índice está abaixo dos índices de qualidade exigidos pelo Regulador na última revisão tarifária.

Os investimentos de reforço realizados no sistema elétrico em alta, média e baixa tensão contribuíram para o controle das Perdas Técnicas (que são inerentes ao processo de transporte e transformação de energia). Ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas foram implantadas em 2012, como a instalação de Capacitores nas redes de média tensão e substituição de transformadores convencionais antigos e sobrecarregados por transformadores novos com núcleo amorfo, que apresentam perdas técnicas 75% menores, e em 2013 serão instalados capacitores automáticos nas redes de média tensão.

Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, a regularização de 42 mil unidades consumidoras proporcionou uma recuperação de energia de 159 GWh e um incremento de energia de 113 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R\$58,8 milhões e R\$42,1 milhões, respectivamente. A receita adicional proveniente da cobrança de custo administrativo das irregularidades e de danos provocados em equipamentos de medição totalizou R\$1,5 milhões. Portanto, o processo de regularização proporcionou uma receita adicional de R\$102,4 milhões.

Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 217 mil medidores obsoletos, regularização de 16 mil lâmpadas de iluminação pública acesa durante o dia (redução de perdas de 5 GWh ou R\$1,7 milhão) e retirada de 7.400 ligações clandestinas (redução de perdas de 17,6 GWh ou R\$1,85 milhão).

Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas, conforme segue:

	2012	2011	01/01/2011
Ativos			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	884.209	332.829	327.379
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição – TUSD (2)	3.089	3.089	3.089
Subvenção Baixa Renda	335	591	24.120
Descontos TUSD Fonte Incentivada	59.627	26.620	58.748
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	7.597	29.137	11.797
Descontos concedidos a Irrigantes	8.338	20.321	12.952
Outros Ativos Regulatórios	17.735	31.198	83.706
	980.930	443.785	521.791
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(257.580)	129.290	10.542
	723.350	573.075	532.333
Passivos			
Parcela "A"	-	(9.646)	(35.799)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(294.474)	(559.253)	(416.762)
Subvenção Baixa Renda	(1.493)	(147.695)	-
Outros Passivos Regulatórios	(4.487)	(35.855)	(88.088)
Efeito no PL do aumento de participação em controlada em conjunto	5.248	5.248	-
	(295.206)	(747.201)	(540.649)
	428.144	(174.126)	(8.316)

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Parcela A

Os itens da Parcela A são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os valores constituídos pela Companhia referem-se ao ressarcimento, aos consumidores, dos valores faturados a maior.



Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados consolidados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	2012	2011
Resultado do Exercício	4.271.685	2.415.450
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios – CVA (1)	764.333	(138.315)
Demais Componentes Regulatórios (2)	224.808	(143.538)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	(386.871)	116.045
Resultado do Exercício Regulatório	4.873.955	2.249.642

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Referem-se, principalmente, à Subvenção Baixa Renda e descontos concedidos diversos.

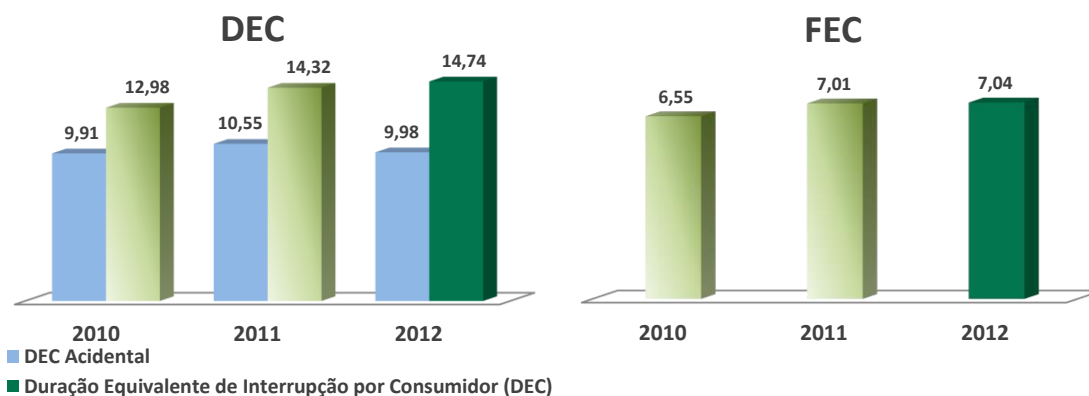
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

A Cemig desenvolve ações e iniciativas com o objetivo de melhorar a gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento às emergências, e a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações, das linhas e redes de distribuição. Investe, também, na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta e na padronização dos processos de trabalho.

Na análise dos indicadores da Cemig D, deve ser observada no cálculo do DEC a diferença entre as interrupções ocasionadas por acidentes e as interrupções programadas, relacionadas aos novos investimentos, onde é necessária, em algumas ocasiões, a interrupção do fornecimento de energia.

Os gráficos seguintes mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor) da Cemig nos últimos 3 anos, devendo ser destacada a redução do DEC acidental em 2012:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso dos consumidores à Companhia, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios comunicação, tanto presencial como à distância.

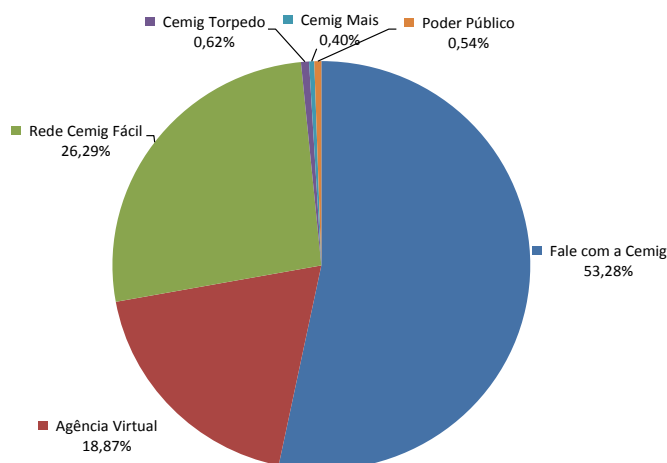
O canal Fale com a Cemig representa uma forma de contato entre a Companhia e seus clientes e consumidores via telefone 116 e/ou pela internet. O número de atendimentos em 2012 foi aproximadamente 15 milhões por telefone, 140 mil por chat e 120 mil por e-mail.

O atendimento presencial é feito através da Rede Cemig Fácil de Atendimento que possui 157 Agências de Atendimento Cemig Fácil em cidades acima de 10.000 unidades consumidoras e 620 Postos de Atendimento Cemig Fácil em cidades abaixo de 10.000 unidades consumidoras, estando presente em todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig. Em 2012, o número de atendimentos na rede Cemig Fácil foi de aproximadamente 7 milhões.

Outro canal que merece destaque é o Cemig Torpedo que possibilita ao consumidor contatar a Cemig através de mensagens SMS. Em 2012 o número de mensagens recebidas foi de aproximadamente 175 mil.

A Companhia também busca oferecer um melhor atendimento e interação com públicos consumidores especiais, por meio da adequação das instalações das Agências de Atendimento às normas de acessibilidade (ABNT-NBR 9050), chat na Agência Virtual, Cemig Torpedo e contas de energia elétrica em Braille. Nas estações ambientais da Cemig existem trilhas em Braille que visam integrar os deficientes visuais a visitação.

O gráfico a seguir mostra os canais de atendimento da Companhia com seus respectivos percentuais em relação ao total de atendimentos.



INVESTIMENTOS

Aquisição complementar de participação na Gasmig

A Cemig efetivou em 2012 a aquisição complementar de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$65 milhões.

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig, Cemig GT e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), celebraram um Instrumento Particular de Investimento em Ativos de Transmissão pelo qual foi acordada a transferência à TAESA das participações acionárias minoritárias detidas pela Cemig e Cemig GT no capital social das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica (i) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE; (ii) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; (iv) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; (v) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. (“Reestruturação Societária”).

Dentro do escopo da Reestruturação Societária, a TAESA desembolsará o valor de R\$1.732 milhão; sendo R\$1.668 milhão para a Cemig e R\$64 milhões para Cemig GT, corrigido pelo CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não. O valor envolvido foi acordado pelas companhias com base em avaliações técnicas contratadas junto a avaliadores externos independentes.



Com a implementação da Reestruturação Societária, a TAESA terá participação em 9.378 km de linhas de transmissão, resultando em um acréscimo de 3.127 km, reforçando sua capacidade de geração de caixa e resultados para os acionistas.

A Reestruturação Societária tem prevista a sua conclusão para 2013, após à aprovação dos órgãos de defesa da concorrência, incluindo o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, estando ainda sujeita à obtenção das aprovações prévias pertinentes, nas quais se incluem a anuência da ANEEL e dos bancos financiadores, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 03 de julho de 2012, a TAESA concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da aquisição foi de R\$ 904 milhões. Mais detalhes sobre os ativos adquiridos e passivos reconhecidos estão divulgados na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis.

Outros Investimentos

Geração

No exercício de 2012 foram realizados cerca de R\$162 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias no parque gerador da Cemig GT, com os seguintes destaques:

- SPE – Amazônia Energia Participações S.A. (Belo Monte) - R\$97 milhões – A Cemig possui 74,5% de participação na Amazônia Energia que por sua vez possui 9,77% de participação na Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este empreendimento que encontra-se com 24,93% de sua implantação realizada e a entrada em operação da casa de força principal está prevista para março de 2016.
- SPE Guanhães (Programa Minas PCH) – R\$19 milhões. Em setembro de 2012 foi iniciada a construção de quatro PCHs no Leste de Minas Gerais, com capacidade total instalada de 44 MW: Senhora do Porto, Dores de Guanhães e Jacaré, localizadas no município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, nos municípios de Guanhães e Virginópolis. Para este empreendimento, que tem a participação de 49% da Cemig, está previsto um investimento total de R\$321 milhões. As obras serão concluídas em dois anos e a primeira unidade entrará em operação comercial em maio de 2014.



Melhorias no parque de transmissão

No exercício de 2012 foram realizados cerca de R\$85 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias do sistema de transmissão da Cemig GT.

Distribuição

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

No quinquênio 2008/2012, a Cemig D realizou investimentos na ordem de mais de 3,6 bilhões no PDD, compreendendo a Expansão e Reforço do Sistema de Distribuição, Renovação dos Ativos existentes, Melhoria da Qualidade, Manutenção e Atendimento aos atuais e aos novos Clientes. Deste total, R\$1,2 bilhão foi investido no exercício de 2012.

É importante ressaltar que no período 2008/2012 foram ligados mais de 1 milhão de novos clientes na área urbana e rural.

Gás Natural

A Gasmig alcançou a marca de 1,3 bilhão de metros cúbicos de gás natural vendidos. Investiu R\$42,7 milhões na expansão das redes de distribuição de gás natural no Estado de Minas Gerais, com a construção de 25,8 Km de redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, no Vale do Aço e na região da Mantiqueira (Juiz de Fora).

Foram destaques as obras do Projeto Anel Sul para atendimento aos segmentos Residencial e Comercial no bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte; a construção do Anel Metropolitano e recapitação do Tronco Norte II, que permitirão a ampliação da capacidade de atendimento em 1 milhão de m³/dia, além do início das atividades e estudos para implantação da rede de distribuição de gás natural nas cidades de Governador Valadares e Pouso Alegre, como parte do projeto de interiorização do gás natural implantado pela Companhia.

Outro projeto de destaque tem como foco a recuperação do Segmento de GNV (gás natural veicular). A Companhia tem atuado de forma ampla em toda a cadeia do segmento, por meio de ações de reforço junto aos usuários finais acerca das vantagens oferecidas pelo produto, estreitamento da relação com os postos revendedores, estabelecimento de parcerias com empresas convertedoras, montadoras e organismos de inspeção, convênios com órgãos públicos e instituições de ensino, etc., dentro do Projeto “Vou no Gás”.

MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disto, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, totalizou R\$4.265 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



34

CEMIG

Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2011 e 2012, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2011	Fechamento 2012
Cemig PN	CMIG4	R\$	21,93	22,60
Cemig ON	CMIG3	R\$	17,73	21,90
ADR PN	CIG	US\$	11,60	10,86
ADR ON	CIG.C	US\$	9,10	11,18
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	9,91	8,31

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos



Em 2012 as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$19,6 bilhões, com uma média diária de quase R\$80 milhões. Esse volume faz com que nossa ação, CMIG4, seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

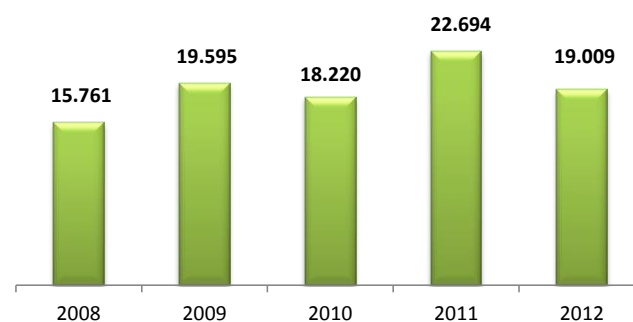
Vale ressaltar que o volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque se equipara aos volumes no mercado brasileiro, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

Em 2012 as ações preferenciais da Cemig (CMIG4) registraram desempenho de 3,06% e as ações ordinárias (CMIG3) apresentaram alta de 23,53%. O retorno total para o acionista de CMIG4 e CMIG3 foi de 5% e 25%, respectivamente, no ano de 2012.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2012	3,06%	23,53%	-6,41%	22,83%	7,40%	7,26%	-11,72%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor das ações no último dia de negociação de cada ano. Em 2012 a Companhia apresentou uma queda em seu valor de mercado em relação ao ano de 2011, refletindo, principalmente, as novas condições regulatórias dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica, determinadas pela Medida Provisória nº 579. Ao analisarmos a variação nos últimos 5 anos nosso valor de mercado apresentou um crescimento de quase 21%.

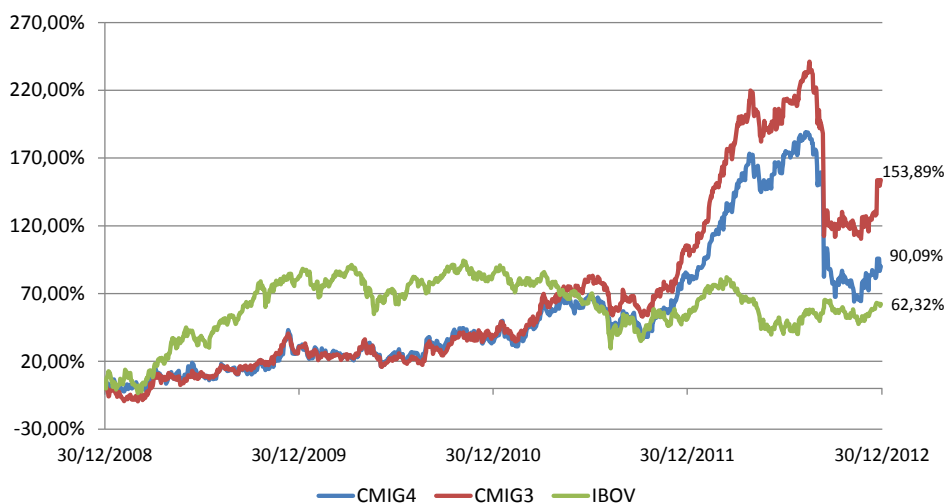
Valor de mercado (R\$ Milhões)



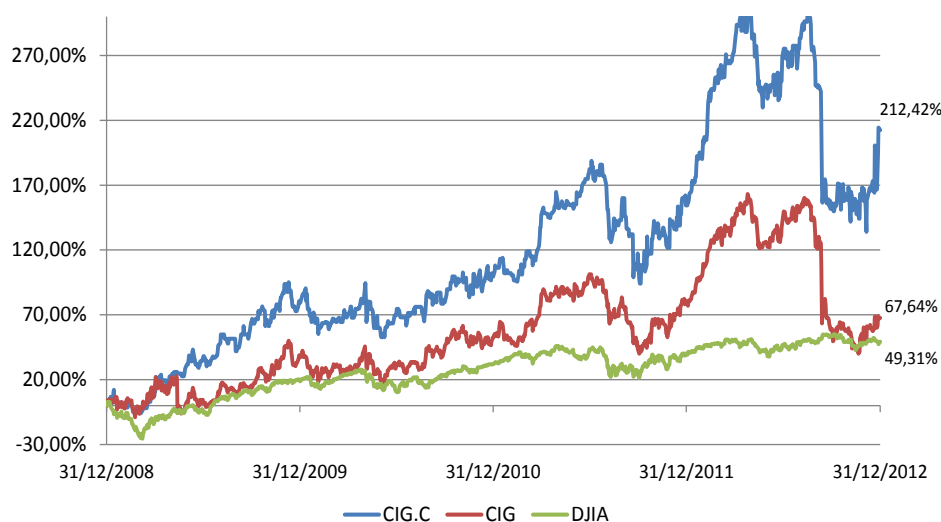
Fonte: Economática



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



Fonte: Economática



Fonte: Economática

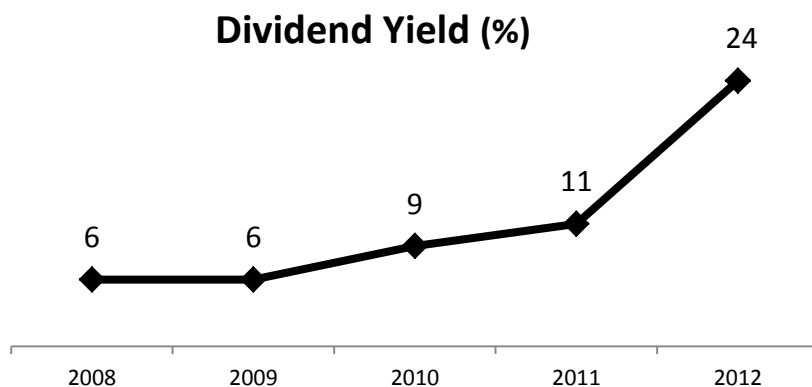
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.



Em 2011 e 2012 a Companhia também declarou dividendos extraordinários nos montantes de R\$850 milhões (R\$1,25 por ação) e R\$1.600 milhões (R\$1,88 por ação), respectivamente.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2013 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$4.272 milhões e R\$121 milhões, respectivamente, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.700 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$590 milhões referente dividendos ordinários;
- R\$628 milhões referente dividendos adicionais;
- R\$171 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$1.304 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido para garantir as amortizações de empréstimos e financiamentos e também investimentos previstos para 2013, conforme orçamento de capital da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2012, foram realizadas 29 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com 6 (seis) Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2012 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, procedemos, em 2012, a troca dos nossos auditores. No exercício de 2011 nossos auditores foram a KPMG Auditores independentes que permaneceram até o final da auditoria das Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2012, arquivadas na CVM em 14 de maio de 2012. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2012, nossos auditores passaram a ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que são responsáveis pela auditoria de nossas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2012 R\$ mil	% em relação à auditoria	2011 R\$ mil	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Contábeis	810	79,18%	624	51,74%
Avaliação de controles internos - SOX	206	20,14%	255	21,14%
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	7	0,68%	302	25,04%
Auditoria de Projetos de P&D	-	-	25	2,07%
	<u>1.023</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.206</u>	<u>100,00%</u>
Serviços Adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	28	2,74%	121	10,03%
Tradução de relatórios	2	0,20%	9	0,75%
Treinamento de DIPJ e mudanças na legislação	-	-	6	0,50%
Relatório Técnico Financeiro Estado/BID- Projeto PRONOROESTE	-	-	16	1,33%
	<u>30</u>	<u>2,93%</u>	<u>152</u>	<u>12,60%</u>
Total Geral	<u>1.053</u>	<u>102,93%</u>	<u>1.358</u>	<u>112,60%</u>

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2011, conforme parecer datado de 26/04/2012, da KPMG Auditores Independentes, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 27 de abril de 2012, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e com base nos critérios do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit).

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2012 a Companhia realizou gastos de aproximadamente R\$90 milhões referente Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Destacaram em 2012 as seguintes pesquisas e projetos:

Projeto Mineirão Solar - Essa usina solar fotovoltaica deverá ter uma potência de 1,2 MW fornecendo energia para o Estádio e para venda ao mercado, com previsão de entrada em operação em junho de 2013.

Projeto de pesquisa de energia solar fotovoltaica em Sete Lagoas - foi assinado um convênio na qual prevê a implantação de um parque de aplicação desta tecnologia e de uma plataforma solar experimental (Usina) de 3,3 MW em uma parceria entre a Cemig, a empresa espanhola Solaria Energia y Medio Ambiente, a Universidade federal de Minas Gerais - UFMG e a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.



Projeto de Revitalização e Repotenciação de Transformadores de Potência e desenvolvimento de Transformadores de Correntes a óleo vegetal - Em parceria com a ABB, a Cemig iniciou a nova etapa do projeto, com utilização do óleo vegetal em substituição ao óleo mineral. A principal vantagem do óleo vegetal é porque tende a se dissolver mais rapidamente, reduzindo significativamente os riscos de um acidente ambiental em caso de vazamento, além de aumentar a vida útil de um transformador padrão em cinco vezes.

Projeto de pesquisa e desenvolvimento da arquitetura de Redes Inteligentes da América Latina – Cidades do Futuro – Smart Grid - Por meio de uma parceria da Cemig com a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e a Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec) este projeto servirá de subsídio para análise da viabilidade de aplicação em toda a área de concessão da Companhia. A cidade de Sete Lagoas foi escolhida para receber o projeto piloto. Suas avaliações subsidiarão o desenvolvimento de modelos de *smart grid* que darão suporte a decisões estratégicas de implantações em larga escala nos próximos anos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social da Cemig que está presente em mais de 774 cidades e 22 Estados do Brasil, e leva energia de qualidade a milhões de brasileiros.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig. Em novos empreendimentos ou naqueles que a Cemig administra, o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2012 são:

Tarifa Social

Cerca de 760 mil famílias já realizaram o cadastro para obter o benefício nas contas da Cemig Distribuição, e a Companhia estima que aproximadamente 1,3 milhão de residências podem ser contempladas. Para receber o desconto, o cliente deve possuir renda per capita de até meio salário mínimo, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ter o Número de Identificação Social (NIS) ou possuir Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).



Programa Al6%

Promovido há dez anos pela Associação Intergerencial da Cemig (AIC) e o Projeto Ações Sociais Integradas (ASIN), o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

Os recursos foram repassados a diversos projetos que trabalham com ações de proteção e defesa dos direitos de crianças e jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social. São iniciativas que visam o resgate da cultura, projetos ligados ao esporte ou à proteção contra a violência, de combate ao trabalho infantil, profissionalização dos adolescentes e de orientação, apoio familiar e medidas socioeducativas.

A campanha 2012/2013 do Programa teve a participação de 2.460 empregados da Cemig, realizando destinações de recursos que resultaram no montante de R\$1,55 milhão de reais, que serão distribuídos entre 197 Instituições Sociais cadastradas em 104 cidades.

Programa Energia Inteligente

O programa Energia Inteligente traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica.

Projeto Conviver Rural

O projeto foi agraciado com o Prêmio Internacional Sócio-Ambiental Chico Mendes, pelo trabalho de eficiência energética que vem desenvolvendo junto a pequenos agricultores do Norte de Minas, no município de Jaíba.

Projeto Versol

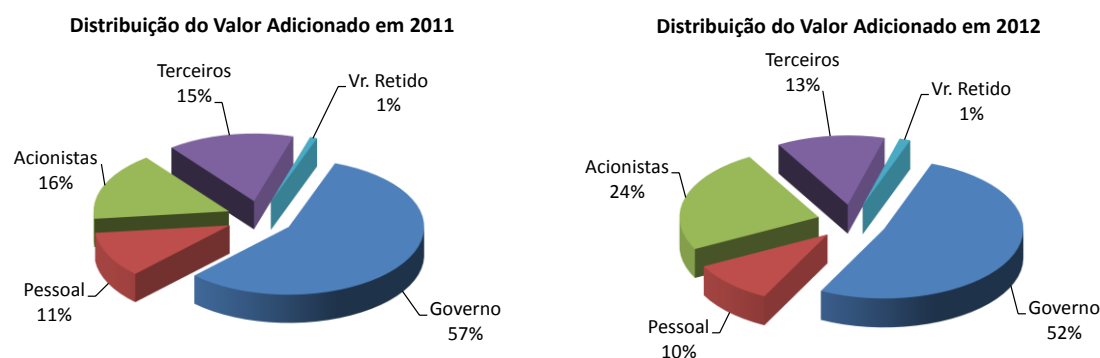
O projeto Versol, que forma novos velejadores, foi fundamental para o reconhecimento do reservatório da usina de Três Marias como um local de prática do esporte e realização de competições. Iniciado em 2010, o projeto é uma parceria entre a Companhia e , a Prefeitura de Três Marias e o Instituto Rumo Náutico, dirigido pelos irmãos Grael. No projeto são oferecidas 150 vagas por semestre, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 9 a 24 anos, alunos da rede pública de ensino. Os participantes recebem aulas de vela, caiaque, remo, natação, vôlei e outros esportes e praticam atividades lúdicas. Além disso, aprendem sobre mecânica náutica, noções climáticas, ecoturismo e biologia.

Programa Proximidade

Em 2012 foi criado o programa Proximidade, agregando mais informação, mais possibilidades de parcerias e incluindo o desenvolvimento social em seu escopo. Com o foco em desenvolver uma cultura sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig GT realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local. A programação inclui ainda uma visita guiada à usina instalada na região, para as pessoas conhecerem sua estrutura e funcionamento.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a Sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$ 16.689 milhões de valor adicionado em 2012 em comparação a R\$ 14.062 milhões em 2011.

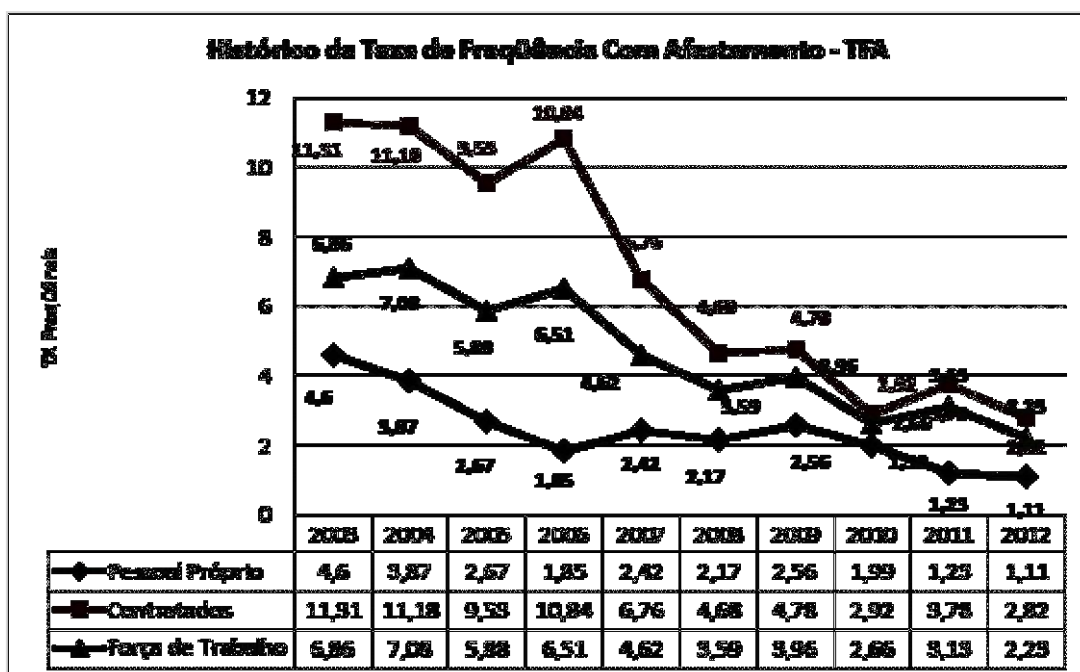


Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Nos últimos 10 anos, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento - TFA da força de trabalho vem refletindo o resultado positivo das ações preventivas de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar – SSO&BE. O indicador mostra tendência de redução contínua, sinalizando aderência à meta de Acidente Zero definida pela alta direção.



Atração de Talentos

Através do Programa Anual de Estágios curriculares, a Cemig proporcionou a 371 estagiários a aplicação prática da teoria, contribuindo para o aprimoramento técnico dos processos da Cemig e complementando o processo de aprendizagem desses estudantes. O programa de estágios obteve assim um percentual de 97% de aproveitamento das 379 vagas oferecidas em 2012.

Já com o Programa de Aprendizagem Cemig-Cesam foi propiciado a 255 adolescentes carentes a oportunidade de realizar aprendizado profissional e desenvolvimento de novas competências, na vivência da realidade do trabalho na empresa, sob a supervisão de tutores empregados da Empresa.

Como resultado dos estudos relativos a planejamento de pessoal e mantendo o alinhamento de sua política de pessoal à estratégia corporativa, foram publicados concursos públicos para o preenchimento de 800 cargos dos planos técnico-administrativo-operacional e do universitário, visando a recomposição do quadro de pessoal das subsidiárias integrais Cemig D e Cemig GT.

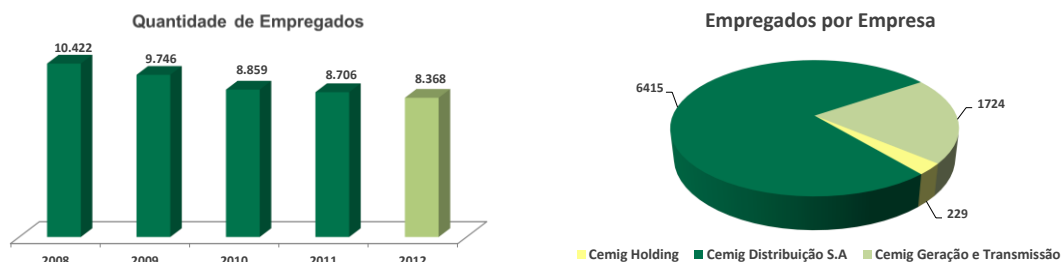
UniverCemig

A universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) foi criada em dezembro/2008, com o objetivo de prover ações educacionais de desenvolvimento de toda a cadeia de valor da Companhia.



Além da inovação tecnológica, a UniverCemig manteve sua forte atuação na qualificação dos empregados próprios e contratados. Grandes programas corporativos foram aplicados ao decorrer do ano. Apoiada na técnica do Desenho Instrucional, nas parcerias de sucesso e na disseminação da cultura de segurança, a UniverCemig prepara-se para um novo desafio: estabelecer em 2013 uma cultura de autodesenvolvimento dos empregados mediada por tecnologia.

Quadro de empregados



Iniciativas Culturais e Esportivas

Em 2012, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado. Os dois programas da Companhia – o Cemig Cultural e o Filme em Minas, apoiaram 162 projetos em 24 municípios, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações de recurso próprio, foi de R\$19,63 milhões.

O Programa Filme em Minas 2011/2012 contemplou 32 projetos com investimento de R\$4,5 milhões.

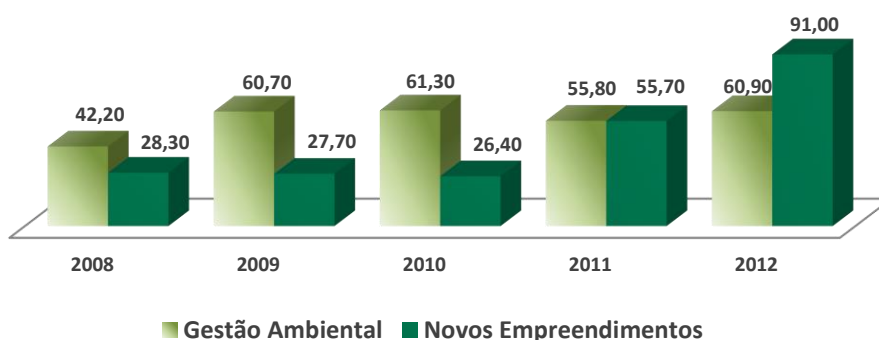
No Esporte, a continuidade dos patrocínios aos projetos dos 3 anos anteriores, renderam prêmios nacionais e novamente o Prêmio Empresa Amiga do Esporte do Ministério dos Esportes. Foram patrocinados projetos de futebol sub20, rugby, natação olímpica, vôlei, taekon-do, ginástica paraolímpica e esportes náuticos, na continuidade do Projeto Versol em Três Marias. Foram repassados pela Lei do Esporte recursos da ordem de R\$4,5 milhões e os projetos foram selecionados juntamente com a Secretaria de Estado de Esporte.

A parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) foi mantida, patrocinando os projetos Vita Vida e Valores de Minas. O primeiro voltado para o combate à fome, fornecendo refeições balanceadas a 3.200 crianças/mês e o outro para o fortalecimento da autoestima e crescimento pessoal de milhares de estudantes da rede estadual, por meio de atividades ligadas à Cultura.

Meio Ambiente

Em 2012, a Cemig investiu um total de R\$151,9 milhões em recursos relacionados às questões ambientais: R\$91 milhões em ações na implantação de novos empreendimentos e R\$60,9 milhões na gestão ambiental, destes R\$6,63 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente. Os recursos aplicados em Consórcios onde a Cemig participa somaram R\$11,225 milhões. Como novos empreendimentos estão representados as PCH's Paracambi e Guanhães, as participações na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte.

Recursos Aplicados em Meio Ambiente (R\$ milhões)

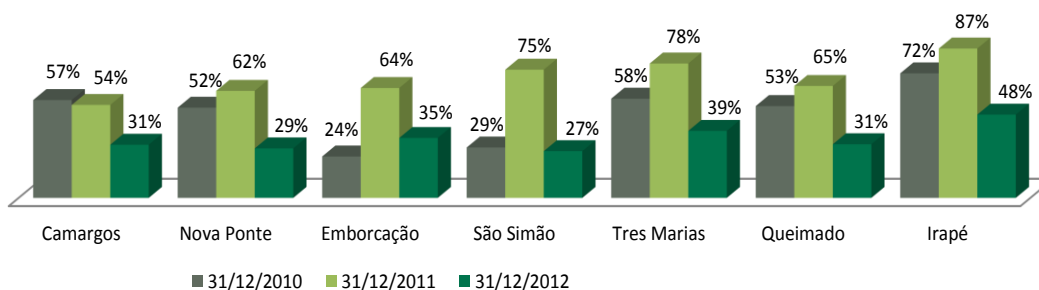


Dimensão Ambiental

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 250 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

Após uma reavaliação da rede de monitoramento foram incluídas novas estações a fim de coletar maiores informações para dar suporte na gestão da qualidade da água dos reservatórios e atender condicionantes e resoluções estaduais e federais.

Armazenamento Usinas CEMIG

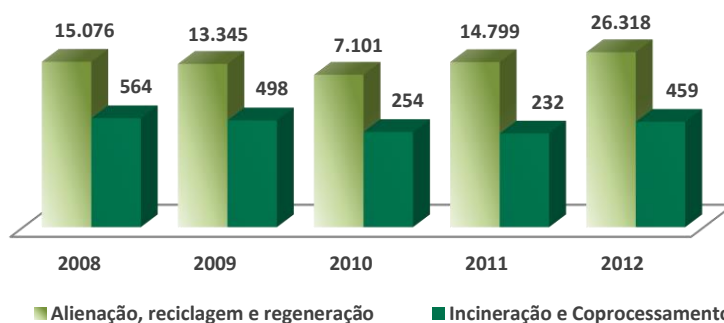


Gestão de Resíduos

Em 2012 foram destinados 26,8 mil toneladas de resíduos, sendo que 26,3 mil toneladas foram alienados ou reciclados, 459 toneladas foram coprocessados ou incinerados e seis toneladas foram dispostos em aterro industrial.

Dentro desses valores, foram alienados 115 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para consumo interno, coprocessados 364 toneladas de resíduos impregnados com óleo e 17 toneladas de EPIs. Dos valores apresentados, 1,2 mil toneladas representam resíduos perigosos e 25,6 mil toneladas de resíduos não perigosos.

Destinação final de resíduos (t)



Programas para a Ictiofauna

Um exemplo de integração entre a conservação ambiental e os benefícios sociais é o programa Peixe Vivo. Foi criado há cinco anos com o objetivo de criar medidas efetivas para a conservação da ictiofauna, favorecendo também as comunidades vizinhas que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. O Programa procura ampliar as atividades de peixamentos, pesquisas e alternativas preventivas para as ações de geração de energia com o menor impacto possível à ictiofauna. Em 2012 foram soltos mais de 800 mil alevinos, totalizando 17 toneladas de peixes em 142 peixamentos.

Flora e Fauna

A Companhia administra dois viveiros florestais localizados nas estações ambientais de Itutinga e de Volta Grande e um laboratório de sementes. As mudas produzidas são de espécies nativas e destinadas à arborização urbana e atendem aos programas ambientais e parcerias da Cemig com a sociedade. A Cemig produziu 386.391 mil mudas e 1.049 kg de sementes de espécies arbóreas.

Educação Ambiental

Desde 2001, a Cemig e suas subsidiárias integrais em parceria com a Fundação Biodiversitas desenvolvem o Programa Cemig de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente. Ao final de 2012, o programa registrou a marca de 174 novas escolas parceiras, 51.827 novos alunos envolvidos e mais de três mil professores capacitados com o material disponibilizado. Nos últimos 10 anos, o programa disponibilizou material didático para aproximadamente 18.796 educadores e envolveu mais de 301.920 alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Outras práticas com o foco em educação socioambiental são propagadas nas Estações Ambientais e em centros especializados localizados nos empreendimentos da Companhia. Somente em 2012 mais de 7,7 mil pessoas foram envolvidas nestas atividades que englobam desde a visita técnica, a participação em palestras, cursos e atividades lúdicas até a participação em eventos ambientais promovidos pela Companhia, como peixamentos e a soltura de animais silvestres recuperados nas estações ambientais.

Mudanças Climáticas

A Cemig apresenta uma matriz energética 98% advinda de fontes renováveis, especificamente, hidráulica em pequenas e grandes usinas hidrelétricas, eólica e solar. Investe fortemente em Pesquisa e Desenvolvimento em inovação e em fontes alternativas de energia, programas de eficiência e conservação energética e no desenvolvimento de projetos de MDL- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, previstos no Protocolo de Kyoto. Em 2012 a Cemig publicou o seu primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente.

Desde 2007, a Cemig responde ao CDP - Carbon Disclosure Project integrando o maior banco de dados global em impacto climático corporativo que representa 535 investidores globais com mais de US\$ 64 trilhões em ativos sob gestão.

Em 2012, a Renova Energia S.A. (Renova), empresa que a Cemig tem participação indireta, inaugurou o maior parque eólico da América Latina, o Complexo Alto Sertão I. O empreendimento é considerado um case de sucesso internacional devido ao modelo de execução utilizado na implantação dos 14 parques que juntos compõem o Alto Sertão I. Atualmente, a Companhia está em processo de construção do Complexo Alto Sertão II. Juntos, os dois empreendimentos, irão gerar mais de 700MW de energia – quantidade suficiente para abastecer mais de seis milhões de pessoas. A Renova desembolsou mais de R\$ 9 milhões em licenciamento e em programas ambientais.

Licenciamento Ambiental

Em 2012 o licenciamento corporativo iniciou os processos de licenciamento corretivo dos empreendimentos com operação antes de fevereiro de 1986. No fim do ano foi obtida a licença de operação corretiva para a Usina de Emborcação, segunda maior usina da Cemig. A licença da Usina de São Simão, maior usina da Cemig, já foi renovada. Todas as sete malhas que representam as linhas de distribuição e subestações de energia da Cemig já concluíram o processo de licenciamento corretivo.



A CEMIG D possui 48 empreendimentos (Subestações) que possuem Certificados de Outorga emitidos pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

A Cemig GT possui 210 certificados de outorga cadastrados (captação de água superficial, poços artesianos, geração hidrelétrica entre outros), sendo que sete foram emitidos em 2012 pelo órgão competente.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2012, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

A Cemig mais uma vez foi selecionada para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* no período 2012/2013. São 13 anos consecutivos que marcam a permanência da Companhia nesse Índice, mantendo-se como a única do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

A nova composição do *DJSI World* reúne 340 empresas de 30 países. O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 58 ramos industriais.

Permanecer no *DJSI World* ao longo desses 13 anos reafirma o compromisso da Cemig com o crescimento sustentável, direcionado para criação de valor para os seus acionistas e ao bem-estar da sociedade.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

A Companhia foi selecionada, pela oitava vez consecutiva, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, mantendo-se no índice desde a sua criação, em 2005. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas listadas na BM&FBovespa reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade empresarial, ou seja, que geram valor para o acionista no longo prazo, estando mais preparadas para maximizar as oportunidades empresariais, minimizando os riscos associados às suas atividades.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A qualidade e a clareza das Demonstrações Contábeis da Cemig foram reconhecidas novamente. A Companhia ganhou pela nona vez consecutiva o Troféu Transparência, concedido pela Anefac-Fipecafi-Serasa Experian. A Companhia foi premiada na categoria “Empresas de Capital Aberto” com faturamento acima de R\$ 8 bilhões, entre as dez empresas de capital aberto com as melhores Demonstrações Contábeis do País.



Prêmio Abap de Sustentabilidade

A Cemig se destacou novamente no Prêmio Abap de Sustentabilidade, conquistando o prêmio de melhor anunciante no 4º Prêmio ABAP-MG. A Cemig foi considerada a empresa ou organização que mais se empenhou em divulgar valores, políticas, práticas e ações focadas em sustentabilidade no Estado.

Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza

O presidente da Cemig, Djalma Bastos de Moraes, recebeu o troféu de melhor empresário no Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza. Criado em 2010, o Prêmio Hugo Werneck é uma grande referência em Minas Gerais. Os principais critérios de avaliação da comissão julgadora nas mais variadas categorias são o conhecimento e o cuidado à natureza das personalidades e empresas do Estado.

Prêmio Apimec

O diretor de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, Luiz Fernando Rolla, foi eleito o melhor profissional de relações com o investidor de 2011 pelo Prêmio Apimec 2012. A premiação, promovida pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), está em sua 39ª edição e tem o objetivo de premiar instituições e profissionais que tenham contribuído durante o ano anterior para o desenvolvimento e aprimoramento dos mercados financeiro e de capitais e dos profissionais de investimentos.

Prêmio Empresário Amigo do Esporte

O Prêmio Empresário Amigo do Esporte é destinado a homenagear os apoiadores de projetos desportivos e paradesportivos que contribuíram, via Lei de Incentivo ao Esporte, para o desenvolvimento e o fortalecimento do desporto nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações. A Cemig foi a vencedora para o Estado de Minas Gerais, na categoria “Melhor Amigo do Esporte nos Estados”.

As Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas

Pelo segundo ano consecutivo, os jornalistas brasileiros escolheram a Cemig como Empresa que Melhor se Comunica com Jornalistas, no setor de energia elétrica. O prêmio foi concedido pela revista Negócios da Comunicação e entregue com a presença das empresas escolhidas nos 31 segmentos econômicos avaliados.

O prêmio visa reconhecer a qualidade do relacionamento que as companhias mantêm com os jornalistas e ressaltar o nível de tratamento que elas conferem aos profissionais da imprensa quanto ao acesso, disponibilização e facilidade de apuração de informações empresariais, setoriais e gerais.



14º Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual – Menção Honrosa

O Relatório Anual da Cemig publicado em 2012 foi destaque no critério “estratégia” do 14º Prêmio Abrasca, concedido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Criado com o objetivo de contribuir com as empresas para a melhora da qualidade das informações apresentadas ao mercado e, assim, aprimorar mecanismos de governança corporativa. Dos 100 pontos distribuídos, a Cemig obteve a nota de 94,33 alcançando a pontuação máxima em 4 itens, como, por exemplo, aspectos sócio-ambientais.

Prêmio Nacional da Qualidade

A Cemig GT, subsidiária integral da Cemig, foi a grande vencedora do Prêmio Nacional da Qualidade (“PNQ”) 2012. O PNQ, mais importante prêmio de gestão de empresas do Brasil, tem objetivo de promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade entre as organizações brasileiras.

Premiação IR Magazine Brazil Awards

A Cemig foi eleita pelo IR Magazine Brazil Awards 2012 a empresa com a melhor relações com investidores por setor energia e serviços básicos, melhor “conference call” e melhor encontro com a comunidade de analistas de investimentos.

Os prêmios recebidos durante o evento coordenado pela IR Magazine, Revista RI e IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores representam o reconhecimento do compromisso da administração da Cemig com seus acionistas e o competente trabalho de toda a equipe de Relações com Investidores da Companhia.

Índice Carbono Eficiente – ICO2.

A Cemig foi selecionada pela terceira vez consecutiva para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente – ICO2.

Desenvolvido pela BM&FBOVESPA e pelo BNDES, o ICO2 é um indicador baseado na carteira do IBrX-501 que leva em consideração, na ponderação das ações participantes, a relação entre a receita bruta e as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das empresas, ou seja, avalia a eficiência em emissões de carbono.

A participação expressiva da Cemig nesse Índice reflete o compromisso da Companhia em desenvolver ações relacionadas às mudanças climáticas que estão expressas no seu compromisso público “10 Iniciativas para o Clima”.

A Cemig também foi reconhecida pelo Carbon Disclosure Project - CDP, organização não governamental que detém o maior banco de dados corporativos do mundo sobre mudanças climáticas, como uma das dez empresas brasileiras de melhor performance na tomada de medidas efetivas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2012			2011		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	18.460.375			15.748.716		
Resultado Operacional (RO)	4.082.602			4.303.312		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.218.975			1.131.846		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	73.217	6,01	0,4	70.032	6,19	0,44
Encargos sociais compulsórios	276.948	22,72	1,5	278.467	24,6	1,77
Previdência privada	71.554	5,87	0,39	67.393	5,95	0,43
Saúde	43.185	3,54	0,23	43.849	3,87	0,28
Segurança e medicina no trabalho	10.831	0,89	0,06	10.786	0,95	0,07
Educação	1.691	0,14	0,01	2.182	0,19	0,01
Cultura	76	0,01	-	88	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	26.501	2,17	0,14	26.200	2,31	0,17
Creches ou auxílio-creche	2.036	0,17	0,01	1.854	0,16	0,01
Participação nos lucros ou resultados	243.655	19,99	1,32	218.156	19,27	1,39
Outros	17.443	1,43	0,09	16.539	1,46	0,11
Total - Indicadores Sociais Internos	767.137	62,93	4,15	735.546	64,96	4,68
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	1.200	0,03	0,01	1.024	0,02	0,01
Cultura	20.275	0,53	0,11	15.273	0,35	0,10
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	57.730	1,51	0,31	84.600	1,97	0,54
Total das Contribuições para a Sociedade	79.205	2,07	0,43	100.897	2,34	0,65
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.681.608	227,19	47,03	8.058.517	187,23	51,17
Total - Indicadores Sociais Externos	8.760.813	229,26	47,46	8.159.414	189,57	51,82
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	163.177	4,27	0,88	116.532	2,71	0,74
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados (as) ao final do período	8.368			8.706		
Nº de admissões durante o período	4			7		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	ND			ND		
Nº de estagiários (as)	505			344		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.928			3.887		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.089			1.131		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,2			12,6		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	2.628			2.752		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	13,64			13,77		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	41			47		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa	21,05			ND		
Número total de acidentes de trabalho	63 empregados próprios.			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são Exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2012:			Em 2011: 14.383.065		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	51,93% governo 9,92% colaboradores (as) retido	24,31% acionistas 12,56 % terceiros	1,28%	56,72% governo 10,95% colaboradores (as) retido	16,32% acionistas 15,15% terceiros	0,86%
7) Outras informações:						

I - Em 2012, a Cemig investiu um total de R\$ 151,9 milhões em recursos relacionados às questões ambientais: R\$ 91 milhões em ações na implantação de novos empreendimentos e R\$ 60,9 milhões na gestão ambiental, destes R\$ 6,63 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente. Os recursos aplicados em Consórcios onde a Cemig participa somaram R\$ 11,225 milhões. Como novos empreendimentos estão representados as PCH's Paracambi e Guanhanã, as participações na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte.

II - A qualidade da água dos reservatórios da Cemig é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 250 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

III - Em 2012 foram destinados 26,8 mil toneladas de resíduos, sendo que 26,3 mil toneladas foram alienados ou reciclados, 459 toneladas foram coprocessados ou incinerados e seis toneladas foram dispostos em aterro industrial. Dentro desses valores, foram alienados 115 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para consumo interno, coprocessados 364 toneladas de resíduos impregnados com óleo e 17 toneladas de EPs. Dos valores apresentados, 1,2 mil toneladas representam resíduos perigosos e 25,6 mil toneladas de resíduos não perigosos.



COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Wando Pereira Borges	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Francelino Pereira dos Santos	Leonardo Maurício Colombini Lima
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Fuad Jorge Noman Filho	Luiz Augusto de Barros
Guy Maria Villela Paschoal	Christiano Miguel Moysés
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos

CONSELHO FISCAL

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Djalma Bastos de Moraes	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.485.810	2.862.490	2.979.693	1.057.122	226.695	302.741
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	1.557.804	358.987	321.858	27.363	180.000	55
Consumidores e Revendedores	8	2.346.520	2.549.546	2.262.585	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		505.456	427.060	400.556	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.040.720	1.120.035	625.332	-	-	-
Tributos Compensáveis	9	360.064	354.126	374.430	62.100	72.570	5.233
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	263.392	220.760	489.813	-	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		20.755	22.080	29.959	-	-	-
Dividendos a Receber		-	-	-	511.043	195.196	230.405
Fundos Vinculados		132.495	3.386	14.241	233	99	190
Estoques		68.092	54.430	41.080	12	15	16
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	28	31.734	-	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	2.422.099	-	-	2.422.099	-	-
Outros Créditos		755.138	558.749	546.029	12.522	8.702	13.699
TOTAL DO CIRCULANTE		11.990.079	8.531.649	8.085.576	4.092.494	683.277	552.339
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	161.750	-	-	7.627	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	-	1.830.075	1.837.088	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	12	-	-	-	-	1.010.079	946.571
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10 b	1.451.794	1.235.869	1.218.126	357.354	424.449	345.472
Tributos Compensáveis	9	445.293	327.949	139.883	4.757	4.334	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	34.348	23.605	83.438	27.911	19.548	80.117
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.420.275	1.387.711	1.027.206	270.702	275.720	195.517
Consumidores e Revendedores	8	315.288	158.770	95.707	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		10.440	11.931	-	-	-	-
Outros Créditos		267.590	172.436	138.413	39.788	50.695	31.737
Ativo Financeiro da Concessão	13	11.166.495	9.086.251	7.671.836	-	-	-
Investimentos	14	225.599	176.740	-	12.253.148	11.994.523	11.313.969
Imobilizado	15	8.810.529	8.661.791	8.228.513	1.584	1.723	2.066
Intangível	16	4.473.481	5.404.106	4.948.177	981	657	838
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		28.782.882	28.477.234	25.388.387	12.963.852	13.781.728	12.916.713
TOTAL DO ATIVO		40.772.961	37.008.883	33.473.963	17.056.346	14.465.005	13.469.052

1

CEMIG

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado			Controladora			
	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	
Fornecedores	17	1.735.462	1.189.848	1.121.009	12.338	12.059	1.687
Encargos Regulatórios	20	412.840	368.229	384.415	-	-	-
Participações nos Lucros		86.256	89.512	116.183	7.776	9.357	5.129
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	569.008	516.553	403.533	60.119	35.740	32.836
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	127.187	129.384	137.035	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		3.478.810	1.243.086	1.153.895	3.478.810	1.243.086	1.153.895
Empréstimos e Financiamentos	19	5.158.989	4.354.518	1.546.228	1.102.721	1.011.830	373.599
Debêntures	19	1.947.317	3.466.542	656.338	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		260.047	271.891	243.258	11.169	12.987	12.478
Obrigações Pós-emprego	21	88.932	100.591	99.220	2.520	3.706	3.703
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	28	-	23.501	69.271	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	11.132	8.646	6.687
Concessões a Pagar		18.002	7.990	-	-	-	-
Outras Obrigações		424.522	407.701	472.973	15.147	15.137	14.655
TOTAL DO CIRCULANTE		14.307.372	12.169.346	6.403.358	4.701.732	2.352.548	1.604.669
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	20	169.632	262.202	142.481	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	4.125.587	5.254.776	6.113.759	-	18.397	36.794
Debêntures	19	4.938.417	2.703.233	4.910.165	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	1.003.301	897.087	692.803	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	947.870	885.160	983.528	-	-	-
Provisões	22	468.186	549.439	370.907	146.089	185.952	187.553
Concessões a Pagar		191.815	129.696	117.802	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	21	2.229.081	2.186.568	2.061.608	101.965	96.245	92.349
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	28	1.319	-	-	-	-	-
Outras Obrigações		346.319	226.428	201.419	62.498	66.915	71.554
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.421.527	13.094.589	15.594.472	310.552	367.509	388.250
TOTAL DO PASSIVO		28.728.899	25.263.935	21.997.830	5.012.284	2.720.057	1.992.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23						
Capital Social		4.265.091	3.412.073	3.412.073	4.265.091	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.856.176	3.292.871	2.873.253	2.856.176	3.292.871	2.873.253
Ajustes de Avaliação Patrimonial		968.945	1.086.154	1.209.833	968.945	1.086.154	1.209.833
Recursos Destinados a Aumento de Capital		-	-	27.124	-	-	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.044.062	11.744.948	11.476.133	12.044.062	11.744.948	11.476.133
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.772.961	37.008.883	33.473.963	17.056.346	14.465.005	13.469.052

2

CEMIG

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
RECEITA	24	18.460.375	15.748.716	334	347
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.951.272)	(4.277.980)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(1.010.596)	(830.024)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(495.114)	(329.105)	-	-
		(7.456.982)	(5.437.109)	-	-
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(1.025.703)	(933.954)	-	-
Materiais		(67.522)	(72.801)	-	-
Serviços de Terceiros		(831.760)	(739.674)	-	-
Depreciação e Amortização		(948.546)	(910.319)	-	-
Provisões Operacionais		(36.064)	(70.598)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(186.384)	(153.979)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.630.194)	(1.529.269)	-	-
Outras		(200.378)	(152.463)	-	-
		(4.926.551)	(4.563.057)	-	-
CUSTO TOTAL		(12.383.533)	(10.000.166)	-	-
LUCRO BRUTO		6.076.842	5.748.550	334	347
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com Vendas		(348.071)	(189.820)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(1.280.470)	(840.961)	(496.475)	(68.915)
Outras Despesas Operacionais		(626.920)	(413.713)	(22.771)	(23.423)
		(2.255.461)	(1.444.494)	(519.246)	(92.338)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(3.272)	(744)	2.638.623	2.466.638
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto		264.493	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		4.082.602	4.303.312	2.119.711	2.374.647
Receitas Financeiras	26	3.210.239	994.995	2.476.610	173.469
Despesas Financeiras	26	(1.957.915)	(1.965.266)	(137.282)	(113.891)
Resultado antes dos Impostos		5.334.926	3.333.041	4.459.039	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social	10c	(1.504.093)	(1.111.451)	(119.019)	(143.287)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	440.852	193.860	(68.335)	124.512
RESULTADO DO EXERCÍCIO		4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	23	5,01	2,83	5,01	2,83
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	23	5,01	2,83	5,01	2,83

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011 Reclassificado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.671	6.126	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	3.721	5.300
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(1.439)	(1.252)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489	426	-	-
	(950)	(826)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	4.275.406	2.420.750	4.275.406	2.420.750

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.209.833	-	27.124	11.476.133
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.415.450	-	2.415.450
Outros resultados abrangentes:							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	6.126	-	-	6.126
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(826)	-	-	(826)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	5.300	-	-	5.300
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido							
Dividendos ordinários (R\$ 1,77 por ação)	-	-	-	-	(1.207.725)	-	(1.207.725)
Dividendos extraordinários (R\$1,25 por ação)	-	-	(850.000)	-	-	-	(850.000)
Dividendo adicional proposto de 2010 pago em 2011 (R\$0,10 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	(67.086)
Dividendo adicional proposto de 2011 (R\$0,13 por ação)	-	-	86.316	-	(86.316)	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido							
Devolução de recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	(27.124)	(27.124)
Constituição de reservas							
Reserva Legal	-	-	109.210	-	(109.210)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	1.141.178	-	(1.141.178)	-	-
Realização de reservas							
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(128.979)	128.979	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.086.154	-	-	11.744.948
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.271.685	-	4.271.685
Outros resultados abrangentes:							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	4.671	-	-	4.671
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(950)	-	-	(950)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	3.721	4.271.685	-	4.275.406
Aumento do Capital Social	853.018	-	(853.018)	-	-	-	-
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido							
Dividendos ordinários	-	-	-	-	(589.976)	-	(589.976)
Dividendos ordinários (R\$ 0,69 por ação)	-	-	-	-	(1.700.000)	-	(1.700.000)
Juros sobre capital próprio (R\$1,99 por ação)	-	-	(1.600.000)	-	-	-	(1.600.000)
Dividendos extraordinários (R\$1,88 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	-	(86.316)
Dividendo adicional proposto de 2011 (R\$0,11 por ação)	-	-	628.131	-	(628.131)	-	-
Dividendo adicional proposto de 2012 (R\$0,74 por ação)	-	-	-	-	-	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido							
Constituição de reservas							
Reserva Legal	-	-	170.603	-	(170.603)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	1.303.905	-	(1.303.905)	-	-
Realização de reservas							
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(120.930)	120.930	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.856.176	968.945	-	-	12.044.062

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas refletem substancialmente as mutações do patrimônio líquido da controladora.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	1.063.241	917.591	187.354	18.775
Depreciação e Amortização	1.000.556	982.669	330	370
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	128.084	21.434	-	183
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.272	744	(2.638.623)	(2.466.638)
Juros e Variações Monetárias	(2.074.790)	545.600	(2.364.983)	(99.876)
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	(264.493)	-	-	-
Variação monetária do FIDC	-	-	-	(63.508)
Provisões para Perdas Operacionais	638.840	342.161	363.299	(1.892)
Obrigações Pós-emprego	264.031	286.578	14.710	13.671
Outros	-	85.520	-	(29)
	<u>5.030.426</u>	<u>5.597.747</u>	<u>(166.228)</u>	<u>(183.494)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(354.457)	(540.157)	-	-
Tributos Compensáveis	(131.639)	(167.761)	10.047	34.859
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	133.929	101.276	45.588	(196.865)
Depósitos Vinculados a Litígio	(34.265)	(225.658)	5.018	54.643
Dividendos recebidos de controladas	-	-	2.133.748	2.285.883
Ativo Financeiro	812.046	659.702	-	-
Outras	(446.238)	119.943	13.972	(35.692)
	<u>(20.624)</u>	<u>(52.655)</u>	<u>2.208.373</u>	<u>2.142.828</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	548.622	68.839	279	10.372
Impostos, Taxas e Contribuições	195.987	402.459	(94.640)	44.508
Salários e Contribuições Sociais	(13.359)	28.633	(3.399)	509
Encargos Regulatórios	(41.511)	103.535	-	-
Obrigações Pós-emprego	(233.177)	(160.247)	(10.176)	(9.772)
Outros	224.812	(122.296)	(1.921)	2.321
	<u>681.374</u>	<u>320.923</u>	<u>(109.857)</u>	<u>47.938</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>5.691.176</u>	<u>5.866.015</u>	<u>1.932.288</u>	<u>2.007.272</u>
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(1.208.844)	(1.082.453)	(100.800)	(32.665)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.367.874)	(885.373)	-	(41.604)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>3.114.458</u>	<u>3.898.189</u>	<u>1.831.488</u>	<u>1.933.003</u>



	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(1.360.567)	(37.129)	145.010	(179.945)
Em Ativos Financeiros	(160.256)	(1.025.894)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.497.570	-	1.355.715	-
Aporte em FIDC	-	-	(750.519)	-
Caixa Líquido recebido na diluição de controlada em conjunto	667.891	-	-	-
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(361.147)	-	-	-
Em Investimentos	(115.633)	(177.484)	(65.876)	(411.012)
Em Imobilizado	(598.123)	(924.223)	(31)	-
Em Intangível	(1.670.219)	(1.851.993)	(484)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.100.484)	(4.016.723)	683.815	(590.957)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.195.242	4.255.451	1.081.105	1.000.000
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(6.838.312)	(2.218.500)	(1.018.397)	(368.397)
Aporte em FIDC	-	-	-	(14.075)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(1.747.584)	(2.035.620)	(1.747.584)	(2.035.620)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.390.654)	1.331	(1.684.876)	(1.418.092)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(376.680)	(117.203)	830.427	(76.046)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
No fim do exercício	2.485.810	2.862.490	1.057.122	226.695
	(376.680)	(117.203)	830.427	(76.046)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2012		2011 Reclassificado		2012		2011 Reclassificado	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	24.447.369		21.227.039		334		347	
Receita de Construção de Distribuição	1.445.840		1.412.407		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	160.257		120.170		-		-	
Receita de Construção de Gás	24.856		6.550		-		-	
Investimentos em Imobilizado	431.379		538.873		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(315.201)		(163.629)		-		-	
	<u>26.194.500</u>		<u>23.141.410</u>		<u>334</u>		<u>347</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.359.153)		(4.600.354)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.117.627)		(923.484)		-		-	
Serviços de Terceiros	(2.020.030)		(2.039.157)		(22.451)		(12.962)	
Gás Comprado para Revenda	(495.114)		(329.105)		-		-	
Materiais	(969.401)		(853.809)		(182)		(222)	
Provisões Operacionais	(466.605)		(93.982)		(400.613)		1.892	
Outros Custos Operacionais	(589.149)		(302.406)		(37.931)		(19.153)	
	<u>(12.017.079)</u>		<u>(9.142.297)</u>		<u>(461.177)</u>		<u>(30.445)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	14.177.421		13.999.113		(460.843)		(30.098)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(1.000.556)		(973.732)		(330)		(370)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	13.176.865		13.025.381		(461.173)		(30.468)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	264.493		-		-		-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)		(744)		2.638.623		2.466.638	
Receitas Financeiras	3.251.864		1.037.343		2.518.276		215.425	
	<u>3.513.085</u>		<u>1.036.599</u>		<u>5.156.899</u>		<u>2.682.063</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	16.689.950		14.061.980		4.695.726		2.651.595	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.656.256	9,92	1.540.085	10,95	45.110	0,97	51.274	1,93
Remuneração direta	1.206.615	7,23	1.109.400	7,89	21.855	0,47	26.173	0,99
Benefícios	352.280	2,11	349.791	2,49	19.067	0,41	18.069	0,68
FGTS	64.197	0,38	60.620	0,43	3.318	0,07	3.251	0,12
Outras	33.164	0,20	20.274	0,14	870	0,02	3.781	0,14
Impostos, Taxas e Contribuições	8.666.467	51,93	7.976.286	56,72	240.668	5,12	70.005	2,64
Federais	4.699.287	28,16	4.358.802	31,00	240.459	5,12	69.892	2,64
Estaduais	3.956.598	23,71	3.609.622	25,67	174	-	58	-
Municipais	10.582	0,06	7.862	0,05	35	-	55	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.095.542	12,56	2.130.160	15,15	138.263	2,94	114.867	4,34
Juros	1.983.939	11,89	2.035.702	14,48	137.281	2,92	113.891	4,30
Aluguéis	111.603	0,67	94.458	0,67	982	0,02	976	0,04
Remuneração de Capitais Próprios	4.271.685	25,59	2.415.449	17,18	4.271.685	90,97	2.415.449	91,09
Juros sobre capital próprio e Dividendos	2.918.107	17,48	2.294.677	16,32	2.289.976	48,77	2.294.677	86,54
Lucros Retidos	1.353.578	8,11	120.772	0,86	1.981.709	42,20	120.772	4,55
	<u>16.689.950</u>	<u>100,00</u>	<u>14.061.980</u>	<u>100,00</u>	<u>4.695.726</u>	<u>100,00</u>	<u>2.651.595</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 31 de dezembro de 2012, o Passivo Circulante consolidado da Cemig excedeu o seu ativo circulante consolidado em R\$2.317.293. Esse excesso foi decorrente, principalmente, das transferências para o Passivo Circulante consolidado de empréstimos e financiamentos, em função do não atendimento de cláusulas restritivas dos contratos da Cemig Distribuição e em função do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes, somadas às captações realizadas devido ao aumento do preço médio da energia elétrica comprada para revenda ocasionado pelo maior despacho de usinas térmicas. Com relação às cláusulas restritivas deve ser ressaltado que a Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012 e tem a expectativa de obtenção destes consentimentos em 2013, momento no qual a controlada fará a reclassificação dos saldos para o Passivo Não Circulante.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. A exemplo disso, ressaltamos a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig Distribuidora, realizada em 15 de fevereiro de 2013, no montante de R\$2.160 milhões, com destinação dos recursos para resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Cemig Distribuidora.



A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto, em operação, em 31 de dezembro de 2012:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui participação em 53 usinas, sendo 47 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
 - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A Taesa possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), Abengoa Participações S.A, União de Transmissoras de Energia Elétrica (“UNISA”), Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”) e Abengoa Participações Holding S.A. (“Abengoa”);
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
 - Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
 - Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;



- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver nota explicativa 14.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2012, R\$14.527.352, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.452.735. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2012, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$1.166.329. O efeito proporcional na Companhia é de R\$116.633. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.



Controladas e controladas em conjunto da Cemig Geração e Transmissão em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.
- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:
 - Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
 - Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Guanhães Energia S.A. e Renova Energia S.A.;



- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. participa com 49%;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%). Previsão de entrada em operação da primeira máquina em início de 2012;
- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“E-Power”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que tem como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.



- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influencia significativa na administração, mas sem controle em conjunto.

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;



- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;



- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – (“Lumitrans”) (Controlada);
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;



- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civas, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 6,42% de participação na Light;
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 16 de abril de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.



2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Reclassificações de saldos contábeis de 1º de janeiro de 2011 e 31/12/2011

Alguns saldos das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 26 de março de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desta forma, a Companhia incorreu em um erro não material e não intencional. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 2011 para a apresentação nas Demonstrações Contábeis de 2012 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.



A seguir, apresentamos um resumo das Demonstrações Contábeis que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

01/01/2011		Consolidado			Controladora		
Balanco Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo							
Circulante							
Fundos Vinculados	h	-	14.241	14.241	-	190	190
Outros Créditos	h	560.270	(14.241)	546.029	13.889	(190)	13.699
Total do Ativo Circulante		8.085.576	-	8.085.576	552.339	-	552.339
Ativo							
Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	a,b	1.800.567	(582.441)	1.218.126	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	7.315.756	356.080	7.671.836	-	-	-
Intangível	b	4.803.687	144.490	4.948.177	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		25.470.258	(81.871)	25.388.387	12.916.713	-	12.916.713
Total do Ativo		33.555.834	(81.871)	33.473.963	13.469.052	-	13.469.052
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	1.573.885	(27.657)	1.546.228	-	-	-
Debêntures	h	628.681	27.657	656.338	-	-	-
Total do Passivo Circulante		6.403.358	-	6.403.358	1.604.669	-	1.604.669
Passivo							
Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	6.244.475	(130.716)	6.113.759	-	-	-
Debêntures	h	4.779.449	130.716	4.910.165	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	a,b	1.065.399	(81.871)	983.528	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante		15.676.343	(81.871)	15.594.472	11.476.133	-	11.476.133
Total do Passivo		22.079.701	(81.871)	21.997.830	2.720.057	-	2.720.057
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		33.555.834	(81.871)	33.473.963	13.469.052	-	13.469.052



2011		Consolidado			Controladora		
Balanco Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo							
Circulante							
Fundos Vinculados	h	-	3.386	3.386	-	99	99
Outros Créditos	h	562.135	(3.386)	558.749	8.801	(99)	8.702
Total do Ativo Circulante		8.531.649	-	8.531.649	683.277	-	683.277
Ativo							
Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	a,b	2.036.086	(800.217)	1.235.869	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	8.777.822	308.429	9.086.251	-	-	-
Intangível	b	5.261.181	142.925	5.404.106	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia	h	-	11.931	11.931	-	-	-
Outros Créditos	h	184.367	(11.931)	172.436	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		28.826.097	(348.863)	28.477.234	13.781.728	-	13.781.728
Total do Ativo		37.357.746	(348.863)	37.008.883	14.465.005	-	14.465.005
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	4.382.069	(27.551)	4.354.518	-	-	-
Debêntures	h	3.438.991	27.551	3.466.542	-	-	-
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	h	25.143	(1.642)	23.501	-	-	-
Concessões a Pagar	h	-	7.990	7.990	-	-	-
Outras Obrigações	h	414.049	(6.348)	407.701	-	-	-
Total do Passivo Circulante		12.169.346	-	12.169.346	2.352.548	-	2.352.548
Passivo							
Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	5.358.450	(103.674)	5.254.776	-	-	-
Debêntures	h	2.599.559	103.674	2.703.233	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	a,b	1.234.023	(348.863)	885.160	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante		13.443.452	(348.863)	13.094.589	367.509	-	367.509
Total do Passivo		25.612.798	(348.863)	25.263.935	2.720.057	-	2.720.057
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.357.746	(348.863)	37.008.883	14.465.005	-	14.465.005
Demonstração de Resultado							
Receita	b,c	15.814.227	(65.511)	15.748.716	347	-	347
Depreciação e Amortização	b,c	(866.977)	(43.342)	(910.319)	-	-	-
Custo Total		(9.956.824)	(43.342)	(10.000.166)	-	-	-
Lucro Bruto		5.857.403	(108.853)	5.748.550	347	-	347
Resultado de Equivalência Patrimonial	b	-	-	-	2.520.216	(53.578)	2.466.638
Despesas Financeiras	b,c	(2.050.786)	85.520	(1.965.266)	(167.469)	53.578	(113.891)
Resultado Antes dos Impostos		3.356.374	(23.333)	3.333.041	2.434.225	-	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	b,c	170.527	23.333	193.860	-	-	-
Resultado do Exercício		2.415.450	-	2.415.450	2.415.450	-	2.415.450
Demonstrações de Resultados Abrangentes							
Resultado do Exercício	h	-	-	-	2.415.450	-	2.415.450
Outros Resultados Abrangentes							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	h	-	-	-	6.126	(6.126)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	h	-	-	-	-	5.300	5.300
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	h	-	-	-	(1.252)	1.252	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	h	-	-	-	426	(426)	-
Resultado Abrangente do Período	h	-	-	-	2.420.750	-	2.420.750



2011		Consolidado			Controladora		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais							
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa							
Impostos de Renda e Contribuição Social	f	(170.527)	1.088.118	917.591	(124.512)	143.287	18.775
Depreciação e Amortização	f	939.327	43.342	982.669	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	f	-	-	-	(2.520.216)	53.578	(2.466.638)
Juros e Variações Monetárias	f	(782.764)	1.328.364	545.600	(184.280)	84.404	(99.876)
Variação monetária do FIDC	f	-	-	-	-	(63.508)	(63.508)
(Aumento) Redução de Ativos							
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	f	432.518	(331.242)	101.276	-	(196.865)	(196.865)
Aumento (Redução) de Passivos							
Impostos, Taxas e Contribuições	f	317.304	85.155	402.459	2.904	41.604	44.508
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	f	245.911	(245.911)	-	(11.769)	11.769	-
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais							
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	f	-	(1.082.453)	(1.082.453)	-	(32.665)	(32.665)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	f	-	(885.373)	(885.373)	-	(41.604)	(41.604)
Caixa líquido Gerado das atividades operacionais		3.898.189	-	3.898.189	1.933.003	-	1.933.003

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receitas							
Venda de Energia, Gás e Serviços	d	22.810.729	(1.583.690)	21.227.039	-	-	-
Receita de Construção de Distribuição	d	-	1.412.407	1.412.407	-	-	-
Receita de Construção de Transmissão	d	-	120.170	120.170	-	-	-
Receita de Construção de Gás	d	-	6.550	6.550	-	-	-
Investimentos em Imobilizado	d	-	538.873	538.873	-	-	-
Insumos Adquiridos de Terceiros							
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.277.980)	(322.374)	(4.600.354)	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	d,g	(830.024)	(93.460)	(923.484)	-	-	-
Serviços de Terceiros	d,g	(1.030.827)	(1.008.330)	(2.039.157)	-	-	-
Materiais	d	(97.752)	(756.057)	(853.809)	-	-	-
Custo de Construção	d	(1.529.269)	1.529.269	-	-	-	-
Provisões Operacionais	d,h	-	(93.982)	(93.982)	-	1.892	1.892
Outros Custos Operacionais	d,h	(266.349)	(36.057)	(302.406)	(17.261)	(1.892)	(19.153)
Valor Adicionado Bruto		14.285.794	(286.681)	13.999.113	(30.098)	-	(30.098)
Retenções							
Depreciação e Amortização	d	(939.327)	(34.405)	(973.732)	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	d	13.346.467	(321.086)	13.025.381	(30.468)	-	(30.468)
Valor Adicionado Recebido em Transferência							
Resultado de Equivalência Patrimonial	d	-	-	-	2.520.216	(53.578)	2.466.638
Valor Adicionado a Distribuir	d	14.383.066	(321.086)	14.061.980	2.705.173	(53.578)	2.651.595
Distribuição do Valor Adicionado							
Empregados							
Remuneração direta	d	1.002.811	106.589	1.109.400	-	-	-
Benefícios	d	349.526	265	349.791	-	-	-
FGTS	d	60.414	206	60.620	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições							
Federais	d,g	4.779.297	(420.495)	4.358.802	70.041	(149)	69.892
Estaduais	d	3.609.457	165	3.609.622	-	-	-
Municipais	d	7.701	161	7.862	-	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros							
Juros	d	2.050.786	(15.084)	2.035.702	167.469	(53.578)	113.891
Aluguéis	d,g	87.351	7.107	94.458	827	149	976
Remuneração de Capitais Próprios							
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	h	1.207.725	1.086.952	2.294.677	1.207.725	1.086.952	2.294.677
Lucros Retidos	h	1.207.724	(1.086.952)	120.772	1.207.724	(1.086.952)	120.772
Valor Distribuído		14.383.065	(321.086)	14.061.979	2.705.173	(53.578)	2.651.595



As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes, em cada uma das entidades que compõem o grupo econômico.
- a) A companhia reclassificou o imposto de renda diferido passivo referente à diferença entre o valor contábil e valor justo apurados nas aquisições após 1º de janeiro de 2009 nas informações consolidadas, anteriormente apresentado de maneira líquida nos ativos adquiridos.
- b) Reclassificação da amortização do ágio relacionado aos ativos da concessão de despesas financeiras para a linha de equivalência patrimonial na demonstração de resultados da controladora.
- c) Reclassificação da amortização mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a rubrica de depreciação e amortização de aquisições de distribuição e geração e para rubrica de receita de transmissão para ativos de transmissão de energia elétrica.
- d) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos financeiros de concessão por natureza de gastos na demonstração do valor adicionado.
- e) Alocação dos Juros e Variações Monetárias nos ajustes ao lucro líquido não afetam o caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- f) Alocação dos imposto de renda e contribuição social correntes nos ajustes ao lucro líquido não afetam o caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- g) Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentados líquidos dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo em 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais;
- h) Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas informações Contábeis Intermediárias.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.



A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.



Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Controlada em conjunto Madeira mantinha instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros e a Controlada Cemig Distribuição mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.



O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a Madeira ampara-se na sua política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.



c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subseqüentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro. Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.



Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos foram integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida – (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.



O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de geração eólica – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da autorização, são reconhecidos no Ativo Intangível. Estes ativos são amortizados considerando o padrão de consumo dos direitos adquiridos no período da construção, por um prazo não superior ao prazo das respectivas autorizações.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.



A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.



Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.



O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.



Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Também é registrada no resultado a receita de atualização do ativo financeiro constituído em função da construção das linhas.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não são ágios.

r) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em maiores detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (4)
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
- IFRS 11 Negócios em Conjunto (2)
- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (2)
- Modificações à IAS 1 Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1)
- Modificações à IFRS 7 Divulgação –Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2)
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4)
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2)
- IAS 19 (revisada em 2011) Benefícios a Empregados (2)
- IAS 27 (revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas (2)
- IAS 28 (revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)
- Modificações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3)
- Modificações às IFRSs Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.



A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações relacionadas -

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 *Consolidação – Sociedades de Propósito Específico* será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração entende que a aplicação dessas cinco normas trará um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Todas as entidades controladas em conjunto pela Companhia listadas na nota explicativa 3 (c), estão proporcionalmente consolidadas nestas demonstrações contábeis, e se qualificam como joint ventures de acordo com os requerimentos do IFRS11. Desta maneira, passarão a ser apresentadas pelo método da equivalência patrimonial a partir de 2013.



As Demonstrações Contábeis Consolidadas em decorrência do novo critério, caso sua adoção fosse no ano de 2012 teriam os seguintes impactos: uma redução do ativo e do passivo total no montante de R\$7.629.866, uma redução no Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos de R\$1.212.689 e uma redução da receita líquida no montante de R\$3.850.380. O resultado do exercício e o Patrimônio Líquido não seriam impactados pela adoção das novas práticas.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma poderá afetar certos valores reportados nas demonstrações contábeis e resultar em divulgações mais abrangentes nas suas demonstrações contábeis.

Modificações à IAS 1

As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações sejam adotadas nos períodos contábeis futuros.



Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de “juros líquidos”, calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.



O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego representará uma redução no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2013 no valor de R\$496.956 (R\$105.637 em 1º de janeiro de 2013). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representa uma redução de R\$18.021 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

Esse efeito líquido representa diversos ajustes, incluindo os efeitos do imposto de renda: a) reconhecimento integral dos ganhos atuariais por meio de outros resultados abrangentes e redução do déficit líquido do fundo de pensão; b) reconhecimento imediato dos custos de serviços passados no resultado e aumento do déficit líquido do fundo de pensão e c) reversão da diferença entre o ganho resultante da taxa esperada de retorno sobre os ativos do fundo de pensão e a taxa de desconto por meio do lucro abrangente.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações à IAS 16 – Imobilizado e
- alterações à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação.
- alterações à IAS 16

As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A Administração não determinou se as alterações à IAS 16 terão um efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- alterações à IAS 32

As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Administração entende que as alterações à IAS 32 não terão um efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Pronunciamento não aplicável à Companhia

- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 Demonstrações Contábeis consolidadas.

a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeitos das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada ou controlada em conjunto:



A Melhor Energia do Brasil.

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	2012		2011	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Guanhães Energia	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Taesa	Proporcional	-	43,36	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	74,50	-	74,50
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Rosal Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipinga	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-	100,00	-
Gasmig	Proporcional	59,57	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-	24,50	-
Light	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	6,65	-	6,65
CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos	Proporcional	-	5,21	-	5,21
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49,00	-	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	39,99	-	39,99
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	39,99	-	39,99
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	25,49	-	25,49
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Empresa de Transmissão Serrana - ETSE	Integral	-	19,09	-	19,09
Axxiom	Proporcional	49,00	-	49,00	-
Parati	Proporcional	25,00	-	25,00	-
Light	Proporcional	-	6,43	-	6,43



Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	01/01/2011	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Guanhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
Taesa	Proporcional	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49,00
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
Gasmig	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light	Proporcional	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49,00	-



4. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Geração	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Usinas Hidrelétricas			
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Usina Eólica			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Grupo Eólico Renova (14)	Sudoeste da Bahia	08/2011	08/2045
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2005	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas			
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032



Transmissão	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	03/2005	03/2035
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	11/2000	11/2030
STC – LT Barra Grande	Santa Catarina	06/2006	06/2036
Lumitrans – LT Machadinho	Santa Catarina	07/2004	07/2034
Taesa - TSN (1)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
Taesa – Munirah (2)	Bahia	02/2004	02/2034
Taesa – Gtesa (3)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
Taesa – Patesa (4)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
Taesa – NVT (5)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
Taesa – ETAU (6)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
Taesa – ETEO (7)	São Paulo	05/2000	05/2030
Taesa – Brasnorte (8)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
Taesa – STE (9)	Rio Grande do Sul	12/2002	12/2032
Taesa – ATE (10)	Paraná/São Paulo	02/2004	02/2034
Taesa – ATE II (11)	Tocantins/Piauí/Bahia	03/2005	03/2035
Taesa – ATE III (12)	Tocantins/Pará	03/2006	03/2036
Transchile – LT Charrua – Nueva Temuco	Chile	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	03/2005	03/2035

Projetos em Andamento – Transmissão

ESDE – LT Barbacena2-Juiz de Fora 1	Minas Gerais	11/2009	11/2039
Taesa – São Gotardo (13)	Minas Gerais	08/2012	08/2042

DISTRIBUIÇÃO

Cemig Distribuição			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light SESA e Light Energia			
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Grande Rio	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Vale do Paraíba	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

- (1) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
- (2) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (3) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (4) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (5) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (6) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.
- (7) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
- (8) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- (9) STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
- (10) ATE – Transmissora de Energia S.A.
- (11) ATE II – Transmissora de Energia S.A.
- (12) ATE III – Transmissora de Energia S.A.
- (13) São Gotardo Transmissora de Energia S.A.
- (14) Renova Energia S.A.

Abaixo seguem quadros com as autorizações da Renova Energia S.A:

PCH	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data de Resolução	Capacidade de Produção Instalada
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	14,8 MW
Colino 2	PROINFA	695	25/12/2003	16,0 MW
Colino 1	PROINFA	703	26/12/2003	11,0 MW

Eólico	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da Portaria	Capacidade de Produção Instalada
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	11,2 MW
Centrais Eólicas Lucílio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693	05/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	694	05/08/2010	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	699	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009	697	05/08/2010	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	698	05/08/2010	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	689	05/08/2010	19,2 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	117	25/03/2011	20,8 MW
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	LER 05/2010	241	07/04/2011	30,4 MW
Centrais Eólicas Ventos dos Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/2011	22,4 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/2012	19,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/2012	17,6 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/2012	9,6 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/2012	22,4 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/2012	28,8 MW
Renova Energia S.A. (São Salvador) *	LEN 06/2012	-	-	-

* Aguardando publicação da Portaria

Concessões de Distribuição

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.



Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos para a Cemig Distribuição e a cada quatro anos para a Light que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.



Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão vigentes, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

A partir de 2013, para as concessões de transmissão antigas da Companhia, outorgadas antes do ano 2000, a remuneração se dará sob os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida na Lei nº 12.783), onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia é remunerada pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à operação da Concessão. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes é prevista uma revisão tarifária para julho de 2015. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão é prevista também a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 (LEI FEDERAL Nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (MP 579), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).



Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão são parciais, não incluem a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000, cuja definição do valor da indenização está prevista para 2013.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Distribuição de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação de todos os contratos de concessão de distribuição no Estado de Minas Gerais, ou seja, Cemig Norte nº 002/97, Cemig Sul nº 003/97, Cemig Leste nº 004/97 e Cemig Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997, em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Cemig Distribuição que serão objeto de renovação por mais 30 anos é fevereiro de 2016.

Considerando que as concessões da Light possuem vencimentos apenas após 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia neste momento, e nenhum impacto relevante a ser reconhecido foi identificado.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação do contrato de concessão N° 006/97 – Cemig, referente às instalações de transmissão sob a sua responsabilidade classificadas como integrantes da Rede Básica no Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei no 9.074/95 e regulamentação pertinente.



O valor contábil dos ativos financeiros referentes ao contrato 006/97 correspondiam ao montante de R\$635.209. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580 para os ativos de transmissão da Companhia posteriores a junho de 2000 é de R\$285.438, não sendo ainda divulgado, conforme comentário anterior, o valor da indenização para os ativos de transmissão anteriores a junho de 2000. Tendo em vista que a Companhia, em conformidade aos critérios previstos na MP 579, tem direito a indenização do total dos ativos ainda não depreciados e ainda não foi divulgado pela Aneel o valor efetivo da indenização, a Companhia estimou os valores da indenização, utilizando como referência a Nota Técnica da Aneel nº 387/2012, onde são apresentados estudos para definição do VNR das instalações de transmissão, sendo estimada a indenização total da Cemig em R\$827.519. A diferença entre os valores contábeis e o valor estimado de indenização foi registrado pela Companhia como um ganho no resultado do exercício de 2012, no valor de R\$192.310.

A indenização anunciada de R\$285.438 para os ativos de transmissão posteriores a junho de 2000 foi recebida em janeiro de 2013, sendo que a indenização da parcela restante, no montante estimado de R\$542.081, tem o seu recebimento previsto para um período de 30 anos, conforme critérios a serem ainda definidos pelo Poder Concedente.

As concessões de transmissão da Taesa e da TBE não são enquadradas dentro da MP 579, não tendo impactos relacionados ao VNR a serem reconhecidos em suas demonstrações financeiras.



Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as concessões de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas abaixo, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração, como segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/12	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/12
UHE Três Marias	07/2015	396,00	53.094	429.438
UHE Volta Grande	02/2017	380,00	29.753	83.011
UHE Salto Grande	07/2015	102,00	13.780	43.619
UHE Itutinga	07/2015	52,00	2.923	10.621
UHE Camargos	07/2015	46,00	4.857	21.662
PCH Piau	07/2015	18,01	1.616	11.518
PCH Gafanhoto	07/2015	14,00	1.987	16.122
PCH Peti	07/2015	9,40	1.878	9.613
PCH Tronqueiras	07/2015	8,50	2.082	13.980
PCH Joasal	07/2015	8,40	1.685	10.182
PCH Martins	07/2015	7,70	472	3.385
PCH Cajuru	07/2015	7,20	4.042	4960
PCH Paciência	07/2015	4,08	1.113	5.520
PCH Marmelos	07/2015	4,00	959	5.953
PCH Dona Rita	07/2015	2,41	702	3.501
PCH Sumidouro	07/2015	2,12	2.177	1697
PCH Anil	07/2015	2,08	491	185
PCH Poquim	07/2015	1,41	2.490	4.546
		1.065,31	126.101	679.513

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2012 ao valor de R\$1.031.629 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.304.712. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões, o que na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior.

As demais concessões de geração do Grupo Cemig não são enquadradas dentro da MP 579, portanto, sem impacto a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2012	Valor Presente em 2012	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	390.716	138.484	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.603	11.547	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.457	3.238	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari (Consórcio)	5.425	2.252	09/2009 a 09/2042	IPCA
Itaocara (Consórcio)	71.481	32.635	Até 09/2036	IGPM

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um Ativo Intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado, Baguari em 2012 corresponderam a R\$6.105, R\$1.360, R\$389, e R\$180, respectivamente. Não houve pagamentos de parcelas ao poder concedente referente à usina Itaocara.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$13.919, R\$1.370, R\$395, e R\$259, (valor nominal de R\$14.740, R\$1.454, R\$420, e R\$190), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela Cemig dos seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição para as IFRS.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2012 e 2011 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 31/12/2012							TOTAL
	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES		
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO						
ATIVO	12.913.433	9.928.623	14.156.560	937.528	421.795	2.738.600	(323.425)	40.773.114
INVESTIMENTO	804.340	(178.574)	1.445.841	155.368	32.244	892	-	2.260.110
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.556.378	1.680.311	11.721.547	625.167	136.151	294.383	(553.562)	18.460.375
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(767.371)	-	(5.274.886)	-	-	(180.697)	271.682	(5.951.272)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(286.575)	(229)	(972.415)	-	-	-	248.623	(1.010.596)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(495.114)	-	-	-	(495.114)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(1.053.946)	(229)	(6.247.301)	(495.114)	-	(180.697)	520.305	(7.456.982)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(193.672)	(142.710)	(911.233)	(21.200)	(38.885)	(53.096)	-	(1.360.796)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(40.281)	(23.476)	(164.186)	-	(1.477)	(14.235)	-	(243.655)
Obrigação Pós-Emprego	(20.155)	(9.837)	(93.888)	-	-	(10.111)	-	(133.991)
Materials	(9.910)	(9.839)	(57.846)	(1.002)	(178)	(3.760)	-	(82.535)
Serviços de Terceiros	(170.194)	(96.901)	(807.304)	(8.249)	(22.338)	(50.777)	28.285	(1.127.478)
Depreciação e Amortização	(388.777)	(4.426)	(494.243)	(20.304)	(36.050)	(56.756)	-	(1.000.556)
Provisões Operacionais	1.647	3.808	(386.168)	(147)	(258)	(400.688)	-	(781.806)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(186.384)	-	-	-	-	-	-	(186.384)
Custo de Construção	-	(159.497)	(1.445.841)	(24.856)	-	-	-	(1.630.194)
Outras	(114.148)	(41.327)	(371.170)	(3.077)	(18.967)	(90.900)	4.972	(634.617)
Total Custo de Operação	(1.121.874)	(484.205)	(4.731.879)	(78.835)	(118.153)	(680.323)	33.257	(7.182.012)
CUSTO TOTAL	(2.175.820)	(484.434)	(10.979.180)	(573.949)	(118.153)	(861.020)	553.562	(14.638.994)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	2.380.558	1.195.877	742.367	51.218	17.998	(566.637)	-	3.821.381
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	259.325	5.168	-	-	-	-	264.493
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	-	-	-	-	-	-	(3.272)
Receita Financeira	131.046	156.232	327.482	31.476	10.767	2.558.236	-	3.210.239
Despesa Financeira	(429.091)	(564.206)	(727.146)	(12.415)	(13.182)	(211.875)	-	(1.957.915)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.079.241	1.047.228	347.871	70.279	15.583	1.774.724	-	5.334.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(612.031)	(107.245)	(428.719)	(14.370)	(3.626)	(338.102)	-	(1.504.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.747	(123.425)	373.850	(477)	(2.080)	137.237	-	440.852
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.522.957	816.558	293.002	55.432	9.877	1.573.859	-	4.271.685

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 RECLASSIFICADO																						
	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS													
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO						DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO														
ATIVO	12.103.518	8.711.290	13.127.829	419.934	14.702.378	(12.909.678)	37.008.883																
INVESTIMENTO	971.930	1.030.220	1.857.354	83.873	35.885	-	3.979.594																
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.782.538	1.290.026	10.548.216	457.678	125.780	(505.200)	15.748.716																
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA																							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS																							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(586.767)	-	(3.920.780)	-	(48)	229.615	(4.277.980)																
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(268.478)	(186)	(811.510)	-	(1)	250.151	(830.024)																
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(329.105)	-	-	(329.105)																
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(855.245)	(186)	(4.732.290)	(329.105)	(49)	479.766	(5.437.109)																
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS																							
Pessoal e Administradores	(176.019)	(136.987)	(838.793)	(18.996)	(28.206)	-	(1.248.651)																
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(35.327)	(20.041)	(148.298)	-	(2.005)	-	(221.061)																
Obrigação Pós-Emprego	(18.671)	(9.113)	(87.481)	-	(8.435)	-	(123.700)																
Materiais	(11.290)	(12.324)	(72.001)	(1.250)	(385)	-	(97.752)																
Serviços de Terceiros	(131.227)	(71.800)	(801.536)	(6.289)	(21.226)	19.612	(1.030.827)																
Depreciação e Amortização	(408.998)	(5.825)	(504.459)	(22.129)	(35.175)	-	(982.669)																
Provisões Operacionais	(5.961)	(2.892)	(249.358)	-	(1.040)	-	(257.611)																
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(153.979)	-	-	-	-	-	(153.979)																
Custo de Construção	(10)	(116.862)	(1.412.396)	-	-	(1)	(1.529.269)																
Outras	(60.339)	(35.547)	(235.789)	(5.375)	(16.282)	5.822	(362.032)																
Total Custo de Operação	(1.001.821)	(411.391)	(4.350.111)	(54.039)	(111.304)	25.434	(6.007.551)																
CUSTO TOTAL	(1.857.066)	(411.577)	(9.082.401)	(383.144)	(104.319)	505.200	(11.444.660)																
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.925.472	878.449	1.465.815	74.534	(61.675)	-	4.304.056																
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto																							
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)	-	-	-	-	-	(744)																
Receita Financeira	178.187	130.261	361.972	25.730	288.133	-	994.995																
Despesa Financeira	(462.246)	(500.148)	(712.424)	(11.885)	(265.252)	-	(1.965.266)																
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.640.669	508.562	1.115.363	88.379	(38.794)	-	3.333.041																
Imposto de Renda e Contribuição Social	(460.157)	(82.749)	(382.905)	(20.160)	(5.566)	-	(1.111.451)																
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.914	(61.744)	68.624	-	4.776	-	193.860																
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.238.426	364.069	801.082	68.219	(74.418)	-	2.415.450																

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Contas Bancárias	156.900	157.890	94.605	6.065	6.664	10.164
Aplicações Financeiras						
Certificados de Depósitos Bancários	2.249.572	2.345.877	2.516.342	1.046.728	191.004	289.642
Notas do Tesouro Nacional	-	26.413	-	-	1.603	-
Letras Financeiras - Bancos	-	176.510	-	-	18.364	-
Outros	79.338	155.800	368.746	4.329	9.060	2.935
	<u>2.328.910</u>	<u>2.704.600</u>	<u>2.885.088</u>	<u>1.051.057</u>	<u>220.031</u>	<u>292.577</u>
	<u>2.485.810</u>	<u>2.862.490</u>	<u>2.979.693</u>	<u>1.057.122</u>	<u>226.695</u>	<u>302.741</u>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que variam entre 97% a 105%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº28 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	990.626	358.987	321.858	3.845	180.000	55
Letras Financeiras do Tesouro	20.722	-	-	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	360.510	-	-	19.276	-	-
Letras do Tesouro Nacional	80.267	-	-	-	-	-
Debentures	67.273	-	-	3.979	-	-
Outros	38.406	-	-	263	-	-
	<u>1.557.804</u>	<u>358.987</u>	<u>321.858</u>	<u>27.363</u>	<u>180.000</u>	<u>55</u>
Não Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	26.476	-	-	4	-	-
Letras Financeiras - Bancos	78.976	-	-	6.017	-	-
Debentures	1.717	-	-	123	-	-
Outros	54.581	-	-	1.483	-	-
	<u>161.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.719.554</u>	<u>358.987</u>	<u>321.858</u>	<u>34.990</u>	<u>180.000</u>	<u>55</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na nota explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado						
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2012	2011	01/01/2011
Residencial	615.076	247.481	282.330	1.144.887	1.188.883	1.022.724
Industrial	505.814	91.991	164.108	761.913	786.556	710.708
Comércio, Serviços e Outras	373.361	69.751	191.651	634.763	563.845	465.870
Rural	71.330	23.736	29.446	124.512	114.770	101.716
Poder Público	117.023	17.121	60.963	195.107	157.106	138.657
Iluminação Pública	43.621	5.320	22.111	71.052	94.092	84.638
Serviço Público	60.022	11.916	48.078	120.016	182.812	193.987
Subtotal – Consumidores	1.786.247	467.316	798.687	3.052.250	3.088.064	2.718.300
Suprimento a Outras Concessionárias	213.024	43.593	6.395	263.012	241.521	195.082
Suprimento Energia de Curto Prazo	62.354	-	7.680	70.034	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(723.488)	(723.488)	(621.269)	(555.090)
	2.061.625	510.909	89.274	2.661.808	2.708.316	2.358.292
Ativo Circulante				2.346.520	2.549.546	2.262.585
Ativo Não Circulante				315.288	158.770	95.707

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Residencial	252.594	316.954	248.835
Industrial	253.736	106.255	97.875
Comércio, Serviços e Outras	158.763	152.240	116.476
Rural	16.078	16.359	17.334
Poder Público	21.606	5.529	25.683
Iluminação Pública	11.261	11.808	18.512
Serviço Público	9.450	12.124	30.375
	723.488	621.269	555.090

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2012 e 2011 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2011	555.090
Constituição de Provisão	163.629
Baixa de Contas a Receber	(97.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	621.269
Constituição de Provisão	315.201
Baixa de Contas a Receber	(212.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	723.488

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
ICMS a Recuperar	187.179	153.306	223.395	3.429	3.843	3.843
PIS-PASEP	17.270	32.828	26.730	-	-	-
COFINS	138.659	156.852	116.723	57.282	67.342	-
Outros	16.956	11.140	7.582	1.389	1.385	1.390
	360.064	354.126	374.430	62.100	72.570	5.233
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	275.189	243.030	84.746	4.754	4.334	426
PIS-PASEP	29.684	14.515	55.137	-	-	-
COFINS	140.354	70.404	-	3	-	-
Outros	66	-	-	-	-	-
	445.293	327.949	139.883	4.757	4.334	426
	805.357	682.075	514.313	66.857	76.904	5.659

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2013.

A Controladora habilitou, em 2011, crédito junto à Receita Federal do Brasil para restituição dos valores do FINSOCIAL (COFINS), indevidamente recolhidos nos períodos de setembro de 1989 a fevereiro de 1991, em função da declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse a Companhia à majoração das alíquotas estabelecidas pela legislação. A atualização financeira, no montante de R\$67.342, foi reconhecida no resultado do exercício de 2011.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2012 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
Imposto de Renda	194.562	171.294	353.196	-	-	-
Contribuição Social	68.830	49.466	136.617	-	-	-
	263.392	220.760	489.813	-	-	-
Não Circulante						
Imposto de Renda	31.899	21.223	66.439	25.462	17.211	63.120
Contribuição Social	2.449	2.382	16.999	2.449	2.337	16.997
	34.348	23.605	83.438	27.911	19.548	80.117
	297.740	244.365	573.251	27.911	19.548	80.117



b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Créditos Tributários						
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	366.182	409.121	568.722	285.629	337.861	260.966
Provisões	145.952	141.921	128.166	42.057	55.697	56.354
Obrigações Pós-Emprego	390.634	369.306	349.989	21.894	19.807	18.105
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	248.526	211.928	191.866	7.628	8.629	8.899
Ágio na incorporação de controlada	103.919	328.680	84.166	-	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.249	180.623	143.109	-	-	-
Concessão Onerosa	65.615	61.941	57.330	-	-	-
Ativo Regulatório não reconhecido pelo IFRS	230.048	-	-	-	-	-
Outros	50.304	145.378	119.219	2.204	2.455	1.148
Total	1.780.429	1.848.898	1.642.567	359.412	424.449	345.472
Obrigações Diferidas						
Custo de Captação	(5.476)	(4.303)	(3.257)	(2.058)	-	-
Variação cambial	(20.485)	(17.645)	(17.253)	-	-	-
Custo atribuído	(385.024)	(520.981)	(565.637)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(84.146)	(80.741)	(79.835)	-	-	-
Ajustes aplicação ICPC01 – Contratos de Concessão	(236.427)	(315.271)	(178.228)	-	-	-
Encargos Capitalizados	(27.261)	(21.248)	(5.390)	-	-	-
Passivo Regulatório não reconhecido pelo IFRS	-	(82.078)	(48.594)	-	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(6.638)	(4.143)	(3.678)	-	-	-
Ganho Indenização Transmissoras	(80.844)	-	-	-	-	-
Ágio	(430.204)	(451.352)	(500.569)	-	-	-
Outros	-	(427)	(5.528)	-	-	-
Total	(1.276.505)	(1.498.189)	(1.407.969)	(2.058)	-	-
Total Líquido	503.924	350.709	234.598	357.354	424.449	345.472
Total do Ativo	1.451.794	1.235.869	1.218.126	357.354	424.449	345.472
Total do Passivo	(947.870)	(885.160)	(983.528)	-	-	-

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2013, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:



	Consolidado	Controladora
2013	395.245	63.531
2014	357.480	33.082
2015	184.409	36.986
2016	198.038	50.615
2017 a 2018	276.800	91.987
2019 a 2020	209.966	67.341
2021 e 2022	158.491	15.870
	1.780.429	359.412

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes dos Impostos	5.334.926	3.333.041	4.459.039	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.813.875)	(1.133.234)	(1.516.073)	(827.637)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	(1.112)	(253)	762.118	701.157
Contribuições e Doações Indedutíveis	(8.836)	(8.227)	(406)	(1.153)
Incentivo Fiscal	33.383	28.585	983	2.330
Créditos Fiscais não Reconhecidos	33.859	(1.638)	(89)	(13)
Ganho na Emissão de Ações	89.928	-	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(12.177)	(12.235)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	11.609	(2.769)	1.095	123
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	119.850	-	119.850
Juros sobre capital próprio	578.000	-	578.000	-
Baixa ICMS TUSD Termo Compromisso CEMIG E Estado	(2.881)	-	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	31.907	32.407	-	-
Outros	(15.223)	47.688	(805)	(1.197)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(1.063.241)	(917.591)	(187.354)	(18.775)
Alíquota Efetiva	19,93%	27,53%	4,20%	0,77%
Imposto Corrente	(1.504.093)	(1.111.451)	(119.019)	(143.287)
Imposto Diferido	440.852	193.860	(68.335)	124.512

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.



11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre capital próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Trabalhista	264.558	206.971	212.142	27.034	24.389	46.142
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.010	14.774	-	-	-
ITCD	120.535	115.918	48.413	120.096	115.918	48.413
PASEP/COFINS (a)	725.343	719.470	554.402	-	-	-
Outros	107.061	59.209	14.499	44.219	34.696	13.180
	967.713	908.607	632.088	164.315	150.614	61.593
Outros						
Regulatório	33.151	45.262	52.173	12.704	21.070	38.590
Responsabilidade Civil	7.127	5.586	5.586	-	-	-
Cível	679	13.732	8.409	6.464	7.165	5.167
Recon	2.366	13.392	1.769	74	11.653	68
Bloqueio Judicial	110.198	91.685	55.001	55.688	50.172	37.754
Outros (b)	34.483	102.476	60.038	4.423	10.657	6.203
	188.004	272.133	182.976	79.353	100.717	87.782
	1.420.275	1.387.711	1.027.206	270.702	275.720	195.517

(a) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 18.

(b) Refere-se principalmente a valores bloqueados pela justiça, relativo a processos diversos.

12. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

a) Contrato CRC

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.



Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

De acordo com o Quarto aditivo, o Governo do Estado amortizaria o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a Cemig aportou os créditos da CRC em um FIDC. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da Cemig, estimando-se os dividendos que seriam retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela Cemig.

As quotas subordinadas foram subscritas pela Cemig e corresponderam à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas correspondeu à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

De forma a viabilizar a quitação antecipada do Contrato da CRC, conforme descrito em mais detalhes no item "c", a Companhia em 05 de dezembro de 2012 recomprou as quotas seniores e promoveu em 17 de dezembro de 2012 a liquidação do FIDC, mediante dação em pagamento dos recebíveis ao preço registrado no FIDC de R\$1.785.045 (R\$695.340 cotas seniores e R\$1.089.705 cotas subordinadas), conforme autorizado pelo Conselho de Administração.



A composição do FIDC no ano anterior era conforme segue:

	2012	2011	01/01/2011
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	-	819.996	890.517
- Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	-	1.001.179	938.704
- Dividendos retidos pelo Fundo	-	8.900	7.867
TOTAL	-	1.830.075	1.837.088

A movimentação do FIDC no ano de 2012 foi como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.837.088
Atualização monetária das quotas seniores	102.712
Atualização monetária das quotas subordinadas	63.508
Aporte nas quotas subordinadas	14.079
Amortização das quotas seniores	(187.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.079
Atualização monetária das quotas seniores	72.378
Atualização monetária das quotas subordinadas	92.707
Aporte nas quotas subordinadas	55.200
Amortização das quotas seniores	(197.059)
Retenção de Imposto de Renda na Fonte e IOF	(55.191)
Saldo de caixa resgatado	(13.069)
Liquidação do FIDC	(1.785.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

c) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconhece e declara o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido o valor do contas a receber registrado na Companhia após a recompra das quotas do FIDC no valor de R\$1.785.045, gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

Dentro do processo de negociação da liquidação antecipada da CRC e das condições necessárias exigidas para a aprovação da operação pelo Governo Federal, a Companhia acordou um Termo de Conciliação para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Nesse contexto, o Estado reteve parte dos valores que deveriam ser repassados à Companhia e repassou à União o



montante de R\$403.162 referente ao Termo mencionado, conforme mais detalhes na Nota Explicativa nº 23 – Provisões.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo do contas a receber da CRC após a recompra das quotas do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.745.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 foi quitado pelo Governo do Estado em 27 e 28 de fevereiro de 2013.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de concessão de distribuição, transmissão e gás da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a Companhia aceitou a renovação da concessão de transmissão da controlada sendo os ativos revertidos ao Poder Concedente e estabelecida indenização para os ativos.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Concessões de Distribuição	5.268.609	3.331.311	2.509.339
Concessões de Gás	355.240	304.616	287.425
Concessões de Transmissão novas	6.405.465	5.812.021	4.755.707
Concessões de Transmissão antigas	177.901	758.338	744.697
	12.207.215	10.206.286	8.297.168
Ativo Circulante	1.040.720	1.120.035	625.332
Ativo não Circulante	11.166.495	9.086.251	7.671.836

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.



A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.206.286
Adição	160.256
Aquisição de Controladas	555.748
Atualização Financeira	896.167
Diluição de Participação na TAESA	(839.413)
Recebimentos	(812.046)
Transferências	1.847.906
Ganho Líquido na Indenização dos Ativos	192.311
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.207.215

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Mas detalhes vide nota explicativa nº 4.

A Companhia entende que os ativos financeiros de gás serão indenizados pelo poder concedente, ou seja, o Governo do Estado de Minas Gerais, ao final da concessão, indenizará o valor dos investimentos realizados nos últimos cinco anos da concessão. Para os saldos dos ativos financeiros determinados pelos demais bens vinculados à concessão, a Companhia entende, suportada por Nota Jurídica emitida pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, que serão sujeitos a indenização, no advento do término da concessão, por uma das opções seguintes: (i) pelo novo concessionário, em caso de não renovação da concessão; (ii) pela prorrogação do contrato de concessão, a fim de que se promova o reequilíbrio contratual em prazo razoável e necessário para que se opere a amortização dos ativos que lastream os referidos ativos financeiros; e (iii) por meio de aditamento contratual que retifique a cláusula de indenização para garantir a indenização dos bens não amortizados ao final da concessão. Essas opções ainda estão em processo de definição pelo poder concedente.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora		
	2012	2011	2012	2011	01/01/2011
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.494.981	5.086.076	5.050.645
Cemig Distribuição	-	-	2.463.149	2.656.463	2.376.898
Light	-	-	1.149.109	1.160.184	1.210.896
Cemig Telecom	-	-	247.976	287.909	287.718
Gasmig	-	-	508.077	444.991	444.043
Gasmig (investimento em curso)	-	67.223	-	67.223	-
Rosal Energia	-	-	145.252	158.676	159.646
Sá Carvalho	-	-	123.898	123.571	121.843
Horizontes Energia	-	-	77.404	73.203	70.017
Usina Térmica Ipatinga	-	-	25.895	37.577	36.865
Cemig PCH	-	-	91.866	95.228	93.145
Cemig Capim Branco Energia	-	-	125.568	42.592	34.797
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	26.516	24.020	24.040
UTE Barreiro	-	-	33.022	23.034	7.695
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	13.542	13.150	12.937
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	12.368	239	108291
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	11.528	10.525	10.602
Transchile	-	-	47.840	42.850	28.908
Efficientia	-	-	10.954	11.334	8.944
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	6.006	6.348	6.281
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	21.329	20.912	17.953
Cemig Trading	-	-	21.652	13.008	7.416
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	131.656	132.203	124.242
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	304.432	307.211	299.922
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	72.853	73.432	63.928
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	670.304	672.559	656.517
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	42.677	44.983	46.765
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	4.958	4.253	2.970
Cemig Serviços	-	-	1.421	2.310	45
Norte Energia	225.599	109.517	366.915	358.459	-
	225.599	176.740	12.253.148	11.994.523	11.313.969

Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre basicamente da mais valia das concessões e esta apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	2011	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	2012
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	1.919.485	(703)	-	(1.509.877)	5.494.981
Cemig Distribuição	2.656.463	191.366	-	-	(384.680)	2.463.149
Cemig Telecom	287.909	5.067	-	-	(45.000)	247.976
Rosal Energia	158.676	10.485	-	-	(23.909)	145.252
Sá Carvalho	123.571	28.951	-	-	(28.624)	123.898
Gasmig (*)	444.991	54.702	-	65.080	(56.696)	508.077
Gasmig - investimento em curso (*)	67.223	-	-	(67.223)	-	-
Horizontes Energia	73.203	13.298	-	-	(9.097)	77.404
Usina Térmica Ipatinga	37.577	10.962	-	(15.000)	(7.644)	25.895
Cemig PCH	95.228	15.264	-	-	(18.626)	91.866
Cemig Capim Branco Energia	42.592	41.845	-	82.051	(40.920)	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	5.188	-	-	(2.692)	26.516
UTE Barreiro	23.034	10.649	-	-	(661)	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.368	-	-	(1.976)	13.542
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	6.705	-	-	5.424	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	2.325	-	-	(1.322)	11.528
Transchile	42.850	565	4.425	-	-	47.840
Efficientia	11.334	7.219	-	-	(7.599)	10.954
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	374	-	-	(716)	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	4.088	-	(3.671)	-	21.329
Light	1.160.184	103.271	-	-	(114.346)	1.149.109
Cemig Trading	13.008	31.460	-	-	(22.816)	21.652
Empresa Paranaense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	18.142	-	-	(18.689)	131.656
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	38.718	-	-	(41.497)	304.432
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	9.853	-	-	(10.432)	72.853
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	83.905	-	-	(86.160)	670.304
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	4.843	-	-	(7.149)	42.677
Axiom Soluções Tecnológicas	4.253	845	-	-	(140)	4.958
Cemig Serviços	2.310	(889)	-	-	-	1.421
Parati	358.459	17.569	-	-	(9.113)	366.915
	11.994.523	2.638.623	3.722	61.237	(2.444.957)	12.253.148

(*) Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, elaborado por instituição especializada, escolhida e contratada pela Cemig.

Após a elaboração do laudo, foi constatado que a participação adquirida vale R\$65.081, representando um pagamento efetuado a maior de R\$2.142, a ser restituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, registrado em "outros créditos". A operação foi concretizada em 09 de julho de 2012, sendo que a partir desta data a Companhia passou a deter a participação de 59,57% da Gasmig.

Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

Ativo	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.796
Consumidores e Revendedores	12.446
Outros Créditos	9.157
Ativo Financeiro da Concessão	24.929
Intangível	48.348
Passivo	
Empréstimos e Financiamentos	(9.326)
Outras Obrigações	(22.269)
Ativos líquidos adquiridos	65.081
Caixa despendido	65.081

b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2012			Janeiro a dezembro de 2012	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.463.149	384.680	191.366
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.494.981	1.509.877	1.919.485
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.264.677	438.749	481.352
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	247.976	45.000	9.878
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	134.201	23.909	16.010
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	123.898	28.624	28.951
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	808.466	95.176	97.391
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	77.404	9.097	13.298
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	25.895	7.644	10.962
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	91.866	18.626	15.264
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	125.568	40.920	41.845
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	106.065	10.768	21.609
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	33.022	661	10.649
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	56.423	8.233	11.644
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	12.368	-	6.705
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	47.052	5.396	10.027
Transchile	56.407.271	49,00	123.957	97.633	-	1.333
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	10.954	7.599	7.219
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.006	716	374
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.821	-	8.017
Cemig Trading	160.297	100,00	160	21.652	22.816	31.460
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	177.954	37.391	46.485
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	369.372	83.012	113.805
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	83.926	20.868	24.141
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	863.941	172.381	239.667
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	118.013	37.443	40.574
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	10.118	140	1.293
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	1.421	-	(888)
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.467.660	36.452	71.489

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig Geração e Transmissão celebrou um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a sua controlada em conjunto Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig Geração e Transmissão na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa possui 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a Cemig transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela Cemig. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à Cemig a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012, a controlada em conjunto indireta Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a Cemig e com a Cemig Geração e Transmissão das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas.

Aquisição das empresa TBE - aprovações até o momento

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuência prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012, a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da Unisa pela Taesa

Em 30 de novembro de 2011, a Taesa adquiriu da Abengoa, pelo montante de R\$799.738, 50% das ações do capital votante da UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa cujo objeto social é a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que, naquela data, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

Em 16 de março de 2012, a TAESA celebrou com a Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da Unisa. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012.



Com base no exposto acima, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 03 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela TAESA e pela Abengoa e, a partir de 03 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.193, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.717 e de contas a pagar no valor de R\$1.520, na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da UNISA pela TAESA (3 de julho de 2012) foram reconhecidos através do método de aquisição aplicáveis no caso de combinação de negócios em estágios e estão demonstrados a seguir:

Em 03 de julho de 2012	Valores justos reconhecidos na aquisição da UNISA	Participação Equivalente GT
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	434.638	188.458
Clientes	51.885	22.497
Ativo financeiro	2.448.428	1.061.635
Outros ativos	177.424	76.932
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(95.170)	(41.266)
Empréstimos e financiamentos	(1.008.224)	(437.165)
Impostos diferidos passivos	(256.595)	(111.259)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	1.752.386	759.832
Participação (%)	100%	43,36%
Efeito da participação	1.752.386	759.832
Investimento detido anteriormente	(831.024)	(360.331)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA (a)	(45.169)	(19.585)
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916
Valor efetivamente pago em caixa	902.390	391.275
Constituição de dividendos a receber	(27.717)	(12.018)
Constituição de contas a pagar	1.520	659
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916

(a) Conforme requerido pelo CPC 15(R1) e IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

As contraprestações da TAESA para as combinações de negócios, aquisição dos 50% iniciais e 50% remanescente, da UNISA foram pagas em caixa com recursos das 4ª e 5ª emissões de notas promissórias da Companhia respectivamente.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada indireta em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a Taesa passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em e 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	230.517.711	100,00%	113.981.196	100,00%	344.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	42,38%	51.683.548	45,34%	149.374.291	43,36%

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65 por Unit, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig Geração e Transmissão. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$259.325, reconhecido no resultado da Cemig GT. Os efeitos no fluxo de caixa consolidado da Companhia são como segue.



Ativo	
Consumidores e Revendedores	(22.629)
Outros Créditos	(122.847)
Ativo Financeiro da Concessão	(839.413)
Intangível	(200.577)
Passivo	
Empréstimos e Financiamentos	455.275
Outras Obrigações	332.089
Ganho na diluição	(259.330)
Efeitos nos fluxos de caixa	(657.432)

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA incorre em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$288.145 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada em conjunto da Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 dos ativos em construção foi alocada à concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.



Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

Ativo	
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.682
Outros Créditos	3.718
Imobilizado	3.485
Intangível	7.989
Passivo	
Outras Obrigações	(3.018)
Ativos Líquidos adquiridos	26.856
Caixa despendido	26.856

Diluição de participação na Renova Energia S.A, controlada da Light.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012, foi finalizada a operação onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial de R\$13.987.

Os efeitos nos fluxos de caixa são como segue.

Ativo	
Outros Créditos	(771)
Imobilizado	(19.507)
Intangível	(8.963)
Passivo	
Empréstimos e Financiamentos	11.409
Outras Obrigações	2.246
Ganho na diluição	(5.163)
Efeitos nos fluxos de caixa	(20.749)

Opções de venda

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na Taesa, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Taesa. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.



Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2012 e em 2011, cuja consolidação foi proporcional são como segue:

2012	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	221.048	39.293	24.799	76.607	31.581	15.255
Não Circulante	1.318.734	122.392	70.785	373	79.259	168.441
Total do Ativo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Passivo						
Circulante	272.952	9.069	4.363	12.635	5.679	15.880
Não circulante	508.806	46.551	44.169	22.524	48.738	70.183
Patrimônio Líquido	808.466	106.065	47.052	41.821	56.423	97.633
Total do Passivo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Demonstração do Resultado						
Receita Líquida de Vendas	1.043.594	30.159	18.495	12.204	19.001	13.662
Custo das Vendas	(860.155)	(2.123)	(1.568)	(2.224)	(1.424)	(6.260)
Lucro Bruto	183.439	28.036	16.927	9.980	17.577	7.402
Despesas Gerais e Administrativas	(93.321)	(1.391)	(2.190)	(758)	(1.585)	(2.950)
Resultado Financeiro Líquido	32.900	(3.775)	(3.975)	(4)	(3.529)	(3.564)
Lucro Operacional	123.018	22.870	10.762	9.218	12.463	888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.627)	(1.261)	(735)	(1.201)	(819)	445
Resultado do Período	97.391	21.609	10.027	8.017	11.644	1.333

2012	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	2.378.698	329.249	156.675	158.428	204.670	62.672	10.830
Não Circulante	9.394.224	1.271.361	156.003	190.062	385.641	102.704	5.604
Total do Ativo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Passivo							
Circulante	2.179.160	168.470	35.933	60.861	67.697	41.149	5.827
Não Circulante	6.329.085	568.199	158.732	109.675	153.242	40.301	489
Patrimônio Líquido	3.264.677	863.941	118.013	177.954	369.372	83.926	10.118
Total do Passivo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Demonstração do Resultado							
Receita Líquida de Vendas	8.021.254	295.180	70.371	65.608	153.986	61.122	23.365
Custo das Vendas	(5.953.833)	(25.133)	(5.263)	(7.839)	(13.141)	(31.705)	(17.411)
Lucro Bruto	2.067.421	270.047	65.108	57.769	140.845	29.417	5.954
Despesas Gerais e Administrativas	(919.898)	-	-	-	-	-	(4.663)
Resultado Financeiro Líquido	(461.244)	1.114	(6.337)	(3.812)	(14.682)	(3.134)	(84)
Lucro Operacional	686.279	271.161	58.771	53.957	126.163	26.283	1.207
Imposto de Renda e Contribuição Social	(204.927)	(31.494)	(18.197)	(7.472)	(12.358)	(2.142)	86
Resultado do Período	481.352	239.667	40.574	46.485	113.805	24.141	1.293



2011	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	434.525	39.782	22.129	28.102	26.180	11.951
Não Circulante	1.112.080	120.596	68.588	45.019	77.711	158.092
Total do Ativo	1.546.605	160.378	90.717	73.121	103.891	170.043
Passivo						
Circulante	452.968	14.474	18.468	7.232	19.566	12.868
Não circulante	287.386	49.824	29.291	24.886	29.533	69.726
Patrimônio Líquido	806.251	96.080	42.958	41.003	54.792	87.449
Total do Passivo	1.546.605	160.378	90.717	73.121	103.891	170.043
Demonstração do Resultado						
Receita Líquida de Vendas	829.237	27.163	17.190	10.023	17.516	12.628
Custo das Vendas	(596.284)	(2.275)	(4.454)	(1.539)	(2.501)	(5.896)
Lucro Bruto	232.953	24.888	12.736	8.484	15.015	6.732
Despesas Gerais e Administrativas	(91.355)	(1.386)	(688)	(1)	(643)	(6.194)
Resultado Financeiro Líquido	18.538	(3.889)	(3.390)	(22)	(3.508)	-
Lucro Operacional	160.136	19.613	8.658	8.461	10.864	538
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.536)	(1.163)	(748)	(850)	(652)	(1.290)
Resultado do Período	123.600	18.450	7.910	7.611	10.212	(752)

2011	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	2.727.967	376.287	93.121	109.849	210.238	45.258	8.329
Não Circulante	9.551.839	1.464.917	251.861	259.174	641.316	145.037	4.467
Total do Ativo	12.279.806	1.841.204	344.982	369.023	851.554	190.295	12.796
Passivo							
Circulante	1.979.802	140.066	35.781	24.430	65.290	25.872	4.029
Não Circulante	5.848.032	355.482	73.565	80.081	171.719	17.530	87
Patrimônio Líquido	4.451.972	1.345.656	235.636	264.512	614.545	146.893	8.680
Total do Passivo	12.279.806	1.841.204	344.982	369.023	851.554	190.295	12.796
Demonstração do Resultado							
Receita Líquida de Vendas	6.944.785	277.203	58.677	63.199	142.635	37.662	18.694
Custos	(5.354.135)	(52.098)	(7.020)	(11.125)	(16.680)	(15.220)	(10.853)
Lucro Bruto	1.590.650	225.105	51.657	52.074	125.955	22.442	7.841
Despesas Gerais e Administrativas	(781.291)	(11.146)	(2.709)	(2.492)	(5.756)	(1.087)	(4.408)
Resultado Financeiro Líquido	(457.661)	(15.274)	(7.722)	(2.974)	(20.832)	(2.094)	(247)
Lucro Operacional	351.698	198.685	41.226	46.608	99.367	19.261	3.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.891)	(29.573)	(15.076)	(7.184)	(13.390)	(1.261)	(1.024)
Resultado do Período	246.807	169.112	26.150	39.424	85.977	18.000	2.162

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	19.884.394	(12.268.231)	7.616.163	19.052.126	(12.022.438)	7.029.688
Terrenos	423.538	-	423.538	424.728	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	8.570.342	(5.168.944)	3.401.398	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.475.884	(1.592.359)	883.525	2.319.093	(1.560.550)	758.543
Máquinas e Equipamentos	8.335.176	(5.444.338)	2.890.838	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805
Veículos	20.149	(13.707)	6.442	25.775	(16.017)	9.758
Móveis e Utensílios	59.305	(48.883)	10.422	58.741	(47.930)	10.811
Em Curso	1.194.366	-	1.194.366	1.632.103	-	1.632.103
Ativos em Formação	1.194.366	-	1.194.366	1.632.103	-	1.632.103
Imobilizado Líquido - Consolidado	<u>21.078.760</u>	<u>(12.268.231)</u>	<u>8.810.529</u>	<u>20.684.229</u>	<u>(12.022.438)</u>	<u>8.661.791</u>

Consolidado	01/01/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	18.041.134	(11.043.754)	6.997.380
Terrenos	411.000	-	411.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.642.976	(4.643.171)	2.999.805
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.286.827	(1.441.734)	845.093
Máquinas e Equipamentos	7.663.881	(4.940.785)	2.723.096
Veículos	17.590	(6.753)	10.837
Móveis e Utensílios	18.860	(11.311)	7.549
Em Curso	1.231.133	-	1.231.133
Ativos em Formação	1.231.133	-	1.231.133
Imobilizado Líquido - Consolidado	<u>19.272.267</u>	<u>(11.043.754)</u>	<u>8.228.513</u>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Em Serviço	6.997.380	7.029.688	1.019.179	(44.110)	(388.594)	7.616.163
Terrenos	411.000	424.728	(1.068)	(122)	-	423.538
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.999.805	2.955.043	591.355	(1.092)	(143.908)	3.401.398
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	845.093	758.543	158.166	(48)	(33.136)	883.525
Máquinas e Equipamentos	2.723.096	2.870.805	269.328	(38.377)	(210.918)	2.890.838
Veículos	10.837	9.758	97	(4.468)	1.055	6.442
Móveis e Utensílios	7.549	10.811	1.301	(3)	(1.687)	10.422
Em Curso	1.231.133	1.632.103	(437.323)	(414)	-	1.194.366
Imobilizado Líquido - Consolidado	<u>8.228.513</u>	<u>8.661.791</u>	<u>581.856</u>	<u>(44.524)</u>	<u>(388.594)</u>	<u>8.810.529</u>

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579 (Lei 12.783), que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide nota explicativa nº 04.



A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,54%
Termelétricas	4,09%
Administração e outras	9,53%
Telecomunicações	7,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$803 em 31 de dezembro de 2012.



Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2012	2011	01/01/2011
Em serviço:					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,42	38.715	38.715	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,52	57.579	57.017	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,49	183.124	183.124	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,42	212.554	208.618	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,55	551.310	551.310	549.537
Usina de Baguari	34,00%	2,56	182.743	181.416	-
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	2,60	56.240	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(235.948)	(193.372)	(171.321)
Total em operação			1.046.317	1.083.068	917.726
Em curso:					
Usina de Baguari	34,00%		75	75	181.416
Usina de Queimado	82,50%		277	3.388	1.579
Usina de Funil	49,00%		186	-	648
Usina de Aimorés	49,00%		1.188	700	1.187
Usina Igarapava	14,50%		1.016	461	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		184	119	156
Consórcio Capim Branco Energia			2.050	1.083	1.264
Total em construção			4.976	5.826	187.421
Total de Consórcios - Consolidado			1.051.293	1.088.894	1.105.147

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL, que representam a vida útil dos ativos.



A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R\$4.362.237 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

A Companhia processou as alterações das taxas e recalculou o valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão, Cemig Distribuição 2016 e Light 2026, e do montante atribuível ao Ativo Intangível. Este recálculo resultou na transferência de R\$437.720 da conta de Ativo Intangível para o Ativo Financeiro.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$64.531 em 31 de dezembro de 2012.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 4.

16. INTANGÍVEIS

Controladora	2012			2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.803	(3.319)	484	3.799	(3.149)	650
Com Vida Útil Definida			-			-
Direito de uso de softwares	3.794	(3.316)	478	3.711	(3.064)	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	5	(2)	3
Direito de Exploração de Concessão	-	-	-	83	(83)	-
Em Curso	10.090	(9.593)	497	7	-	7
Ativos em formação	10.090	(9.593)	497	7	-	7
Intangível Líquido - Controladora	13.893	(12.912)	981	3.806	(3.149)	657

Controladora	01/01/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	13.323	(12.490)	833
Com Vida Útil Definida			-
Direito de uso de softwares	3.808	(2.978)	830
Marcas e Patentes	5	(2)	3
Direito de Exploração de Concessão	9.510	(9.510)	-
Em Curso	5	-	5
Ativos em formação	5	-	5
Intangível Líquido - Controladora	13.328	(12.490)	838

Consolidado	2012			2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.641.561	(7.154.063)	3.487.498	10.607.051	(6.725.068)	3.881.983
Com Vida Útil Definida			-			-
Servidão	41.588	(1.766)	39.822	34.248	(1.585)	32.663
Contrato oneroso de concessão	51.908	(10.259)	41.649	31.974	(8.742)	23.232
Direito de Exploração de Concessão	10.325.389	(6.965.963)	3.359.426	10.361.482	(6.571.998)	3.789.484
Outros	222.676	(176.075)	46.601	179.347	(142.743)	36.604
Em Curso	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
Ativos em formação	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido - Consolidado	11.627.544	(7.154.063)	4.473.481	12.129.174	(6.725.068)	5.404.106

Consolidado	01/01/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.368.808	(143.585)	3.225.223
Com Vida Útil Definida			-
Servidão	63.704	(2.245)	61.459
Contrato oneroso de concessão	32.034	(7.698)	24.336
Direito de Exploração de Concessão	3.110.096	-	3.110.096
Outros	162.974	(133.642)	29.332
Em Curso	1.722.954	-	1.722.954
Ativos em formação	1.722.954	-	1.722.954
Intangível Líquido - Consolidado	5.091.762	(143.585)	4.948.177



A movimentação do Ativo Intangível consolidado em 2012 é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Em Serviço	3.225.223	3.881.983	(93.563)	(80.599)	(611.962)	391.639	3.487.498
Com Vida Útil Definida							
- Servidão	61.459	32.663	-	-	(179)	7.338	39.822
- Concessão Onerosa	24.336	23.232	-	(1.220)	(1.331)	20.968	41.649
- Ativos de Concessão	3.110.096	3.789.484	(93.563)	(79.379)	(602.156)	345.040	3.359.426
- Outros	29.332	36.604	-	-	(8.296)	18.293	46.601
Em Curso	1.722.954	1.522.123	1.706.366	(2.961)	-	(2.239.545)	985.983
- Ativos em Formação	1.722.954	1.522.123	1.706.366	(2.961)	-	(2.239.545)	985.983
Intangível Líquido - Consolidado	4.948.177	5.404.106	1.612.803	(83.560)	(611.962)	(1.847.906)	4.473.481

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 04.

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração ("BRR") relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado. Considerando que o valor informado de forma preliminar pela ANEEL deveria ser modificado e que, na opinião da Administração, este era significativamente inferior ao valor pelo qual deveria ser feita sua homologação, a Administração não possuía elementos suficientes para determinar se haveria a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Cemig D, originalmente arquivadas em 28 de março de 2013.



Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768, superior em R\$399.931 à BRR preliminarmente divulgada. A companhia ainda aguarda o julgamento do primeiro recurso interposto junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. Adicionalmente, a companhia interporá novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos por esta Agência para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Tendo em vista o mencionado no parágrafo anterior, a Administração refez os cálculos dos impactos desta nova BRR na composição dos ativos financeiros e intangíveis de suas concessões e concluiu, com base em suas melhores estimativas, que não são necessários ajustes nos saldos dessas contas apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$30.500, no consolidado, em 31 de dezembro de 2012.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Circulante			
Energia de curto prazo - CCEE	78.686	28.394	28.313
Encargos de uso da rede elétrica	118.472	106.272	88.526
Energia elétrica comprada para revenda	847.763	428.443	494.348
Itaipu binacional	218.728	197.846	155.956
Gás comprado para revenda	33.934	28.711	22.565
Materiais e serviços	437.879	400.182	331.301
	1.735.462	1.189.848	1.121.009

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Circulante						
ICMS	370.794	329.696	277.202	18.091	18.091	18.095
COFINS	117.931	94.662	65.803	31.907	11.636	9.947
PASEP	25.748	20.742	10.738	6.927	2.526	2.159
INSS	23.805	24.641	23.267	1.761	2.130	1.887
Outros	30.730	46.812	26.523	1.433	1.357	748
	569.008	516.553	403.533	60.119	35.740	32.836
Não Circulante						
COFINS	679.910	683.332	530.638	-	-	-
PASEP	147.596	148.355	115.189	-	-	-
Outros	175.795	65.400	46.976	-	-	-
	1.003.301	897.087	692.803	-	-	-
	1.572.309	1.413.640	1.096.336	60.119	35.740	32.836



b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Circulante			
Imposto de Renda	97.556	86.753	111.713
Contribuição Social	29.631	42.631	25.322
	127.187	129.384	137.035

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado				
				2012			2011	01/01/2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6%	US\$	25.603	-	25.603	46.989	62.597
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	5.503	21.327	26.830	34.826	51.035
BNP Paribas	2012	5,89%	EURO	-	-	-	1.387	3.809
KfW	2016	4,50%	EURO	1.778	5.333	7.111	8.028	8.817
Tesouro Nacional (5)	2024	Diversas	US\$	2.734	10.472	13.206	16.893	19.414
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12%	US\$	1.803	34.390	36.193	35.529	33.873
BNP 36 MM – Euros	2014	3,98%	EURO	239	30.856	31.095	27.882	-
Merrill Lynch – US\$ 50 MM	2016	2,59%	US\$	107	33.180	33.287	30.570	-
Citi Bank – US\$ 100 MM	2018	2,46%	US\$	405	119.451	119.856	-	-
BID (16)	2022	Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa	US\$	6.796	76.729	83.525	52.902	-
BID (16)	2023	Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa	US\$	13.104	129.638	142.742	92.561	-
Outros	2019	Diversas	Diversas	7.692	852	8.544	11.340	11.722
Divida em Moeda Estrangeira				65.764	462.228	527.992	358.907	191.267
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	206.186	-	206.186	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108% do CDI	R\$	4.902	442.348	447.250	591.951	887.523
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	28.061	-	28.061	56.844	85.063
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	132.842	-	132.842	136.566	135.276
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	813.973	300.000	1.113.973	1.224.881	1.223.789
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	793.153	-	793.153	706.796	630.494
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	102.389	373.501	475.890	436.637	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	99.779	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 % do CDI	R\$	664.075	-	664.075	-	-
Banco do Brasil S.A.	2013	105,00 % do CDI	R\$	1.083.159	-	1.083.159	-	-
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	78.949	-	78.949	158.837	235.052
Banco Itaú – BBA S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	1.914	-	1.914	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.253	-	26.253	53.415	77.020
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.935	96.020	103.955	111.678	119.335
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	548	455	1.003	1.550	1.366
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	97.570	-	97.570	198.181	296.286
Bradesco S.A.	2011	105,50 do CDI	R\$	-	-	-	-	350.890
Bradesco S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	990.142	-
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	600.813	-	600.813	-	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.998	-	12.998	25.603	36.724
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	69.345	320.770	390.115	428.238	373.365
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	20.128	-	20.128	40.451	60.641
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	79.697	-	79.697	161.272	240.879
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70%	R\$	19.562	-	19.562	40.085	59.503
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	819.996	890.517
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	2.733	17.303	20.036	22.768	25.500
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	705	4.368	5.073	5.768	6.460
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85%	R\$	26.198	97.420	123.618	149.820	120.242
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95%	R\$	692	25.980	26.672	27.005	21.541
BNDES (5)	2019	TJLP	R\$	81.762	324.300	406.062	371.729	189.686
BNDES - Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.762	387.475	389.237	349.505	262.420
AMAZONIA – FNO (11)	2031	10% a.a	R\$	96	57.437	57.533	354.783	316.159
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40%	R\$	1.277	377.635	378.912	54.807	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (16)	2015	Diversas	R\$	5.572	61.325	66.897	66.932	365.577
BNDES (12)	2024	TJLP +2,15%	R\$	3.160	33.853	37.013	39.961	42.119
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	7.404	54.297	61.701	64.784	67.128
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50%	R\$	6.056	43.391	49.447	52.109	54.157
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	9.809	80.925	90.734	95.267	96.601
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	43.023	188.264	231.287	210.744	14.147
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	7.043	-	7.043	18.462	27.696
CEF S.A (16)	2016	117,5 % do CDI	R\$	1.804	4.502	6.306	10.585	12.904
NOTAS PROMISSÓRIAS – ITAU (16)	2012	105,50 do CDI	R\$	-	-	-	669.132	-
BNDES – CEMIG TELECOM (18)	2017	Diversas	R\$	9.070	34.697	43.767	51.972	48.539
BNDES (22)	2028	URTJ+1,97%	R\$	4.010	57.561	61.571	49.588	-
Outros	2025	Diversas	R\$	36.597	279.532	316.129	298.809	90.245
Divida em Moeda Nacional				5.093.225	3.663.359	8.756.584	9.250.387	7.468.720
Total de Empréstimos e Financiamento				5.158.989	4.125.587	9.284.576	9.609.294	7.659.987



A Melhor Energia do Brasil.

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado				
				2012			2011	01/01/2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	52.758	52.758	46.896	37.083
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	401.359	-	401.359	372.697	354.638
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	530.287	-	530.287	502.648	472.333
Debêntures (6)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	-	243.038
Debêntures (6)	2012	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	1.754.714	1.725.974
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	542.459	902.131	1.444.590	1.367.937	1.284.860
Debêntures (6)	2017	CDI + 0,90	R\$	37.549	479.847	517.396	-	-
Debêntures (6)	2022	IPCA + 6,20	R\$	41.035	697.850	738.885	-	-
Debêntures (6)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.843	208.368	220.211	-	-
Debêntures 1ª EMISSÃO (6) (23)	2013	106% do CDI	R\$	31.743	-	31.743	-	-
DEBÊNTURES PRIVADAS (BNDESPAR(6) (17)	2016	8,62%	R\$	29.548	82.709	112.257	131.225	158.373
Debêntures Públicas CVM 476/09 (6) (17)	2015	7,87%	R\$	543	59.570	60.113	-	-
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2015	CDI + 1,30%	R\$	55.546	99.642	155.188	206.429	205.292
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2015	IPCA+7,91% %	R\$	46.845	84.862	131.707	163.169	151.604
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2017	106,0% do CDI	R\$	663	352.567	353.230	462.636	462.169
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2017	CDI + 0,78%	R\$	4.514	288.042	292.556	-	-
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	3.395	348.802	352.197	-	-
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	3.159	308.776	311.935	-	-
DEBENTURES(10) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.332	22.224	25.556	13.281	-
DEBENTURES (19) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.813	46.535	67.348	88.148	-
DEBENTURES (20) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	44.239	159.193	203.432	167.035	-
DEBENTURES(21) (6)	2016	112,5% do CDI	R\$	7.176	21.035	28.211	35.124	-
Debêntures (6) (11)	2013	IPCA	R\$	80.613	78.905	159.518	207.094	182.188
Debêntures 3ª Emissão - Light Energia(5) (6)	2026	Cdi+1,18%	R\$	55	9.692	9.747	-	-
Debêntures Renova - Light Energia(5) (6)	2022	Cdi + 1,51%	R\$	-	21.449	21.449	-	-
Debêntures Guanhães - Light Energia(5) (6)	2013	Cdi + 0,39%	R\$	10.729	-	10.729	-	-
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00%	R\$	6	10	16	22	22
DEBÊNTURES V (5) (6)	2014	CDI + 1,50%	R\$	29.937	36.563	66.500	241.759	210.287
Debêntures VI (5) (6)	2011	115% do CDI	R\$	-	-	-	-	78.642
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35%	R\$	2.604	210.613	213.217	214.400	-
Debêntures VIII (5) (6)	2026	Cdi+1,18%	R\$	862	152.495	153.357	-	-
Debêntures LIGHT ENERGIA (5) (6)	2016	CDI + 1,45%	R\$	1.044	55.608	56.652	57.074	-
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	Cdi+1,18%	R\$	4.068	137.501	141.569	137.487	-
ITAÚ – BBA DEBÊNTURES (6) (24)	2017	CDI + 0,9875% a.a.	R\$	679	10.830	11.509	-	-
ITAÚ – BBA DEBÊNTURES (6) (25)	2017	CDI + 0,9875% a.a.	R\$	672	9.840	10.512	-	-
Total de Debentures				1.947.317	4.938.417	6.885.734	6.169.775	5.566.503
Total Geral Consolidado				7.106.306	9.064.004	16.170.310	15.779.069	13.226.490

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis Consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;
- (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC.12;
- (10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA CATRINENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A -ECTE;
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A;
- (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A ;
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;
- (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VOLTA DO RIO S.A
- (16) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Taesa;
- (17) Financiamento da Gasmig;
- (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA NORTE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.-ENTE;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A-EATE;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Empresa Paraense de Transmissão de Energia- ETEP.
- (22) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Light-Ger.
- (23) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Guanhães Energia.
- (24) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transudeste.
- (25) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transirapé.

GARANTIAS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
NP e Aval	3.223.094
Recebíveis	31.684
Sem Garantia	4.914.371
Penhor de Ações	1.423.299
Alienação Fiduciária	361.399
Quirografária	4.426.390
Real	1.469.827
Flutuante	320.246
TOTAL	16.170.310

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, não considerando a transferência de valores para o curto prazo em função de não cumprimento de cláusula contratual, conforme mencionado na letra “a”, é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	63.747	46.282	35.242	105.418	67.555	31.314	28.807	111.421	489.786
Euro	2.017	32.634	1.778	1.777	-	-	-	-	38.206
	65.764	78.916	37.020	107.195	67.555	31.314	28.807	111.421	527.992
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	733.081	488.471	678.733	177.034	176.168	220.498	220.510	1.202.140	3.896.635
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	69.614	75.386	61.592	50.099	40.490	35.610	23.715	35.336	391.842
SELIC	1.279	1.157	189	-	-	-	-	-	2.625
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.966.447	1.137.130	621.673	549.165	1.146.872	17.072	26.932	101.916	7.567.207
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.998	-	-	-	-	-	-	-	12.998
URTJ/TJLP (*)	177.287	189.135	175.006	206.911	200.220	187.050	151.591	800.368	2.087.568
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	23.343	380.678	1.669	1.409	862	832	832	57.074	466.699
UMBNDDES (**)	31.835	31.822	32.014	30.921	16.629	9.423	7.101	3.176	162.921
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.293	-	578	732	731	521	-	-	4.855
TR	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Sem Indexador	826.867	32.649	94.748	31.253	6.076	5.961	5.843	43.559	1.046.956
	5.846.578	2.336.810	1.666.298	1.047.524	1.588.048	476.967	436.524	2.243.569	15.642.318
	5.912.342	2.415.726	1.703.318	1.154.719	1.655.603	508.281	465.331	2.354.990	16.170.310

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros reajustado pela TJLP

(**) UMBNDES - Unidade Monetária do BNDES

(***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %	Varição Acumulada em 2010 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %	Varição Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	8,94	12,58	(4,31)	IGP-M	7,82	5,10	11,32
Euro	10,73	9,25	(11,14)	CDI	8,37	11,64	9,71
				SELIC	8,49	11,67	9,81
				IPCA	5,84	6,50	5,63



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	13.226.490	410.393
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.779.069	1.030.227
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	296.252	-
Redução de Participação em Controladas	(648.414)	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7.195.242	1.081.105
Capitalização	6.094	-
Variação monetária e cambial	290.402	-
Encargos financeiros provisionados	1.298.821	110.586
Encargos financeiros pagos	(1.208.844)	(100.800)
Amortização de financiamentos	(6.838.312)	(1.018.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.170.310	1.102.721

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
Citibank (SESA)	2018	Libor+1,66	52.648
Citibank (ENERGIA)	2018	Libor+1,66	42.327
Citibank (SESA)	2018	Libor+1,66	12.950
Citibank (ENERGIA)	2018	Libor+1,66	10.411
Total Captações em Moeda Estrangeira			118.336
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S/A (Notas Promissórias)	2013	104,08 do CDI	640.000
Banco do Brasil S/A	2013	102,50 do CDI	600.000
Banco do Brasil S/A	2017	108,33 do CDI	196.247
Eletrobras	2023	6	15.250
Eletrobras	2023	6	15.250
DEBÊNTURES (ITAÚ BBA) - 5ª EMISSÃO	2013	104 do CDI	513.034
1ª série - 3ª emissão Deb	2017	CDI + 0,78	289.273
2ª série - 3ª emissão Deb	2020	IPCA + 4,85	345.973
3ª série - 3ª emissão Deb	2024	IPCA + 5,10	306.417
Banco Bradesco S/A	2013	106 do CDI	31.850
Debêntures SAE	2037	IPCA + 6,5	77.044
Bndes 125 600 MM	2028	TJLP+ 1,97	11.760
Banco Bradesco S/A *	2012	103 DO CDI	1.000.000
Banco Bradesco S/A	2017	CDI+0,90	483.950
Banco Bradesco S/A	2022	IPCA+6,20	676.653
Banco Bradesco S/A	2019	IPCA+6,0	201.865
Banco do Brasil	2013	105 do CDI	1.081.105
Debêntures - Pine	2017	12,65	19.491
Debêntures - Votorantim	2017	12,65	24.363
SESA Debentures 8a. Emissão	2026	CDI + 1,18	121.940
SESA Bndes Capex - Subcred	2019	TJLP + 1,81 a 3,21	56.242
ENERGIA Renova - Empréstimos	2029	TJLP e CDI	23.437
ENERGIA Renova - Debêntures	2022	123,45 do CDI	17.254
SESA Debentures 8a. Emissão	2026	CDI + 1,18	29.993
SESA Bndes Capex - Subcred	2019	TJLP - 1,81 a 3,21	13.834
ITAÚ - BBA (DEBÊNTURES)	2017	CDI + 0,9875	10.403
ITAÚ - BBA (DEBÊNTURES)	2017	CDI + 0,9875	11.350
DEBÊNTURES PÚBLICAS (Instrução CVM 476/09)	2015	7,87	59.991
DEBENTURES	2016	CDI + 1,30	15.174
DEBENTURES	2016	CDI + 1,30	74.942
BNDES	2026	TJLP + 1,97	13.901
Outros	Diversos	Diversos	98.920
Total Captações em Moeda Nacional			7.076.906
Total Geral Consolidado			7.195.242

*Captado e liquidado em 2012.



As Debêntures de emissão da controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Vencimento	2012	2011	01/01/2011
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IGP-M	Não Há	2031	52.758	46.897	37.083
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Não Há	IPCA + 7,68%	Não Há	2015	1.444.590	1.367.937	1.284.860
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 0,90%	Não Há	2017	517.396	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 6,00%	Não Há	2019	220.211	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 6,20%	Não Há	2022	738.884	-	-
CEMIG D (1) (3)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96%	Não Há	2017	530.287	502.648	472.333
CEMIG D (1) (3)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IGP-M + 10,50%	Não Há	2014	401.360	372.697	354.638
GUANHÃES ENERGIA S.A. (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	106% do CDI	Não Há	2013	31.743	-	-
GASMIG (1) (2)	Normativas e Escriturais	Quirografia	8,62%	Não Há	2016	112.257	131.225	158.373
GASMIG (1) (2)	Normativas e Escriturais	Quirografia	7,87%	Não Há	2015	60.113	-	-
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI+1,30%	Não Há	2015	155.188	206.429	205.292
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 7,91%	Não Há	2015	131.707	163.169	151.604
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	106% do CDI	Sim	2017	353.230	462.635	462.168
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 0,78%	Não Há	2017	292.556	-	-
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 4,85% a.a.	Não Há	2020	352.197	-	-
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 5,10% a.a.	Não Há	2024	311.935	-	-
ECTE (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI+1,30%	Não Há	2016	25.556	13.281	-
ENTE (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI+1,30%	Não Há	2016	67.348	88.148	-
EATE (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI+1,30%	Não Há	2016	203.432	167.035	-
ETEP (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	112,5% do CDI	Não Há	2016	28.211	35.124	-
Madeira Energia S.A. (1) (2)	Simple não Conversíveis	Garantia Real	IPCA	Não Há	2013	159.518	207.094	182.100
LIGHT ENERGIA – GUANHÃES (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 0,39%	Não Há	2013	10.729	-	-
LIGHT ENERGIA - 8ª EMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 1,35%	Não Há	2016	213.217	214.400	-
LIGHT ENERGIA – RENOVA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 1,51%	Não Há	2022	21.449	-	-
LIGHT ENERGIA - 4ª EMISSÃO (1) (2)	Nominativas e Conversíveis	Real e flutuante	TJLP + 4,00%	Não Há	2015	16	22	-
LIGHT ENERGIA - 5ª EMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI + 1,50%	Não Há	2014	66.500	241.759	210.287
LIGHT ENERGIA - 2ª EMISSÃO (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI+1,18%	Sim	2019	141.569	137.487	-
LIGHT ENERGIA - 1ª EMISSÃO (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia (Com Garantia Fidejussória)	CDI + 1,45%	sim	2016	56.652	57.074	-
LIGHT ENERGIA - 3ª EMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	Cdi+1,18%	Não Há	2026	9.747	-	-
LIGHT ENERGIA - 8ª EMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	Cdi+1,18%	Não Há	2026	153.357	-	-
TRANSEDESTE (1) (2)	Escritural não conversíveis	Quirografia	CDI + 0,9875% a.a.	Não Há	2017	11.509	-	-
TRANSPIRAPE (1) (2)	Escritural não conversíveis	Quirografia	CDI + 0,9875% a.a.	Não Há	2017	10.512	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia (Com aval da Holding)	CDI+0,90%	Não Há	2012	-	1.754.714	1.725.500
LIGHT ENERGIA (1) (2)	Simple não Conversíveis	Não Há	115% +CDI	Não Há	2011	-	-	78.642
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simple não Conversíveis	Não Há	104,00% do CDI	Não Há	2011	-	-	243.000
TOTAL						6.885.734	6.169.775	5.566.503

- (1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria.
- (2) Não houve quebra de *Covenants*.
- (3) Houve quebra de *Covenants*.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.



As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Cemig:	
LAJIDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
Dívida /LAJIDA	Menor ou igual a 2,5
Cemig Distribuição	
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 2,5
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
LAJIDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 96%
Cemig Geração e Transmissão	
Dívida Líquida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 61%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,6
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias;

Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);

LAJIDA = LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 31 de dezembro de 2012, algumas das cláusulas restritivas da Cemig não foram atendidas. A Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206.091.

b) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.



c) Emissões de notas promissórias da Cemig Distribuição

A Cemig Distribuição realizou, no dia 02 de julho de 2012, sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor total de R\$640 milhões.

Foram emitidas 64 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10 milhões de reais (“Notas Promissórias”), com vencimento em 27 de junho de 2013. As Notas Promissórias são remuneradas por juros correspondentes a 104,08% da Taxa DI. As Notas Promissórias contaram com aval da Cemig.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de junho de 2012. Os recursos captados com a Oferta foram destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados, pagamento de dívida(s) contraída(s) e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	74.934	58.930	46.086
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	32.590	68.492	51.438
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	51.736	45.436	35.264
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.210
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.808	4.631	3.764
Eficiência Energética	149.821	147.724	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	174.230	216.524	196.191
Pesquisa Expansão Sistema Energético	5.121	4.093	3.847
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.382	7.803	7.704
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	25.703	22.772	17.755
Encargo de Capacidade Emergencial	49.263	49.319	3.022
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	4.677	3.500	3.127
	582.472	630.431	526.896
Passivo Circulante	412.840	368.229	384.415
Passivo Não Circulante	169.632	262.202	142.481

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.



A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2012.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$814.870 em 31 de dezembro de 2012 (R\$846.581 em 31 de dezembro de 2011). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo líquido com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à Braslight e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974, e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

Em 02 de outubro de 2001, a Previc (anteriormente Secretaria de Previdência Complementar – SPC) aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da Braslight, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.070.722 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.095.211 em 31 de dezembro de 2011), cujo efeito na Companhia é de R\$347.771 em 31 de dezembro de 2012 (R\$355.724 em 31 de dezembro de 2011)

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes. A avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2012.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo, sendo que nas Demonstrações Contábeis encontra-se registrado o valor adicional referente à Light, conforme mencionado acima:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações fundeadas	9.190.642	872.281	819.779	22.343	735.848
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.142.438)	(427.479)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	1.048.204	444.802	819.779	22.343	735.848
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(741.132)	(89.003)	(239.118)	8.952	(200.460)
Passivo Líquido	307.072	355.799	580.661	31.295	535.388
Complemento referente dívida com a Forluz	507.798	-	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	814.870	355.799	580.661	31.295	535.388



Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC.33 R1(Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o valor presente de obrigações não fundeadas será integralmente reconhecido em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorrerá um impacto no Patrimônio Líquido em janeiro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$496.956 (líquido dos efeitos fiscais).

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Obrigação de benefício definido em 31/12/2011	7.253.700	732.583	626.357	18.048	539.695
Custo do Serviço Corrente	7.534	306	11.302	332	5.803
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	703.270	74.055	60.667	1.745	53.703
Contribuição dos Empregados	53	18	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	1.780.054	134.603	180.680	3.081	147.821
Benefícios pagos	(553.969)	(69.284)	(59.227)	(863)	(11.174)
Obrigação de benefício definido em 31/12/2012	9.190.642	872.281	819.779	22.343	735.848

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	
	FORLUZ	BRASLIGHT
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011	6.893.141	355.373
Retorno real dos investimentos	1.678.075	104.597
Contribuições do Empregador	125.138	36.775
Contribuição dos Empregados	53	18
Benefícios pagos	(553.969)	(69.284)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	8.142.438	427.479

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	7.534	306	11.302	332	5.803
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	703.270	74.055	60.667	1.745	53.703
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(734.701)	(37.748)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	525	(637)	551
Despesa em 2012 conforme laudo atuarial	(23.897)	36.613	72.494	1.440	60.057
Ajuste referente dívida com a Forluz	117.324	-	-	-	-
Despesa em 2012	93.427	36.613	72.494	1.440	60.057

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ					
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	42.805		28.029	1.555	23.663	96.052
Despesa Reconhecida no Resultado	5.235		4.432	112	3.892	13.671
Contribuições Pagas	(6.343)		(2.751)	(42)	(636)	(9.772)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	41.697		29.710	1.625	26.919	99.951
Despesa Reconhecida no Resultado	4.599		4.819	118	5.174	14.710
Contribuições Pagas	(6.203)		(3.290)	(47)	(636)	(10.176)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	40.093		31.239	1.696	31.457	104.485
Passivo Circulante						2.520
Passivo Não Circulante						101.965

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	868.178	264.850	553.669	30.132	443.999	2.160.828
Despesa Reconhecida no Resultado	106.239	56.788	68.914	1.389	53.248	286.578
Contribuições Pagas	(127.836)	(30.945)	(55.189)	(803)	(10.742)	(225.515)
Aquisição de Participação Acionária na Light	-	65.268	-	-	-	65.268
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	846.581	355.961	567.394	30.718	486.505	2.287.159
Despesa Reconhecida no Resultado	93.427	36.613	72.494	1.440	60.057	264.031
Contribuições Pagas	(125.138)	(36.775)	(59.227)	(863)	(11.174)	(233.177)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	814.870	355.799	580.661	31.295	535.388	2.318.013
Passivo Circulante						88.932
Passivo Não Circulante						2.229.081

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	10.687	318	16.852	467	8.371
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	806.096	69.314	72.187	1.961	67.990
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(717.333)	(34.118)	-	-	-
Despesa em 2013	99.450	35.514	89.039	2.428	76.361

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2013 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria Forluz	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	566.992	51.295	1.454	17.348



A Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$134.703 e R\$75.132 para o plano de Contribuição Definida.

A Light tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$114.528 (cota parte da Cemig R\$37.187).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D		BRASLIGHT	
	2012	2011	2012	2011
Ações de empresas brasileiras	0,08%	0,11%	15,23%	13,07%
Títulos de Renda Fixa	85,63%	83,69%	73,32%	74,86%
Imóveis	3,77%	3,78%	11,23%	4,98%
Outros	10,52%	12,42%	0,22%	7,09%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e da Light:

	2012	2011
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	463.873	367.019
Ações emitidas pela Patrocinadora	10.242	12.062
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	201.245	191.606
	675.360	570.687

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D		BRASLIGHT	
	2012	2011	2012	2011
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,05% a 10,07%	10,07%	8,26%	10,56%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,05% a	10,98%	12,38%	10,96%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,20%	4,30%	4,50%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,31%	6,39%	7,01%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média	Light forte	Light forte
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:



	Consolidado							Saldo em 2012
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Atualizações	Reversões	Liquidações	Aumento (Redução) de participação	
Trabalhistas	115.301	135.121	25.846	10	(18.652)	(16.626)	(203)	125.496
Cíveis								
Relações de Consumo	70.537	83.817	6.933	-	(20.747)	(4.522)	-	65.481
Outras ações cíveis	55.617	66.088	83.834	3.921	(31.613)	(27.295)	(27)	94.908
	126.154	149.905	90.767	3.921	(52.360)	(31.817)	(27)	160.389
Tributárias	88.474	117.637	7.733	3.448	(4.440)	(2.778)	1.533	123.133
Ambientais	3.596	56.635	1.313	-	(40.745)	(11.762)	-	5.441
Regulatórias	27.280	78.137	446.533	-	(27.063)	(456.668)	-	40.939
Outras	10.102	12.004	7.147	1.275	(2.147)	(5.491)	-	12.788
Total	370.907	549.439	579.339	8.654	(145.407)	(525.142)	1.303	468.186

	Controladora						Saldo em 2012
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Reversões	Liquidações		
Trabalhistas	57.896	58.902	1.714	(8.898)	(1.714)	50.004	
Cíveis							
Relações de Consumo	33.921	31.035	418	(13.541)	(263)	17.649	
Outras ações cíveis	22.467	20.556	20.928	(20.556)	(1.660)	19.268	
	56.388	51.591	21.346	(34.097)	(1.923)	36.917	
Tributárias	27.845	33.342	416	(3.164)	(39)	30.555	
Ambientais	180	207	984	(207)	-	984	
Regulatórias	40.831	38.210	436.214	(13.137)	(436.214)	25.073	
Outras	4.413	3.700	1.281	(1.844)	(581)	2.556	
Total	187.553	185.952	461.955	(61.347)	(440.471)	146.089	

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$536.532, dos quais R\$125.496 foram provisionados.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$155.102, dos quais R\$65.481 foram provisionados.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$171.776, dos quais R\$94.908 foram provisionados.

Tributárias

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$215.254, dos quais R\$40.163 foram provisionados.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Light é parte em processos onde são discutidos o ICMS, sendo os principais: (i) autos de infração lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECF e multa (períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2003 e janeiro de 2006 a dezembro de 2010) pelo não recolhimento destes tributos diferidos em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, ou seja, em operação realizada entre geradora e distribuidora, em razão da ocorrência de perdas comerciais; (ii) auto de infração para cobrar ICMS em razão da utilização pela controlada Light SESA de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro; (iii) autos de infração lavrados para cobrança de ICMS incidentes sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de energia classificados como baixa renda, oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão; (iv) a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96. O valor da contingência, correspondente à participação da Companhia no capital da Light, é de, aproximadamente, R\$536.960, dos quais R\$36.678 foram provisionados.



A Gasmig é parte em ações relativas a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede e a incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS. O valor da contingência, correspondente à participação da Companhia no capital da Gasmig, é de, aproximadamente, R\$40.126, dos quais R\$22.486 foram provisionados.

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$389.515. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

O Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) ajuizou Ação Civil Coletiva contra a Companhia, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Com base na avaliação realizada pelos nossos assessores jurídicos, de que o mérito da discussão já foi objeto de manifestação pelo STF, a probabilidade de perda foi reavaliada de possível para remota.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$924.311, dos quais R\$1.414 foram provisionados.

FINSOCIAL

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Companhia, com o objetivo de rescindir o acórdão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Companhia, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada foi protocolada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$99.366, dos quais R\$22.392 foram provisionados.

Ambientais

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$1.688.536, dos quais R\$5.441 foram provisionados, dentre os quais destacamos:

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.582.046. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$94.035.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$132.626, dos quais R\$40.939 foram provisionados.

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

a) Demanda Judicial

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades com o Governo Federal.



A Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

O valor da contingência em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.014.905 e nenhuma provisão havia sido constituída.

b) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 – Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Em decorrência desta retenção, a Companhia registrou uma despesa pelo mesmo valor em dezembro de 2012.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$87.966, dos quais R\$14.260 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.



Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$204.382.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância. Em 31 de dezembro de 2011 o valor da contingência era de, aproximadamente, R\$140.875. Em 31 de dezembro de 2012, o valor foi reavaliado por nossos assessores jurídicos para R\$519, em decorrência de ter sido considerada como a melhor estimativa possível o valor atualizado do depósito judicial realizado, que é representativo das contribuições previdenciárias sobre as parcelas de PLR pagas.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$397.025.



Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária, no valor aproximado, de R\$337.199.

PIS/COFINS

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões indevidas de despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência era de R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciou pela observância do princípio da anterioridade nos casos em que a alteração de lei implique em gravame ao contribuinte.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$41.039. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, em face de julgamento que reconheceu a legitimidade do repasse dessas contribuições nas faturas de energia elétrica.

Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada possível pela Light SESA correspondem a: (i) IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; (ii) exigência do IRPJ e da CSLL sobre os lucros auferidos pela *LIR Energy Limited* (LIR) e *Light Overseas Investment Limited* (LOI) desde 1996; (iii) multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; (iv) Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP), lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; (v) glosa de compensação efetuada para fins de quitação de débitos de COFINS, sendo que o processo foi encerrado em definitivo, favoravelmente, à Companhia. Essas causas somam R\$503.176, valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$1.162.821.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$135.113. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$132.648. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.



Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$158.368.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$202.479, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do Capital Social, com valor nominal de R\$5,00 e totalmente integralizadas estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2012					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	51	-	-	189.991.615	22
Outras Entidades do Estado	50.246	-	8.821.839	2	8.872.085	1
AGC Energia S.A.	122.901.990	33	-	-	122.901.990	14
Outros						
No País	49.999.792	13	159644811	33	209644603	25
No Exterior	9.893.442	3	311.714.493	65	321.607.935	38
Total	372.837.085	100	480.181.143	100	853.018.228	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2011					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.420.497	12	73.185.353	19	108.605.850	16
No Exterior	12.494.090	4	303.902.089	79	316.396.179	47
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100



Acionistas	Quantidade de Ações em 1 de janeiro de 2011					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.084.145	12	88.391.812	23	123.475.957	18
No Exterior	12.830.442	4	288.695.630	75	301.526.072	45
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100

Lucro por ação

Em decorrência do aumento de capital com emissão de 170.603.646 novas ações, sem uma correspondente alteração nos recursos da Companhia, conforme mencionado a seguir, o lucro por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações do capital da Companhia. Desta forma, considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação, básico e diluído, em 2012 e 2011, são de R\$5,01 e R\$2,83, respectivamente.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	2012	2011
Ações ordinárias	372.837.085	372.837.085
Ações preferenciais	480.181.143	480.181.143
	853.018.228	853.018.228
Ações em Tesouraria	(363.650)	(363.650)
Total	852.654.578	852.654.578

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital

O Estado de Minas Gerais efetuou aportes na Companhia nos anos de 1995, 1996 e 1998 destinados a Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no montante histórico de R\$27.124. Em 2011, a Secretaria de Estado da Fazenda solicitou a devolução dos valores desses AFACs, devidamente corrigidos, uma vez que até o ano mencionado os recursos não haviam sido utilizados para integralização de ações em aumento de capital.



Em atendimento a essa solicitação, o Conselho de Administração, em 27 de dezembro de 2011, deliberou pela devolução do AFAC ao Estado de Minas Gerais, no valor de R\$93.260, correspondendo ao valor histórico de R\$27.124, corrigido pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no período, sendo a despesa financeira correspondente à atualização do AFAC, no valor de R\$66.136, registrada no exercício de 2011.

Aumento do Capital Social aprovado na Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Em 27 de abril de 2012, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Reservas de Capital			
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.572.526	2.572.526
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)	(1.132)
	3.953.850	3.953.850	3.953.850

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizados na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a Cemig decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.



As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

	2012	2011	01/01/2011
Reservas de Lucros			
Reserva Legal	853.018	682.415	573.205
Reserva Estatutária	1.303.905	1.141.178	1.433.549
Reserva de Retenção de Lucros	71.122	1.382.962	799.413
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	628.131	86.316	67.086
	2.856.176	3.292.871	2.873.253

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se, substancialmente, aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, sendo as retenções suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência. As principais aquisições em função da retenção de recursos mencionada estão apresentadas em mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Reserva Legal

A Companhia utilizou 4,12% do lucro líquido apurado no exercício de 2012, no valor de R\$170.603, para constituição de Reserva Legal, tendo em vista o saldo da Reserva Legal com essa constituição ter alcançado o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelecido pelo Art. 193 da Lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.



As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2012 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora
	2012
Valor Nominal das Ações Preferenciais	2.399.087
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	239.909
Valor do Patrimônio Líquido	12.044.062
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	6.777.194
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	203.316
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	239.909
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	4.271.685
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.135.843
Dividendos Propostos	
Juros sobre o Capital Próprio	1.700.000
Dividendos ordinários	589.976
	2.289.976
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	(154.133)
	2.135.843
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	1.201.911
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	933.932
Dividendos por valor unitário – R\$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendo Obrigatório	2,68
Dividendos Propostos (líquido do Imposto de Renda na Fonte sobre JSCP)	2,68

A Companhia declarou em dezembro de 2012 o pagamento de Juros sobre capital próprio, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório de 2012, no montante de R\$1.700 milhões, o que corresponde a R\$1,99 por ação, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até o dia 30 de junho de 2013 e a segunda até o dia 30 de dezembro de 2013, sendo apurado um benefício fiscal de R\$578.000.

Dividendos Extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Ocorreram os seguintes pagamentos de dividendos extraordinários pela Companhia em 2012 e 2011:

- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, deliberou declarar dividendos extraordinários, no montante de R\$1.600 milhões, o que corresponde a R\$1,8765 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em janeiro de 2013;
- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 9 de dezembro de 2011, deliberou declarar Dividendos Extraordinários, no montante de R\$850 milhões, utilizando as Reservas de Lucros Estatutária e de Retenção de Lucros para esse fim, representando R\$1,25 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em 28 de dezembro de 2011.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2012	2011	01/01/2011
Ajustes de avaliação patrimonial			
Custo atribuído dos ativos de geração	959.303	1.080.233	1.209.212
Ajustes de conversão	10.025	5.354	(772)
Instrumentos financeiros de hedge de caixa em controlada em conjunto	(383)	567	1.393
	<u>968.945</u>	<u>1.086.154</u>	<u>1.209.833</u>

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

24. RECEITA

	Consolidado	
	2012	2011 (Reclassificado)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	18.613.559	16.567.739
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	2.215.060	1.978.066
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (c)	1.675.076	1.407.836
Receita de Construção de Transmissão (d)	160.257	120.170
Receita de Indenização de Transmissão (c)	192.311	-
Receita de Construção de Distribuição (d)	1.445.840	1.412.407
Receita de Construção de Gás (d)	24.856	6.550
Transações com energia na CCEE	427.360	268.970
Outras Receitas Operacionais (e)	1.324.002	983.480
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (f)	(7.617.946)	(6.996.502)
Receita Operacional Líquida	18.460.375	15.748.716

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Residencial	11.518.441	10.742.297	6.226.699	5.451.747
Industrial	25.969.189	26.028.775	4.581.625	4.362.073
Comércio, Serviços e Outros	7.949.909	6.984.941	3.542.329	3.045.417
Rural	2.874.259	2.646.475	785.128	707.958
Poder Público	1.343.999	1.191.280	606.878	531.496
Iluminação Pública	1.463.813	1.371.091	392.682	356.667
Serviço Público	1.549.311	1.439.200	464.473	424.407
Subtotal	52.668.921	50.404.059	16.599.814	14.879.765
Consumo Próprio	62.133	57.098	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	71.285	74.830
	52.731.054	50.461.157	16.671.099	14.954.595
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	13.867.837	14.457.890	1.903.052	1.577.128
Vendas no PROINFA	126.900	120.827	39.408	36.016
Total	66.725.791	65.039.874	18.613.559	16.567.739

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia. Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig Distribuição

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2012 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 1,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85%.

Revisão Tarifária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos será de 2,99%.

A ANEEL já está aplicando os efeitos do Decreto 7.945, que dispõe sobre a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atenuar os custos de aquisição de energia das distribuidoras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em função das condições hidrológicas desfavoráveis, com consequente acionamento das usinas termelétricas, e reduzir, em decorrência, o impacto do reajuste tarifário, limitando-o em 3%. O montante que exceda tal percentual será repassado através de parcela única até o décimo dia útil, a contar da publicação de Despacho da ANEEL. Tais recursos oriundos da CDE serão ressarcidos pelos consumidores em até cinco anos, corrigidos pelo IPCA.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

Mais detalhes acerca da Base de Remuneração Regulatória (BRR) na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis.

Reajuste Tarifário Anual – Light

Em reunião pública realizada em 6 de novembro de 2012, a Aneel aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2012 da Controlada Light SESA. O resultado homologado pela Aneel representa um reajuste tarifário de 10,77%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 7,17% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 3,60%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de -0,64%, o aumento médio para os consumidores será de 11,41%, a partir de 7 de novembro de 2012.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.



c) Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também a atualização do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Mais detalhes na nota explicativa nº 4.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão, sendo que na Receita Operacional, em alguns casos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 25.

e) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecimento de Gás	754.996	578.830
Serviço Taxado	18.408	13.957
Serviço de Telecomunicações	162.232	157.819
Prestações de Serviços	117.416	98.393
Subvenções (*)	176.078	55.705
Aluguel e Arrendamento	85.807	76.607
Outras	9.065	2.169
	1.324.002	983.480

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.



f) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2012	2011
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.954.319	3.575.298
COFINS	1.655.724	1.495.852
PIS-PASEP	359.496	324.824
Outros	7.472	5.591
	<u>5.977.011</u>	<u>5.401.565</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	287.248	204.887
Programa de Eficiência Energética – PEE	38.357	42.640
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	616.253	516.122
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	565.083	717.632
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.282	37.001
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	41.027	32.057
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	20.513	16.091
Encargos de Capacidade Emergencial	-	359
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	25.172	28.148
	<u>1.640.935</u>	<u>1.594.937</u>
	<u>7.617.946</u>	<u>6.996.502</u>

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal (a)	1.360.796	1.248.651	33.910	37.128
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	243.655	221.061	12.661	14.987
Obrigações Pós-Emprego	133.991	123.700	10.111	8.435
Materiais	82.535	97.752	182	222
Serviços de Terceiros (b)	1.127.478	1.030.827	22.451	12.962
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.951.272	4.277.980	-	-
Depreciação e Amortização	1.000.556	982.669	330	370
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	186.384	153.979	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	781.806	257.611	400.613	(1.892)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	1.010.596	830.024	-	-
Gás Comprado para Revenda	495.114	329.105	-	-
Custos de Construção (e)	1.630.194	1.529.269	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	634.617	362.032	38.988	20.126
	<u>14.638.994</u>	<u>11.444.660</u>	<u>519.246</u>	<u>92.338</u>

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações e Encargos	1.218.975	1.131.846	31.277	25.359
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	71.554	67.393	4.553	4.200
Benefícios Assistenciais	136.463	131.823	3.768	3.790
	<u>1.426.992</u>	<u>1.331.062</u>	<u>39.598</u>	<u>33.349</u>
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	33.163	20.272	870	3.779
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(99.359)	(102.683)	(6.558)	-
	<u>(66.196)</u>	<u>(82.411)</u>	<u>(5.688)</u>	<u>3.779</u>
	<u>1.360.796</u>	<u>1.248.651</u>	<u>33.910</u>	<u>37.128</u>

Programas de Desligamento de Empregados

Programa Desligamento Premiado (PDP)

A Companhia manteve, de novembro de 2011 a 17 de janeiro de 2012 o Programa Desligamento Premiado (PDP), que tinha entre os seus principais benefícios os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias). Em 2012, houve a adesão de 182 empregados.

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa será registrado em 2013 em conformidade a adesão dos empregados, sendo que o prazo de desligamento se encerrará em junho de 2013.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	187.784	176.612	-	-
Comunicação	105.708	89.802	895	1.728
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	248.651	205.191	103	64
Conservação e Limpeza de Prédios	77.697	58.971	95	59
Mão de Obra Contratada	31.567	59.662	357	302
Fretes e Passagens	13.762	11.638	1.946	2.007
Hospedagem e Alimentação	19.618	18.995	391	391
Vigilância	23.766	23.285	-	-
Consultoria	45.380	26.564	8.598	3.127
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	42.871	67.915	1.446	894
Manutenção e Conservação de Veículos	11.374	21.669	1.657	32
Corte e Religação	44.014	52.913	-	-
Meio Ambiente	29.267	27.693	-	-
Energia Elétrica	1.168	1.073	253	-
Poda de Árvores	25.852	25.146	-	-
Limpeza de Faixa	37.434	34.609	-	-
Outros	181.565	129.089	6.710	4.358
	1.127.478	1.030.827	22.451	12.962

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2012	2011
Energia de Itaipu Binacional	1.069.387	919.398
Energia de curto prazo	889.716	337.152
PROINFA	265.034	204.087
Contratos Bilaterais	612.116	538.058
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.805.956	1.964.879
Energia adquirida no Ambiente Livre	717.423	637.316
Créditos de PASEP-COFINS	(408.360)	(322.910)
	5.951.272	4.277.980

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Prêmio de Aposentadoria	(3.607)	3.106	261	39
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	315.201	163.629	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	7.194	14.064	(7.184)	1.006
Cíveis	38.171	35.360	(12.855)	(8.842)
Tributárias	3.293	8.036	(3.003)	5.167
Ambientais	1.068	777	777	27
Regulatórias	419.470	17.635	423.077	(2.621)
Outras	1.016	15.004	(460)	3.332
	470.212	90.876	400.352	(1.931)
	781.806	257.611	400.613	(1.892)

A Cemig Distribuição provisionou como créditos de liquidação duvidosa em 2012 o valor de R\$159.015 referente aos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2012	2011
Pessoal e Administradores	106.784	100.674
Materiais	755.408	603.612
Serviços de Terceiros	668.441	727.927
Outras	99.561	97.056
	1.630.194	1.529.269



f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Arrendamentos e Aluguéis	105.475	87.351	818	828
Propaganda e Publicidade	7.869	24.353	361	564
Consumo Próprio de Energia Elétrica	14.017	18.944	-	-
Subvenções e Doações	38.958	33.906	1.465	3.017
Taxa de Fiscalização da ANEEL	47.030	45.762	-	-
Concessão Onerosa	25.547	20.666	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	37.683	26.536	240	145
Seguros	10.830	7.948	2.172	820
Anuidade CCEE	6.028	5.896	3	4
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	7	30.015	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	125.659	21.591	44	187
FORLUZ – Custeio Administrativo	22.592	15.233	1.110	993
Outras Despesas	192.922	23.831	32.775	13.568
	634.617	362.032	38.988	20.126

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

A Companhia registrou em 2012 as perdas relativas às desativações de bens decorrentes da realização do inventário físico para atendimento à Resolução ANEEL nº 367/2009

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.



26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	295.812	410.195	31.746	21.034
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	179.475	150.522	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	157.366	152.145	-	-
Variações Cambiais	43.692	20.453	1	35
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(41.625)	(42.347)	(41.666)	(41.956)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	27.588	16.120	-	-
Rendas FIDC	-	-	87.532	49.433
Variação Monetária	2.607	-	8.761	-
Variação Monetária sobre Finsocial (Nota 9)	57.282	67.341	-	67.341
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 11)	-	67.506	-	67.506
Atualização Monetária da CRC (Nota 12)	2.382.862	-	2.382.862	-
Outras	105.180	153.060	7.374	10.076
	3.210.239	994.995	2.476.610	173.469
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.242.959)	(1.311.023)	(103.691)	(20.896)
Variações Cambiais	(81.933)	(39.870)	(21)	(206)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(185.965)	(145.780)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(34.077)	(21.239)	-	-
Variação Monetária – P&D e PEE	(23.522)	(34.825)	-	-
Variação Monetária – Outras	(48.104)	(91.654)	(4)	-
Ajuste a Valor Presente	(1.064)	(1.042)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(132.418)	(162.878)	(4.599)	(5.235)
Atualização Monetária de AFAC (Nota 23)	-	(66.136)	-	(66.136)
Outras	(207.873)	(90.819)	(28.967)	(21.418)
	(1.957.915)	(1.965.266)	(137.282)	(113.891)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.252.324	(970.271)	2.339.328	59.578

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	22.809	22.212	-	-	9.253	12.059
Juros sobre capital próprio e Dividendos	119.947	109.215	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	40.804	40.546	4.211	4.067	424.851	374.859	(47.580)	(54.507)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	29.081	11.094	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	18.079	280	-	-	733	(6.857)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	399.476	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.938	4.374	28.516	29.054	52.033	57.716	(312.177)	(283.049)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	18.812	25.084	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	19.373	19.214	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	127	138	940	880	31.671	30.520	(7.767)	(6.250)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	9.178	3.029	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.406	7.320	4.975	4.349	(90.627)	(72.582)
Prestação de serviço (3)	1.628	2.345	-	-	4.379	4.771	-	-
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	7.225	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	2.989	3.457	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (4)	2.444	1.195	-	-	4.630	5.579	-	-
Prestação de serviço (5)	-	-	3.558	4.649	-	-	(19.858)	(26.531)
Não Circulante								
Manutenção (6)	299	701	-	-	-	-	-	-
Pessoal cedido (7)	1.007	1.212	-	-	-	-	2.361	2.264
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	37.716	115.026	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.645	4.454	-	-	(33.715)	(34.477)
Cemig Serviços								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	-	-	2.963	758	-	-	(12.485)	(1.339)
Pessoal cedido (7)	1.473	-	-	-	-	-	382	-
Não Circulante								
Pessoal cedido (7)	3.735	2.152	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	316	295	-	-	(2.911)	(2.582)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	26.218	5.513	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	10	11	717	389	389	343	(5.966)	(5.064)
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	20.664	21.329	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	8.246	8.918	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	163	121	-	-	(1.342)	(1.031)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	4.729	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.621	1.466	-	-	(14.422)	(12.793)

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (9)	8.197	6.657	-	-	96.286	89.267	-	-
Consumidores e Revendedores (10)	-	25.016	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (11)	2.422.099	-	-	-	69.834	102.712	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (11)	-	1.830.075	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	467.930	265.700	-	-	-	-
Debêntures (12)	-	-	52.758	46.896	-	-	(5.862)	(9.813)
Financiamentos – BDMG (13)	-	-	9.213	14.900	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (14)	-	-	51.227	74.441	-	-	(93.427)	(106.239)
Despesa de Pessoal (15)	-	-	-	-	-	-	(71.554)	(67.393)
Custeio Administrativo (16)	-	-	-	-	-	-	(22.369)	(15.233)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (14)	-	-	763.643	772.140	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e Odontológico (17)	-	-	611.956	598.111	-	-	(73.934)	(70.303)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Construção UHE Santo Antônio (18)	507	-	2.797	6.892	-	-	-	-
Mútuo (19)	-	-	31	28	-	-	-	-
Programa Luz para todos (20)	-	-	-	-	-	-	(2.129)	(8.906)
Não Circulante								
Construção UHE Santo Antônio (18)	6.961	4.395	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para todos (20)	-	-	-	263	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) A Companhia possui contratos de compra de energia com a Cemig Geração e Transmissão, Light, Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco decorrente de leilões públicos de energia ocorridos entre 2004 e 2011, sendo que para os contratos bilaterais celebrados entre Cemig Distribuição e Cemig Capim Branco a data dos leilões são anteriores a 2004. Os contratos tem vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. A Companhia também possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light, decorrente de leilões públicos de energia ocorridos entre 2004 e 2011, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia, Empresa Regional de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as operações com energia elétrica referem-se a Encargos de Uso da Rede Elétrica;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II e demais equipamentos associados celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Capim Branco em 2011 com duração de 2 anos corrigido pelo IGP-M;

(4) Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste;

(5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M;

(6) Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios;

(7) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;

(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos o aditivo pode ser feito por períodos iguais e sucessivos até o prazo de 48 meses. prorrogável por até 4 anos corrigido pelo IGP-M;

(9) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;

(10) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012;

(11) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;



- (12) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (13) Financiamentos das controladas Transudeste, Transleste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES + 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 (Dólar + 5%) e 2025 (9,5% a.a.);
- (14) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (15) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (16) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (17) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (18) Contrato com a Construtora Andrade Gutierrez S.A para construção da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil);
- (19) O saldo refere-se à diferença na alteração do índice de remuneração do contrato de mútuo celebrado entre Andrade Gutierrez Participações S.A e Santo Antônio Energia S.A em 6 de dezembro de 2008 de IGP-M para TJLP acrescida de 3,1%, aprovada em reunião do Conselho da Administração da Santo Antônio Energia S.A realizada em 24 de fevereiro de 2010;
- (20) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 12, 19, 21 e 25.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2012 e 2011 é conforme segue:

	2012	2011
Remuneração	7.762	9.142
Participação nos Resultados	2.301	1.980
Benefícios Pós Emprego	888	713
Benefícios Assistenciais	1.243	102
Total	12.194	11.937

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. Estes instrumentos financeiros da Madeira Energia foram integralmente liquidados em 2012.



Categoria dos Instrumentos Financeiros	2012		2011		01/01/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2.328.910	2.328.910	2.704.600	2.704.600	2.885.088	2.885.088
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.661.808	2.661.808	2.708.316	2.708.316	2.358.292	2.358.292
Concessionários – Transporte de Energia	515.896	515.896	438.991	438.991	400.556	400.556
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	2.422.099	1.830.075	1.830.075	1.837.088	1.837.088
Ativos Financeiros da Concessão	6.621.961	6.621.961	10.206.286	10.206.286	8.297.168	8.297.168
	14.550.674	14.550.674	17.888.268	17.888.268	15.778.192	15.778.192
Disponíveis para venda						
Ativos Financeiros da Concessão	5.585.254	5.585.254	-	-	-	-
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Mobiliários	646.987	646.987	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	1.072.567	1.072.567	358.987	358.987	321.858	321.858
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	31.734	31.734	-	-	-	-
Passivos financeiros:						
Avaliados ao custo amortizado						
Fornecedores	1.735.462	1.735.462	1.189.848	1.189.848	1.121.009	1.121.009
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	814.870	814.870	846.581	846.581	868.178	868.178
Concessões a Pagar	209.817	209.817	137.686	137.686	117.802	117.802
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.170.310	16.799.296	15.779.069	15.767.142	13.226.490	13.226.490
	18.930.459	19.559.445	17.953.184	17.941.257	15.333.479	15.333.479
Valor justo por meio de resultado:						
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	1.319	1.319	23.501	39.410	66.892	61.987

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.



A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2012		2011	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	240.093	489.789	169.653	318.947
Fornecedores (Itaipu Binacional)	105.115	219.162	106.321	198.280
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(8.414)	(19.414)	(27.263)	(45.833)
	<u>336.794</u>	<u>689.537</u>	<u>248.711</u>	<u>471.394</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 19)	14.150	38.206	15.349	37.299
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(11.358)	4.295	(130)	(317)
	<u>2.792</u>	<u>42.501</u>	<u>15.219</u>	<u>36.982</u>
UMBNDDES (*)	-	-	66.379	2.661
Passivo Líquido Exposto		<u>732.038</u>		<u>511.037</u>

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, com base em nossos consultores financeiros, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2013 será uma valorização de 0,29% para o dólar (R\$2,050) e uma desvalorização de 2,67% para o Euro (R\$2,622). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	489.789	491.227	614.034	736.841
Fornecedores (Itaipu Binacional)	219.162	219.805	274.756	329.708
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(19.414)	(19.471)	(24.339)	(29.207)
	<u>689.537</u>	<u>691.561</u>	<u>864.451</u>	<u>1.037.342</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	38.206	37.185	46.481	55.777
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	4.295	4.606	4.684	4.762
	<u>42.501</u>	<u>41.791</u>	<u>51.165</u>	<u>60.539</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>732.038</u>	<u>733.352</u>	<u>915.616</u>	<u>1.097.881</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>1.314</u>	<u>183.578</u>	<u>365.843</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$216.816 (R\$207.489, em 31 de dezembro de 2011).



No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2012	2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.328.910	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.719.554	358.987
Fundos Vinculados	132.495	3.386
	4.180.959	3.066.973
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 19)	(7.569.832)	(9.274.474)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 19)	(2.087.568)	(1.991.435)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(750.000)	(750.000)
	(10.407.400)	(12.015.909)
Passivo Líquido Exposto	(6.226.441)	(8.948.936)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,25% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,25% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 9,06% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 10,88% TJLP 7,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.328.910	2.497.756	2.539.909	2.582.295
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.719.554	1.844.222	1.875.346	1.906.641
Fundos Vinculados	132.495	142.101	144.499	146.910
	4.180.959	4.484.079	4.559.754	4.635.846
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(7.569.832)	(8.118.645)	(8.255.659)	(8.393.430)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 19)	(2.087.568)	(2.191.946)	(2.218.041)	(2.244.136)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(750.000)	(802.200)	(815.232)	(831.600)
	(10.407.400)	(11.112.791)	(11.288.932)	(11.469.166)
Passivo Líquido Exposto	(6.226.441)	(6.628.712)	(6.729.178)	(6.833.320)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(402.271)	(502.737)	(606.879)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:



Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2012	2011
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 13)	5.585.254	-
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.896.635)	(2.249.647)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 19)	(466.699)	(443.018)
	(4.363.334)	(2.692.665)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	1.221.920	(2.692.665)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,42% e 5,21%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,42% IGP-M 5,21%	Cenário Possível IPCA 6,78% IGP-M 6,51%	Cenário Remoto IPCA 8,13% IGP-M 7,82%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 13)	5.585.254	5.876.246	5.948.854	6.022.021
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.896.635)	(4.107.833)	(4.160.827)	(4.213.431)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 19)	(466.699)	(491.014)	(497.081)	(503.195)
	(4.363.334)	(4.598.847)	(4.657.908)	(4.716.626)
Ativo Líquido Exposto	1.221.920	1.277.399	1.290.946	1.305.395
Efeito Líquido da Variação do IPCA		55.479	69.026	83.475

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.



As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros previstos nos contratos, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.520	350.589	3.514.146	9.199.228	5.508.202	19.187.685
Concessões a pagar	1.692	5.003	13.075	66.952	163.453	250.175
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.186	16.487	75.743	458.533	948.509	1.507.458
	625.398	372.079	3.602.964	9.724.713	6.620.164	20.945.318
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.393	8.587	876.252	129.163	233.135	1.250.530
Fornecedores	1.735.462	-	-	-	-	1.735.462
	1.738.855	8.587	876.252	129.163	233.135	2.985.992
	2.364.253	380.666	4.479.216	9.853.876	6.853.299	23.931.310

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.099.291	20.040	-	-	1.119.331
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	403	811	3.727	22.560	46.667	74.168
	403	1.100.102	23.767	22.560	46.667	1.193.499
- Pré-fixadas						
Fornecedores	12.338	-	-	-	-	12.338
	12.741	1.100.102	23.767	22.560	46.667	1.205.837

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.



A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$315.201.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:



Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012 algumas das cláusulas restritivas da Cemig não foram atendidas. A Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores que que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206.091.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$27.588 (ganho de R\$16.120 em 31 de dezembro de 2011), registradas no Resultado Financeiro.



A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela Taesa. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada a uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada indireta em conjunto Madeira, a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa, integralmente resgatados em 2012.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada Light. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta Light SESA é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira em 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
				2012	2011 Reclassificado	Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	2012	2012
Cemig Distribuição SA											
US\$	R\$	De	Balcão	US\$8.168	US\$17.226	(23.888)	(47.611)	(23.823)	(48.351)	-	(24.710)
variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	04/2009 até 06/2013									
Taxa de 11,47% a.a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	RS600.000	RS600.000	32.153	7.580	44.268	22.587	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	-	RS120.000	-	618	-	618	1.863	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	RS2.375	-	3	-	3	-	-
Taesa											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	42.160	27.561	144	(216)	144	(216)	144	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	4.632	3.028	3	(18)	3	(18)	3	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	59.946	39.188	89	(124)	89	(124)	89	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	4.699	3.072	183	470	183	470	183	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	4.939	3.229	-	511	-	511	-	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	-	2.743	-	112	-	112	-	-
Light											
101,9% CDI + (TJLP -6%)	Taxa de 0,85% + CDI	Em 10/2012	Swap	RS150.000	RS150.000	98	57	1.268	62	-	-
US\$ + variação entre (2,20% a 3,58%)	100% CDI	Entre 09/2012 a 04/2014	Swap	US\$10.207	US\$9.427	534	(16)	602	(10)	-	-
Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10/2014	Swap	US\$50.000	US\$50.000	4.746	1.562	5.377	1.172	-	-
Euro + 4,6823%	100% CDI + 1,30%	10/2014	Swap	€34.969	€34.969	3.115	(313)	4.295	(317)	-	-
US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	Entre 02/17 a 02/18	Swap	US\$179.997	-	71	-	(1.991)	-	-	-
						17.248	(37.385)	30.415	(23.501)	2.282	(24.710)

(*) Empresas controladas da Taesa

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Dez/12)

A contraparte das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, HSBC, Citibank, Bank of America, BNP Paribas e o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito, anteriormente, indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, que a taxa do CDI será de 7,25% e a valorização cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 0,29% para o Dólar (R\$ 2,050).



A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2013 seria de 9,06% e 10,88% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável 7,25%	Cenário Possível 9,06%	Cenário Remoto 10,88%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	25.550	25.981	26.415
Efeito Líquido da Variação do CDI		(1.727)	(2.158)	(2.592)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	23.893	29.866	35.840
Efeito Líquido da Variação do US\$		70	6.043	12.017
Efeito Líquido		(1.657)	3.885	9.425

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	641.760	652.186	662.669
Efeito Líquido da Variação do CDI		(41.760)	(52.186)	(62.669)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		27.060	16.634	6.151

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do Passivo	28.729.052	25.263.935
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.485.810)	(2.862.490)
(-) Fundos Vinculados	(132.495)	(3.386)
Passivo Líquido	<u>26.110.747</u>	<u>22.398.059</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>12.044.062</u>	<u>11.744.948</u>
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	2,17	1,91

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.



A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Valor justo em 31 de dezembro de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	684.994	-	684.994	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	45.919	-	45.919	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	224.849	-	224.849	-
Operações Compromissadas	-	-	-	-
Outros	116.805	-	116.805	-
	<u>1.072.567</u>	-	<u>1.072.567</u>	-
Fundos Vinculados	132.495	-	132.495	-
Contratos de Swaps	31.734	-	31.734	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.585.254	-	-	5.585.254
	<u>5.749.483</u>	-	<u>164.229</u>	<u>5.585.254</u>
Passivos				
Contratos de Swaps	(1.319)	-	(1.319)	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. Desta maneira, não existem movimentações de resultado, além daquelas divulgadas na nota 4 destas demonstrações financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

30. SEGUROS

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig, Cemig D e Cemig GT				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2012 a 29/04/2013 29/04/2012 a 29/04/2013	US\$13.907 US\$24.000	US\$204
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2012 a 08/11/2013	R\$ 939.301	R\$ 237
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	07/12/2012 a 07/12/2013	R\$1.832.370(1)	R\$ 2.385
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2012 a 10/08/2013	R\$ 40.350	R\$ 158
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2012 a 25/09/2013	R\$ 20.000	R\$ 855
Risco Operacional	Total	31/10/2012 a 31/10/2013	R\$ 4.881.192 (2)	R\$ 1.856
Taesa				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (*)	Total (3)	19/08/2012 a 19/08/2013	R\$ 932.678	R\$ 700
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (**)	Total (3)	13/12/2012 a 13/12/2013	R\$ 1.887.181	R\$ 1.257
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (*)	Responsabilidade Civil	19/08/2012 a 19/08/2013	LMI R\$10.000	R\$ 36
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (**)	Responsabilidade Civil	13/12/2012 a 13/12/2013	LMI R\$10.000	R\$ 82
Diretores e Gerentes (***)	Responsabilidade Civil	18/08/2012 a 18/08/2013	LMG R\$10.000	R\$ 20
Veículos (****)	105% da Tabela Fipe	19/08/2012 a 19/08/2013	-	R\$ 320
Madeira				
Garantia – Performance Bond	Obrigações decorrentes do contrato de concessão	07/03/2008 a 11/10/2016	R\$ 162.500	R\$ 20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 03/11/2016	Diversos (3)	R\$ 134.996
Manutenção Garantia	RE/All Risks dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia.(6)	23/03/2011 a 30/11/2017	R\$ 4.514.745	R\$ 25.916
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de Materiais Permanentes	26/09/2012 a 26/09/2013	R\$ 65.103	R\$ 73
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	RC Obras/Cruzada e Empregador(7)	06/04/2012 a 06/04/2015	R\$ 60.000	R\$ 372
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(8)	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$ 3.176.314	R\$ 2.137
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(9)	31/01/2010 a 31/12/2015	USD 309.750	USD 363
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE.	31/12/2011 a 31/12/2012	R\$ 50.000	R\$ 552
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15/08/2012 a 15/08/2013	R\$ 50.000	R\$ 125

(1) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$170.000.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$300.000.

(3) R\$10.000 para Responsabilidade Civil, R\$12.718.975 para Risco de Engenharia – All Risk, R\$1.630.155 para ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais), R\$2.928.749 para Riscos Operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina.

(4) Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO e empresa Taesa.

(5) Valores incluídos de Taesa, NTE, BRASNORTE e ETAU.

(6) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$20 milhões, exceto para uma apólice de R\$231 milhões da controlada NTE que é de R\$50 milhões.

(7) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$50 milhões.

(*) Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO, NTE, BRASNORTE, ETAU e empresa Taesa.

(**) Valores incluídos de ATE, ATE II, ATE III e STE.

(***) Taesa

(****) Valores incluídos de TSE, NVT, ETEO e BRASNORTE.



A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	5.912.346	2.415.726	1.703.318	1.154.719	1.655.603	3.328.598	16.170.310
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	970.559	987.811	984.382	947.985	962.996	32.526.764	37.380.497
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.248	24.561	25.927	25.988	28.785	1.464.731	1.597.240
Compra de Energia - Leilão	2.248.795	2.102.150	2.210.399	2.325.517	2.422.252	63.180.091	74.489.204
Cotas Medida Provisória 579/2012	334.163	214.985	785.129	736.021	684.104	36.185.497	38.939.899
Outros contratos de Compra de Energia	1.931.805	1.976.670	1.666.778	1.572.917	2.030.629	41.265.737	50.444.536
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	51.227	54.301	57.559	61.012	64.673	526.098	814.870
Total	11.476.143	7.776.204	7.433.492	6.824.159	7.849.042	178.477.516	219.836.556

32. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012										ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS		
ATIVO	17.056.346	16.234.970	11.640.874	3.068.310	1.411.665	937.528	421.795	179.106	145.921	1.626.636	(11.950.037)	40.773.114
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.057.122	825.362	190.233	103.071	44.140	19.414	31.873	6.632	3.421	204.542	-	2.485.810
Contas a Receber	-	677.673	1.887.991	456.784	36.294	73.955	-	4.903	3.827	134.230	(77.198)	3.188.459
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	34.990	1.420.230	100.861	1.903	-	3.773	46.583	14.080	7.195	89.939	-	1.719.554
Tributos	452.122	250.198	1.360.886	304.778	4.707	64.029	33.622	500	59	83.990	-	2.554.891
Outros Ativos	3.256.399	362.174	1.564.351	153.174	73.338	167.539	44.813	4.052	414	79.911	(608.589)	5.097.576
Investimentos/Imob./Intangível/Financeiro de Concessão	12.255.713	12.699.333	6.536.552	2.048.600	1.253.186	608.818	264.904	148.939	131.005	1.034.024	(11.264.250)	25.716.824
PASSIVO	17.056.346	16.234.970	11.640.874	3.068.310	1.411.665	937.528	421.795	179.106	145.921	1.626.636	(11.950.037)	40.773.114
Fornecedores e suprimentos	12.338	291.377	1.116.600	224.896	32.305	42.765	10.593	1.096	4.670	63.721	(64.899)	1.735.462
Empréstimo, Financiamento e Obrigações	1.102.721	8.140.323	4.809.630	1.216.137	398.512	172.370	143.031	-	-	387.586	-	16.170.310
Juros sobre capital próprio e Dividendos	3.478.810	310.901	119.947	19.493	8.737	21.774	-	6.611	3.802	21.346	(512.611)	3.478.810
Obrigações Pós-Emprego	104.485	444.789	1.412.937	285.562	-	-	-	-	-	70.240	-	2.318.013
Tributos	60.119	917.498	944.005	200.719	159.170	27.915	10.461	44.688	1.122	84.028	197.641	2.647.366
Outros Passivos	253.811	635.101	974.606	270.615	43.073	191.101	9.734	2.813	2.126	100.941	(104.830)	2.379.091
Patrimônio Líquido	12.044.062	5.494.981	2.463.149	850.888	769.888	481.603	247.976	123.998	134.201	898.774	(11.465.338)	12.044.062
RESULTADO	334	5.424.070	9.503.792	2.090.617	338.722	625.167	136.151	54.795	40.485	785.185	(538.943)	18.460.375
Receita Operacional Líquida	(519.246)	(2.428.438)	(9.007.115)	(1.803.135)	(76.934)	(573.472)	(118.153)	(13.651)	(23.794)	(613.999)	538.943	(14.638.994)
Custos e Despesas Operacionais	-	(728.807)	(4.179.651)	(1.037.509)	-	-	-	(648)	(9.573)	(266.766)	271.682	(5.951.272)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(269.269)	(794.333)	(142.926)	-	-	-	-	(2.933)	(99.907)	238.772	(1.010.596)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	-	-	-	(495.114)	-	-	-	-	-	(495.114)
Gás Comprado para Revenda	-	(118.320)	(1.228.483)	(174.449)	(39.408)	(24.856)	-	-	-	(44.678)	-	(1.630.194)
Custo de construção	(33.910)	(311.505)	(850.118)	(76.535)	(11.099)	(21.200)	(38.885)	(1.341)	(4.472)	(34.731)	-	(1.360.796)
Participações dos Empregados no Resultado	(12.661)	(63.289)	(164.186)	-	-	-	(1.477)	(274)	(136)	(1.632)	-	(243.655)
Obrigações Pós-Emprego	(10.111)	(29.992)	(93.888)	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.991)
Materiais	(182)	(18.819)	(52.396)	(6.665)	380	(1.002)	(178)	(220)	(326)	(3.127)	-	(82.535)
Serviços de Terceiros	(22.451)	(217.506)	(695.245)	(108.949)	(14.436)	(8.249)	(22.338)	(2.468)	(3.176)	(60.366)	27.706	(1.127.478)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(179.499)	-	-	-	-	-	(2.107)	(1.276)	(3.502)	-	(186.384)
Depreciação e Amortização	(330)	(356.986)	(392.634)	(100.874)	(7.194)	(19.827)	(36.050)	(5,522)	(4,267)	(78,872)	-	(1.000,536)
Provisões Operacionais	(400.613)	1.821	(269.014)	(94.707)	-	(147)	(258)	63	14	(18,965)	-	(781,806)
Outras Despesas Líquidas	(38.988)	(136,267)	(307,167)	(60,521)	(5,177)	(3,077)	(18,967)	(1,134)	(6,49)	(63,453)	783	(634,617)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(518,912)	2,995,632	496,677	287,482	261,788	51,695	17,998	41,144	16,691	171,186	-	3,821,381
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro em conjunto	-	2,593,325	-	4,147	-	-	-	-	-	1,021	-	264,493
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(2,854)	-	(336)	-	-	-	-	-	(82)	-	(3,272)
Receita Financeira	2,476,610	258,054	289,083	51,976	4,478	31,476	10,767	1,233	1,106	85,456	-	3,210,239
Despesa Financeira	(137,282)	(897,834)	(573,955)	(171,857)	(41,371)	(12,415)	(13,182)	(398)	(90)	(109,531)	-	(1,937,915)
Resultado antes do IR e CSLL	1,820,416	2,612,323	211,805	171,412	224,895	70,756	15,583	41,979	17,707	148,050	-	5,334,926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(119,019)	(632,213)	(312,937)	(55,258)	(36,714)	(14,370)	(3,626)	(14,159)	(1,670)	(314,127)	-	(1,504,093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(68,335)	(60,625)	292,497	9,301	7,869	(4,77)	(2,080)	1,130	(26)	261,598	-	440,852
Resultado do Período	1,633,062	1,919,485	191,365	125,455	196,030	55,909	9,877	28,950	16,011	95,521	-	4,271,685

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 RECLASSIFICADO										ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS		
ATIVO	14.465.005	15.493.240	10.457.953	2.905.653	1.421.223	852.534	419.933	174.433	147.038	1.428.981	(10.757.110)	37.008.883
Caixa e Equivalentes de Caixa	226.695	1.550.033	527.296	201.551	32.627	44.597	83.757	9.786	8.479	177.669	-	2.862.490
Contas a Receber	-	634.687	1.923.093	438.429	37.277	166.255	-	5.185	3.605	134.896	(174.040)	3.169.387
Títulos e Valores Mobiliários - Aplíc. Financeira	180.000	170.492	5.000	1.932	-	-	-	-	-	-	-	358.987
Tributos	520.901	287.612	927.168	243.527	12.899	67.135	35.944	498	57	66.568	-	2.162.309
Outros Ativos	1.540.506	334.520	1.253.583	161.509	47.844	29.516	31.522	4.295	77	74.089	528.346	4.006.787
Investimentos/(mob/Intangível)/Financeiro de Concessão	11.996.903	12.515.898	5.821.813	1.857.503	1.290.576	545.031	268.710	154.669	134.820	970.216	(11.111.416)	24.448.923
PASSIVO	14.465.005	15.493.240	10.457.953	2.905.653	1.421.223	852.534	419.933	174.433	147.038	1.428.981	(10.757.110)	37.008.883
Fornecedores e suprimentos	12.059	177.140	753.131	197.342	8.143	37.334	9.565	1.114	1.627	58.508	(66.115)	1.189.848
Empréstimo, Financiamento e Debênturas	1.030.227	8.347.940	3.511.222	1.085.267	405.798	131.225	97.617	-	349.776	819.997	819.997	15.779.069
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.243.086	-	109.215	19.219	14.043	22.359	7.225	2.405	-	22.160	(196.626)	1.243.086
Obrigações Pós-Emprego	99.951	438.452	1.392.792	285.692	-	-	-	-	-	70.272	-	2.287.159
Tributos	35.740	840.217	1.002.282	203.306	207.146	32.278	9.686	44.985	1.311	51.233	-	2.428.184
Outros Passivos	298.994	603.415	1.032.848	275.225	51.785	184.347	7.931	2.358	2.001	97.918	(200.233)	2.336.589
Patrimônio Líquido	11.744.948	5.086.076	2.656.463	839.802	754.308	444.991	287.909	123.571	142.099	779.114	(11.111.416)	11.744.948
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	347	4.531.609	8.510.128	1.810.052	276.652	457.678	125.780	49.640	38.758	439.949	(491.877)	15.748.716
Custos e Despesas Operacionais	(92.338)	(2.116.103)	(7.280.542)	(1.591.986)	(54.853)	(383.144)	(104.319)	(13.325)	(34.437)	(265.490)	491.877	(11.444.660)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(582.990)	(2.936.029)	(874.150)	-	-	-	(932)	(947)	(112.547)	229.615	(4.277.980)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(244.597)	(671.651)	(123.567)	-	-	-	(4)	(2.996)	(24.927)	237.718	(830.024)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(329.105)	-	-	-	-	-	(329.105)
Custo de construção	-	(92.396)	(1.175.319)	(207.113)	(23.399)	-	-	-	-	(31.042)	-	(1.529.269)
Pessoal	(37.128)	(300.119)	(766.720)	(64.464)	(9.837)	(18.996)	(28.206)	(1.214)	(1.341)	(20.626)	-	(1.248.651)
Participações dos Empregados no Resultado	(14.987)	(54.987)	(148.298)	-	-	-	(2.005)	(207)	(120)	(457)	-	(221.061)
Obrigações Pós-Emprego	(8.435)	(27.784)	(87.331)	(120)	-	-	-	-	-	(30)	-	(123.700)
Materiais	(222)	(23.203)	(64.431)	(6.692)	379	(1.250)	(385)	(255)	(222)	(1.471)	-	(97.752)
Serviços de Terceiros	(12.962)	(163.792)	(680.887)	(106.654)	(14.701)	(6.289)	(21.226)	(2.671)	(2.555)	(37.811)	18.721	(1.030.827)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	(370)	(380.564)	(383.714)	(104.537)	(2.513)	(22.129)	(35.175)	(2.062)	(1.175)	(3.211)	-	(153.979)
Depreciação e Amortização	1.892	(12.177)	(161.437)	(78.357)	(4.782)	(5.375)	(1.040)	146	976	(7.614)	-	(982.669)
Provisões Operacionais	(20.126)	(85.963)	(204.725)	(26.332)	-	-	(16.282)	(692)	(398)	(3.180)	5.823	(257.611)
Outras Despesas Líquidas	(91.991)	2.415.506	1.229.586	218.066	221.799	74.534	21.461	36.315	4.321	174.459	-	(362.032)
Resultado Operac. antes do Res. de Equív. Patrim. e Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operac. antes do Res. de Equív. Patrim. e Financeiro	2.466.638	(744)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	173.469	276.528	310.349	45.471	16.985	25.730	10.712	1.507	1.320	132.924	(2.466.638)	(744)
Despesa Financeira	(113.891)	(938.550)	(526.462)	(162.685)	(33.558)	(11.885)	(13.311)	(336)	21.278	(185.866)	-	(1.965.266)
Resultado antes do IR e CSLL	2.434.225	1.752.740	1.013.473	100.852	205.226	88.379	18.862	37.486	26.919	121.517	(2.466.638)	3.333.041
Imposto de Renda e Contribuição Social	(143.287)	(489.016)	(354.647)	(27.338)	(34.394)	(20.160)	(5.666)	(12.814)	(1.617)	(42.612)	-	(1.111.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.512	(14.712)	61.145	7.454	8.364	-	4.776	1.194	(94)	1.221	-	193.860
Resultado do Período	2.415.450	1.269.012	719.971	80.968	179.196	68.219	18.072	25.866	25.208	80.126	(2.466.638)	2.415.450

33. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Os ativos e passivos relacionados às aquisições e diluições de participações de controladas em conjuntos, com exceção de caixa e equivalente de caixa, foram eliminados na elaboração da demonstração de fluxo de caixa. Estes ativos e passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

A Companhia excluiu da demonstração do fluxo de caixa a parcela retida pelo Estado e repassada à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de Debêntures da Cemig Distribuição

Em março de 2013, a Cemig D concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Cemig D emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,69% ao ano, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 4.70% ao ano e 5,10% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 1º de fevereiro de 2013, a Cemig D emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCD) em favor do Banco do Brasil, no valor de R\$200 milhões, para utilização dos recursos na compra de energia, com prazo de 720 dias e juros anuais de 99,5% do CDI, sendo garantida por duplicatas de venda mercantil da CEMIG.

b) Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para



assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

c) Aquisição da participação da Suzano no Consórcio Capim Branco Energia

Em 12 de março de 2013, Cemig Capim Branco Energia S/A, subsidiária integral, celebrou com a Suzano Papel e Celulose S.A. e suas controladas, o contrato definitivo referente à alienação da participação da Suzano no Consórcio Capim Branco Energia. O preço total fixado na oferta, sujeito a eventuais ajustes, referente à participação de 17,8947% da Suzano no Consórcio, é de R\$ 320 milhões. Deste total, 30,3030%, correspondendo a cerca de R\$97 milhões, cabem à Cemig Capim Branco.

d) Aprovação da Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A conclusão da Reestruturação Societária ainda está sujeita à anuência dos bancos financiadores, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Taesa desembolsará, na data da conclusão da Reestruturação Societária, prevista para o 1º semestre de 2013, o valor de R\$1.732 milhão, corrigido pelo CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

e) Resultado da 3ª Revisão Tarifária da CEMIG Distribuição SA.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião pública realizada em 05 de abril de 2013, divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da CEMIG Distribuição SA. Tais tarifas passam a vigorar a partir de 08/04/2013, sendo que o impacto médio percebido pelos consumidores se situará em 2,99%, em decorrência do próprio processo revisional e dos componentes financeiros associados.



A ANEEL já está aplicando os efeitos do Decreto 7.945, que dispõe sobre a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atenuar os custos de aquisição de energia das distribuidoras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em função das condições hidrológicas desfavoráveis, com consequente acionamento das usinas termelétricas, e reduzir, em decorrência, o impacto do reajuste tarifário, limitando-o em 3%. O montante que exceda tal percentual será repassado através de parcela única até o décimo dia útil, a contar da publicação de Despacho da ANEEL. Tais recursos oriundos da CDE serão ressarcidos pelos consumidores em até cinco anos, corrigidos pelo IPCA.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

f) Aumento do Capital Social e Bonificação de Ações da Cemig

Comunicamos aos nossos acionistas que o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26/03/2013, deliberou propor à Assembleia Geral de Acionistas a realizar-se no dia 30/04/2013 a aprovação do aumento do Capital Social de R\$4.265.091 para R\$4.813.362, com emissão de 109.654.15 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada uma, mediante a capitalização de R\$548.271 da Reserva de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos, distribuindo-se aos acionistas das ações preferenciais e ordinárias, em consequência, uma bonificação de 12,854843355%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Farão jus ao citado benefício todos os acionistas detentores de ações no dia 30/04/2013. As ações passarão a ser negociadas “ex-direitos” à bonificação a partir do dia imediatamente posterior à realização da aludida Assembleia. As ações provenientes da bonificação serão creditadas em 07/05/2013 e não terão direito aos dividendos propostos para o exercício social de 2012.



(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Mattos
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

a. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 2.6(i) e 13, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b. Conforme descrito na nota explicativa nº. 1(a), a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo imobilizado dessa controlada em conjunto, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia totaliza R\$1.452.735 mil. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e registrado saldo de passivo circulante superior ao seu ativo circulante. Conforme descrito na nota explicativa 1(a), a Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital

circulante líquido negativo e, nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c. Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

d. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 16, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial individual e consolidado levantado em 1º de janeiro de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados pelas razões descritas na nota explicativa 2.5, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 27 de março de 2013, o qual conteve parágrafo de ênfase relacionado ao assunto descrito no item “b” acima.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	José Ricardo Faria Gomez
Auditores Independentes	Contador
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG	CRC-SP 218.398/O-1 S/MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2012, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30-04-2013.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2681ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2013, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2681ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2013, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica